



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 24ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**12/12/2023
TERÇA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/12/2023.**

24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 38/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	8
2	MSF 75/2023 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	58
3	MSF 76/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	108
4	MSF 86/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	163

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268 / 2299	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(REDE, PT, PSB, PSD)			
Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(20)(19)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(1)(15)(11)(17)(18)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Moraes(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
- (17) Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- (18) Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
- (19) Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávoro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
- (20) Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávoro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC=OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 12 de dezembro de 2023
(terça-feira)
às 11h

PAUTA

24ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Correções (06/12/2023 10:30)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 38, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI

CPF.: 385.363.827-91

ID.: 3126 MRE

1956 Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Bauru/SP

Dados Acadêmicos:

1979	Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980	Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
1989	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr
2005	Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira”

Cargos:

1981	Terceiro-secretário
1986	Segundo-secretário
1992	Primeiro-secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de segunda classe, por merecimento
2012	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-83	Divisão de Atos Internacionais, assistente
1983-84	Departamento Consular e Jurídico, assessor
1983	Embaixada em Acra, encarregado de Negócios em missão transitória
1984-87	Embaixada no México, terceiro e segundo-secretário
1987-90	Embaixada em Berlim, segundo-secretário e encarregado de negócios
1990-91	Divisão do Pessoal, assessor e chefe, interino
1991-92	Secretaria-Geral de Controle, subsecretário de auditoria, substituto, e coordenador executivo
1992	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, coordenador executivo
1993-96	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, primeiro-secretário
1995	Conselho de Segurança da ONU, delegado junto aos Comitês de Sanções
1996-98	Embaixada em Pequim, primeiro-secretário
1998-99	Secretaria de Controle Interno, subsecretário de auditoria e secretário de controle interno, substituto
1999-00	Divisão de Formação e Treinamento, chefe
1999	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, diretor geral, substituto, e ordenador de despesas
2000	Divisão de Cooperação Educacional, chefe
2001-03	Embaixada em Roma, conselheiro e encarregado de negócios
2003-03	Embaixada em Tóquio, conselheiro
2006-07	Coordenação-Geral de Modernização, coordenador-geral
2006-07	Embaixada em Oslo, encarregado de negócios em missão transitória
2007-09	Embaixada em Washington, ministro conselheiro e encarregado de negócios
2009-15	Embaixada em Islamabad, embaixador. Embaixadas em Cabul e Dushambé, embaixador não-residente
2015-18	Embaixada em Varsóvia, embaixador

2019-22 Superior Tribunal de Justiça, cedido, chefe da assessoria de relações internacionais

Condecorações

1991 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
2016 Medalha Cruz da Paz dos Veteranos da FEB, Brasil
2018 Medalha Marechal Trompowsky, Brasil.
2018 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2018 Ordem ao Mérito, Polônia, Comendador
2018 Medalha do Pacificador, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 38, DE 2023

(n° 270/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 270

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de junho de 2023.

EM nº 00127/2023 MRE

Brasília, 29 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 351/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/06/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4336093** e o código CRC **A6F48566** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004859/2023-82

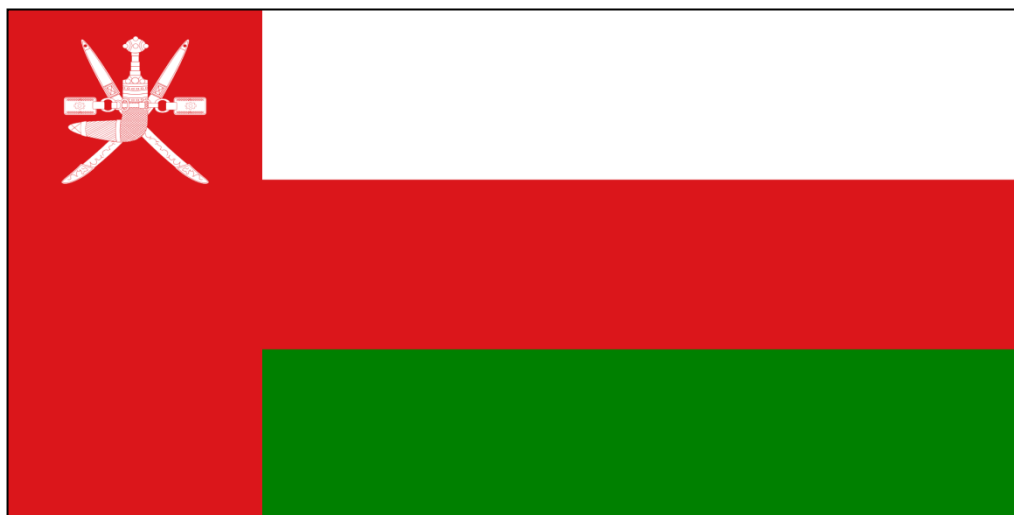
SUPER n° 4336093

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DOS PAÍSES DO GOLFO**

OMÃ





MARÇO DE 2023

OSTENSIVO

Sumário

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
<i>SUA MAJESTADE O SULTÃO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID</i>	<i>4</i>
<i>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI</i>	<i>4</i>
APRESENTAÇÃO	6
DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL	7
RELAÇÕES COMERCIAIS	7
INVESTIMENTOS	9
COOPERAÇÃO EM DEFESA	10
POLÍTICA INTERNA	10
ECONOMIA	12
POLÍTICA EXTERNA	15
ACORDOS BILATERAIS	17

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Mascat
ÁREA:	309.500 km²
POPULAÇÃO:	4,86 milhões (2022)
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe (Oficial), Inglês, Balúchi, Urdu, Dialeto Indianos
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã 89,5% (maioria do ramo ibadita, seguido pelo islã sunita e pela minoria xiita), cristianismo 6,5%, hinduísmo 5,5% e demais minorias 2,1%

SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Majlis Al-Shura (Câmara Baixa com 85 membros eleitos) e Majlis Al-Dawla (Câmara Alta com 85 membros não eleitos, incluindo o presidente)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Sultão Haitham bin Tariq Al Said
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Sayyid Badr bin Hamad bin Hamood Al Busaidi
PRODUTO NACIONAL BRUTO NOMINAL:	US\$ 108,9 (2022, estimativa); US\$ 85,8 (2021); US\$ 73,9 bilhões (2020), US\$ 88 bilhões (2019)
PIB – PARIDADE DE PODER COMPRA:	US\$ 190,4 bilhões (2022, estimativa); US\$ 170,3 bilhões (2021); US\$ 158,9 bilhões (2020); US\$ 162,2 bilhões (2019)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 34.258 (2021); US\$ 33.891 (2020); US\$ 33,702 (2019);
VARIAÇÃO DO PIB:	4,3% (2022, estimativa); 2,9% (2021); -3,2 (2020); -1,1 (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,816 (62ª posição, Brasil ocupa a 87ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	72,5 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (Banco Mundial):	3,1% (2021); 2,9% (2020); 1,8% (2019)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial omani
EMBAIXADOR DO BRASIL EM MASCATE:	Ministro-Conselheiro, comissionado, Milton de Figueiredo Coutinho Filho, encarregado de negócios, a.i.
EMBAIXADOR DE OMÃ EM BRASÍLIA:	Embaixador Amad Hamood Salim Al Abri

Brasil - Omã (milhões US\$)	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	629	874	1.171	656	833	799	1.026	893	2.238	2.200
Exportações	113	831	1.106	583	695	674	937	737	1.545	1.040
Importações	516	42	64	72	138	124	89	156	692	1.160
Saldo	113	789	1.041	511	556	550	848	581	853	-119

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE O SULTÃO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID

Nascido em 1954, graduou-se no Foreign Service Programme da Universidade de Oxford. Em 1986, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2002, atuou como Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 2002 e 2020, ocupou o cargo de Ministro da Herança e Cultura. Em 11 de janeiro de 2020, sucedeu o finado Sultão Qaboos (seu primo, que morreu sem deixar herdeiros), tornando-se o Sultão de Omã.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI



Nascido em 1960, Badr Al Busaidi recebeu sua educação básica em Omã e graduou-se em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford. Em 1988, ingressou na carreira diplomática. Em 1997, tornou-se chefe de gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 2000, foi designado Subsecretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo promovido, em 2007, a Secretário-Geral. Em agosto de 2020, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

APRESENTAÇÃO

O Sultanato de Omã situa-se no extremo sul da Península Arábica e possui fronteiras com o Iêmen, ao Oeste, e Arábia Saudita, ao Norte. O golfo de Omã, em verdade, um estreito, permite acesso ao Golfo e ao Estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do comércio mundial de petróleo. Segundo o Centro Nacional de Estatística e Informação (NCSI) de Omã, a população total do país é de 4,8 milhões, sendo que cerca de 2,8 milhões de omanis (58,7% da população) e 2 milhões de expatriados (41,3%).

Apesar de Omã não manter dados oficiais de religião, estima-se que cerca de 90% da população seja praticante do Islã, em sua maioria da denominação Ibadita, mais antiga do que a sunita e a xiita. Estima-se que a ocupação humana do território que hoje constitui o Sultanato de Omã data de, pelo menos, 100 mil anos atrás. A islamização da região iniciou-se no século VII; em 751, foi estabelecido um imanato ibadita.

Vale mencionar que as escolas no Sultanato evitam ensinamentos sectários ou a história da divisão do islã, sendo os currículos escolares formados unicamente por princípios islâmicos gerais, aceitos igualmente por sunitas, xiitas e ibadis. Por esse motivo, Omã é reconhecido como o mais exitoso, dentre os países do Golfo, na superação das tensões sectárias.

Entre o século X e o século XVIII, o país foi invadido por outros povos, entre eles os portugueses, que ocuparam até 1650 a capital Mascate, então principal porto no Golfo Pérsico. Após a expulsão dos portugueses, o Sultanato de Mascate consolidou um considerável império marítimo, com influência sobre territórios no Golfo e Oceano Índico, ocupando Zanzibar e outros territórios na costa oriental da África. No século XIX, o Omã tornou-se protetorado da Grã-Bretanha, recuperando a completa soberania apenas em 1951.

O Sultanato de Mascate (1650-1820) existiu concomitantemente com o Imanato de Omã (751-1820). Em 1820, deu-se a unificação sob o nome de Sultanato de Mascate e Omã, nome utilizado até 1970.

Após a decadência do império comercial omanita, a economia omani tornou-se primordialmente agropastoril. A partir de 1930, a Iraq Petroleum Company iniciou a prospecção de petróleo. Na década de 1960, foi feita a primeira descoberta de poços de petróleo e teve início a exportação do hidrocarboneto. A exploração estava a cargo da Petroleum Development (Oman), inicialmente controlada pela Shell. A partir da década de 1970, o governo de Omã assumiu posição majoritária, atualmente em torno de 60%, da empresa.

Em 1970, o príncipe herdeiro Qaboos bin Said assumiu o poder. O país adotou o nome de Sultanato de Omã e adentrou período de abertura e modernização conhecido como "Renascimento Omani".

A modernização empreendida pelo Sultão Qaboos bin Said acarretou a modificação da política externa do Sultanato. Na década de 1970, o país entra na Organização das Nações Unidas e, posteriormente, participa da fundação do Conselho

de Cooperação do Golfo. O Sultanato aproximou-se dos EUA, sem excluir relações com outras potências regionais, o que foi evidenciado pelo protagonismo exercido por Omã na mediação da Guerra Irã-Iraque e pelos esforços de aproximação entre EUA e Irã que culminaram na assinatura do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPoA).

Qaboos não deixou herdeiros. Após seu falecimento, em janeiro de 2020, seu primo, Haitham bin Tariq Al Said, tornou-se Sultão de Omã.

DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. No mesmo ano, criou-se a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, funcionando cumulativamente a partir da Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica e importância do Sultanato na geopolítica regional, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país.

Na década de 2000, iniciou-se agenda de visitas oficiais. Em 2005, foi realizada a primeira visita de um chanceler brasileiro a Omã. Em 2012, os Ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social de Omã visitaram o Brasil, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). A visita a Mascate do então Vice-Presidente Michel Temer, em 2013, constituiu a visita de mais alto nível realizada entre os dois países até o momento.

Não há registro de visitas de Chefe de Estado ou de Governo de parte a parte, tampouco de chanceleres omanis ao Brasil. Dessa forma, a relação é conduzida prioritariamente em nível técnico.

Em 2016, realizou-se, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, presidida pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Indústria e Comércio de Omã. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos e foram realizados encontros empresariais em São Paulo.

Em junho de 2018, realizou-se, em Mascate, a I Reunião de Consultas Políticas, em que foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

O Sultanato tem buscado diversificar suas parcerias, sendo o Brasil seu principal parceiro na América Latina. Brasília é a sede da única Embaixada de Omã na região.

RELAÇÕES COMERCIAIS

O potencial de evolução das relações bilaterais tem se mostrado positivo, igualmente, no campo econômico. O intercâmbio comercial bilateral intensificou-se sensivelmente desde 2000, passando de US\$ 27 milhões ao ápice de US\$ 2,2 bilhões em 2021 e 2022, alcançado após forte tendência de alta iniciada a partir de 2016 – quando o comércio foi de US\$ 588 milhões.

O padrão das exportações brasileiras para Omã destoa do padrão regional em virtude das atividades da Vale no país. Em 2022, as exportações de minério de ferro

totalizaram US\$ 830 milhões, representando 80% das exportações brasileiras. As vendas de carnes de aves – produto que tradicionalmente predomina na pauta exportadora para a região – corresponderam a 15% (151 milhões). Em razão do domínio da commodity, o saldo da pauta comercial com Omã é fortemente dependente do valor internacional do minério de ferro: apesar de ter exportado maior volume do produto em 2022 (10,1 milhões de toneladas, em 2022, e 9,8 milhões de toneladas, em 2021), o valor total das exportações de minério foi substancialmente menor do que em 2021 (US\$ 817 milhões em 2022 e US\$ 1,25 bilhão em 2021). Em 2020 – último ano para o qual há dados globais, o Brasil foi a 7ª maior origem das importações de Omã (atrás de Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Catar, Arábia Saudita e Japão e logo à frente dos EUA).

Em 2022, a EMBRAER negociou a venda de jatos de nova geração, E-195-E2 em Omã. A empresa aérea omani "low cost" Salam Air adquiriu 6 jatos E195-E2, com provisão em contrato de venda futura de outros 6 jatos, totalizando doze aeronaves brasileiras a compor sua frota nos próximos anos. A empresa brasileira pretende entregar a primeira aeronave já no final de 2023 e mantém negociações para a venda de dois jatos para a Royal Omani Police (ROP) que já conta em sua frota com uma aeronave E-175, de mesmo modelo adquirido pela Salam.

Do lado das importações brasileiras, há predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, especialmente fertilizantes. Omã produz e exporta fertilizantes do tipo nitrogenado, mais especificamente a ureia granulada, principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã. Em 2022, adubos e fertilizantes representaram 85% das compras brasileiras (US\$ 980 milhões) com origem em Omã. Em segundo lugar, constam óleos combustíveis de petróleo, que representam 7,7% do total importado pelo Brasil de Omã.

Sobre as importações de fertilizantes, destaca-se que as aquisições brasileiras do produto de origem omani eram reduzidas até 2020, quando as vendas desse produto totalizaram apenas US\$ 66 milhões. Em 2022, com a diminuição dos fluxos de fertilizantes advindos da Rússia, o Omã tornou-se o maior fornecedor da ureia importada pelo Brasil, a frente do Catar, Nigéria e Rússia. Em 2021, Omã foi o oitavo maior fornecedor de fertilizantes para o Brasil (US\$ 485 milhões em importação de ureia). Em relação aos fertilizantes azotados (nitrogenados), Omã ocupou a quarta posição e, em ureia, a 3ª posição.

À semelhança do que vem ocorrendo na Arábia Saudita, as empresas brasileiras que exportam carne de frango (controlando 74% do mercado omanita) têm enfrentado crescentes dificuldades, resultantes do plano nacional Visão 2040, que prevê maior autossuficiência alimentar omani por meio da substituição de importações. Exportadores brasileiros relatam imposição de medidas restritivas à exportação de frango – no que tem sido chamado de “solução saudita”, em referência a medidas semelhantes que têm impactado severamente as exportações brasileiras de frango para o Reino vizinho. A Oman Food Investment Company (OFIC) tem recebido subsídios para aumentar sua produção de frango tipo “griller”, o que pode resultar em contração ainda maior das exportações e que pode ter sido fator preponderante para a redução de mais de 10% do volume vendido ao país em 2022, em relação à 2021.

O saldo da balança comercial em 2022 foi deficitário para o Brasil em USD 166,3 milhões. Recordar-se que, em 2021, a balança comercial Brasil-Omã foi superavitária para o Brasil em pouco mais de USD 850 milhões. Dois fatores justificaram o déficit observado na balança comercial com o Omã em 2022, a saber: (a) aumento substantivo do valor e da quantidade de fertilizantes importados de Omã; e (b)

queda acentuada no valor do minério de ferro exportado pelo Brasil, embora a quantidade exportada em 2022 tenha sido superior à exportada em 2021.

INVESTIMENTOS

Entre os investimentos brasileiros no país, destaca-se a planta de pelotização de minério de ferro construída pela Vale na cidade portuária omani de Sohar. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no Sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A Vale anunciou, em fevereiro de 2022, a aquisição dos 30% da Vale Oman Pelletizing Company (VOPC ou Vale Oman), pertencentes à estatal omani, passando a controlar completamente a empresa. Trata-se de processo de “desinvestimento” levado a cabo pelo governo omani em favor de empresas, como a Vale, que conquistaram sua confiança. Registre-se que a Vale detém ainda 100% da companhia Vale Oman Distribution Centre, em Sohar, que opera terminal habilitado a receber navios de porte VALEMAX. O total dos investimentos da Vale em Omã é estimado em US\$ 3,35 bilhões.

A Vale Oman anunciou a aprovação, em fevereiro de 2022, da criação de planta de produção de briquetes de ferro, com atividades previstas para ter início ainda este ano. O investimento reforça a relevância do Sultanato de Omã nos planos globais de descarbonização da Vale e como centro de produção e distribuição ("hub") de produtos de baixo carbono para a indústria siderúrgica da região (briquetes de ferro são considerados "ecologicamente corretos", pois são produzidos por meio da redução do minério de ferro com gás natural, que emite aproximadamente 60% menos carbono quando comparado com a produção por meio do uso do carvão).

No setor alimentício, destaca-se a presença da BRF no Sultanato. A companhia, que atende parcela expressiva do mercado local, adquiriu inicialmente 40% das ações de sua parceira local, Al Khan Foods. Com o sucesso da parceria, a BRF adquiriu, em 2016, os 60% restantes da empresa.

Além do investimento da Vale e da BRF, há potencial para que empresas brasileiras participem mais ativamente do esforço de revigoramento econômico omani. No IX Plano Quinquenal, o governo enfatizou a estratégia de diversificação econômica, elegendo os setores de logística e de turismo entre os prioritários. Ambicionando explorar as oportunidades em obras de infraestrutura e de construção de estabelecimentos comerciais, empresas brasileiras têm demonstrado interesse no Sultanato. A empresa WTORRE, por exemplo, venceu licitação do Governo omani para construir aeroporto internacional em Sohar. A empresa EPPO também demonstrou interesse em se instalar em Omã.

Embora o fundo soberano de Omã possua recursos relativamente menores do que aqueles de países vizinhos, há potencial de expansão de investimentos no Brasil. A *Oman Investment Authority (OIA)*, fundada em 2020 pela fusão de outros dois fundos soberanos, detém, aproximadamente, US\$ 17 bilhões em ativos. A OIA teria investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.

A OIA parece estar adotando estratégia de investimento mais ousada do que a dos fundos que a antecederam. Entre os investimentos recentes do fundo, constam a parceria com a empresa americana MyCo Technologies para inovação no setor de alimentação – produção de proteína a partir de tâmaras – e acordo para desenvolvimento de porto em Zanzibar, na Tanzânia. Além disso, a OIA tem aplicado recursos em empresas de venture capital, responsáveis por investir em setores de tecnologia, como a *Cambridge*

Venture Capital, com foco na área de ciência de saúde. Em face dessa nova estratégia do fundo soberano omani, há perspectiva de atração de investimentos para setores inovadores no Brasil.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

A cooperação em Defesa tem potencial para adensamento, porém está hoje em estado incipiente. Apesar de ser apenas a 70ª maior economia do mundo, o Omã tem o 38º maior orçamento militar do mundo. Em proporção do PIB, trata-se do maior orçamento militar do mundo (7,3% do PIB do país), em 2021.

Grande parte das despesas militares do país são voltadas para as importações de armamentos. No quinquênio 2017-2021, Omã foi o 27º maior importador de armas – mesmo tendo registrado queda de importações de mais de 30% em relação ao quinquênio anterior.

Apesar da importância da cooperação securitária com potências ocidentais (EUA e Reino Unido), o mercado omani é suscetível à penetração de outros países. No quinquênio 2017-2021, o Reino Unido foi o maior exportador de armas para Omã (63% do total), mas a segunda e terceira posição foram ocupadas, respectivamente, por Turquia (16%) e Noruega (8,1%). Vislumbra-se, nesse sentido, oportunidades para produtos brasileiros estabelecidos na região.

POLÍTICA INTERNA

Ainda que a dinastia Al Bu Said reine desde 1744, a centralização política de Omã é relativamente recente, constituindo esforço iniciado na década de 1950. A partir daquele momento, começaram a ser suprimidos centros de controle independentes do poder central que existiam na região Norte – junto à cadeia montanhosa de Jebel Akhdar, região do outrora autônomo Imanato de Omã – e na região de Dhofar, onde ocorreu uma revolta comunista nas décadas de 60 e 70 – próxima à atual fronteira com o Iêmen.

Apenas com a ascensão do Sultão Qaboos, em 1970, contudo, pode-se falar em construção de um Estado nacional em Omã. A estratégia de centralização política do país consistiu no apaziguamento de lideranças tribais, por meio de incorporação a estruturas subalternas de poder, e na satisfação de demandas regionais, por meio de projetos de desenvolvimento orientados a províncias rebeldes financiados com a renda do petróleo.

No início de seu reinado, Qaboos promoveu anistia geral e conclamou exilados e migrantes de origem omani a retornarem ao país para participar de um novo projeto de desenvolvimento nacional, intitulado “Renascimento Omani”. Dessa forma, famílias tradicionais, como os Al Khalili, líderes do Imanato de Omã, estado rival que foi combatido por Said bin Taimur Al Said, e os Alawi, líderes da rebelião de Dhofar, passaram a ocupar, desde os primórdios, cargos importantes na administração omani.

Em consequência da cooptação de exilados, imigrantes, e zanzibares de origem omani – que receberam nacionalidade omani no contexto do “Renascimento” – o Sultão Qaboos dispensou a participação de outros núcleos da família real no processo decisório do país, concentrando, primordialmente em si, quase todo o poder de fato. O grande processo de modernização empreendido a partir da década de 1980, resultando em

significativa melhora nos índices de desenvolvimento do país, estiveram estritamente associados à figura do então Sultão, de forma que Qaboos bin Said acabou se tornando o símbolo da união nacional.

Em 1996, o Sultão Qaboos estabeleceu a Lei Básica de Omã, espécie de Constituição nacional, criada por meio de decreto real e modificada apenas pelo mesmo meio.

Órgãos representativos possuem poderes legislativos limitados. Na prática, o Majlis Oman – conjunto das duas casas que formam o Parlamento – tem poderes consultivos. O Judiciário, apesar de independência de julgamento, permanece vinculado ao Sultão.

A formação de órgãos assemelhados ao Legislativo data da década de 1980, quando foi formado o Conselho Consultivo de Estado. Esse órgão era composto, de início, por membros indicados diretamente pelo Sultão entre representantes do Governo, da comunidade empresarial e de líderes tribais. A partir de 1991, com a mudança de denominação para Majlis Ash-Shura, líderes passaram a ser eleitos indiretamente e, a partir de 2003, por voto direto e universal. Os limitados poderes legislativos do órgão expandiram-se, também, com o apelo por reformas, passando, após 2011, a abarcar a iniciativa parlamentar e a possibilidade de questionar Ministros.

A Lei Básica de Omã não proíbe explicitamente a formação de partidos. Ao contrário, de acordo com seu artigo 33, é garantido o direito de formação de associações, desde que não atentem contra a segurança nacional. Seria possível, portanto, a constituição de sociedades politicamente orientadas, como as existentes no Kuwait e no Bahrein. Não existem ainda, no entanto, associações desse tipo. A inexistência de partidos e o mecanismo de escolha regionalizado – cada circunscrição indica de 1 a 8 membros para o Conselho – implicam a predominância de líderes tribais e da comunidade empresarial na Majlis Ash-Shura. Deve-se destacar, todavia, que, nas últimas eleições, de 2015 e 2019, ascenderam também membros da classe média.

Com a Lei Básica de 1996, foi criado também o Majlis A-Dawla, conhecido como Conselho de Estado, cujos membros são indicados diretamente pelo Sultão. Não se trata, propriamente, de uma câmara alta, mas, sim, de outra instância consultiva e de revisão. Como seu processo de nomeação ocorre após as eleições do Conselho Consultivo, as nomeações do Sultão para o Conselho de Estado têm visado manter equilíbrios entre líderes tribais no Legislativo.

A Lei Básica de Omã torna possível a nomeação de um primeiro-ministro para supervisionar os trabalhos do Conselho de Ministros, equivalente a um gabinete. Após a ascensão de Qaboos, Omã contou, brevemente, com um primeiro-ministro escolhido pelo próprio Sultão. Até sua morte, em janeiro de 2020, além da posição de Sultão, Qaboos também ocupava os cargos de Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chefe do Estado-Maior e diretor do Banco Central. O Conselho de Ministros congrega os ocupantes das demais pastas do governo, embora decisões mais substantivas fossem tomadas pelo próprio Sultão.

Na segunda metade de 2011, ocorreram protestos em Omã no contexto da “Primavera Árabe”. Ao contrário de manifestações similares em outros países, não estavam incluídas entre as demandas do movimento a queda da monarquia ou do regime. Foram priorizadas pautas econômicas, como a criação de mais empregos para cidadãos, e algumas reformas políticas liberalizantes, como maior protagonismo para a Majlis Ash-Shura. Em reação, o Sultão informou que o governo buscaria intensificar o processo de omanização do trabalho, com a criação de 50 mil empregos, e reformas nos

sistemas político e judiciário. Dentre as reformas no Judiciário, consta a transferência do poder de iniciar processos da polícia real de Omã para o escritório do procurador público. O Poder Judiciário de Omã permanece, entretanto, subordinado à figura do Sultão, que nomeia os juízes, além de dirigir o Supremo Conselho Judiciário.

Em janeiro de 2018, houve uma nova onda de protestos no país, com demandas semelhantes àsquelas de 2011. Em reação a esses eventos, o governo de Omã instituiu um novo código penal, em que proscreve manifestações públicas com dez ou mais pessoas e que atentem contra a ordem e segurança públicas.

Após o falecimento do Sultão Qaboos, em janeiro de 2020, Haitham Bin Tariq Al Said ascendeu ao trono. Haitham parece sentir-se mais confortável com uma relativa descentralização de poder, tendo indicado um número maior de Ministros para seu gabinete. Alicerçado no reinado de 50 anos de Qaboos, o Sultão Haitham de fato vem renovando a dinâmica da condução do país, com o cuidado de manter e desenvolver as diretrizes de seu antecessor, tanto no plano interno quanto na política externa, com ênfase nas medidas de descentralização do poder e com critérios que priorizam o fortalecimento da economia, a criação de empregos para os nacionais omanis e a projeção internacional do Sultanato, cristalizados na “Visão Omã 2040”, principal parâmetro para o desenvolvimento e prosperidade do país.

Em 2021, foi estabelecida a Nova Política de Empregos (NPE) em reação aos protestos populares ocorridos na cidade de Sohar (sede da usina de pelotização da Vale) em maio daquele ano, que reivindicavam mais ações governamentais em prol do aumento de empregos e por melhores salários em Omã. A NPE aumenta a oferta de empregos em órgãos públicos, como na polícia militar e nas forças armadas, de forma a absorver oferta de trabalho não aproveitada no setor privado.

Em dezembro de 2022, foram realizadas eleições municipais em 63 províncias do Sultanato de Omã, resultando na eleição de 126 novos conselheiros provinciais. O processo eleitoral é considerado “histórico” por haver sido o primeiro com votação on-line, através de aplicativo, e constitui, assim, um passo importante do Sultanato em direção à transição digital, tema prioritário na agenda interna do Omã e presente no programa “Vision 2040”. As autoridades omanis atestam que a segurança e o segredo de cada voto estiveram salvaguardados pelo sistema de “alta tecnologia empregada”, reduzindo o tempo e os custos do processo eleitoral.

O amplo processo de modernização das instituições, acentuado após o fim das restrições da pandemia e beneficiado pelos recursos provenientes da alta dos preços do petróleo, visa não apenas a tornar mais ágil a máquina estatal, mas também a proporcionar a consolidação de um setor privado forte e competitivo, capaz de atuar com desenvoltura no mundo globalizado.

ECONOMIA

A economia omani é relativamente modesta se comparada à dos países de seu entorno regional. Em 2022, estima-se que o PIB omani tenha alcançado US\$ 108 bilhões. A renda per capita omani, em paridade de poder de compra, equivale a US\$ 34 mil, a menor entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Isto se deve, em parte, às menores receitas geradas pela exploração de petróleo em Omã.

As reservas de petróleo de Omã situam-se em 5 bilhões de barris – a segunda menor do CCG, à frente apenas do Bahrein. No atual ritmo de produção, as reservas durariam somente mais 15 anos. Por isso, Omã, assim como o Bahrein, nunca ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

As reservas conhecidas de gás natural, por sua vez, são estimadas em 705,4 bpm³, o que corresponde a 22,6 anos de produção. Em razão do grande consumo interno, apenas 30% da produção omani de gás é exportada.

Apesar do relativamente menor potencial do setor petrolífero em Omã, este respondeu, em 2020, por 30% do PIB do país, cerca de 70% das receitas governamentais e 65,7% das exportações do país. Os principais destinos de exportação do país são, assim como ocorre com seus vizinhos, países asiáticos importadores de energia: China (45,5%), Índia (7,8%), Japão (6,36%) e Coreia do Sul (6,267%). O setor de mineração corresponde a, aproximadamente, 8% das exportações do país.

Em razão da concentração econômica em torno da indústria de hidrocarbonetos, a pauta de importações de Omã tende a ser diversa, destacando-se, entre os principais itens importados, máquinas e equipamentos (16%), veículos e partes automotivas (12%) e máquinas elétricas (10,6%). As principais origens das importações omanis foram os Emirados Árabes Unidos (36%), China (11,4%), Índia (8,57%), Japão (4,75%) e Estados Unidos (4%).

Os níveis baixos de produção de petróleo, associados à dependência desta commodity, fazem que Omã tenha um dos “breakeven” fiscais mais altos da região: US\$ 95,8 como preço necessário do barril de petróleo para equilibrar as contas do governo e US\$ 61,2 como valor do barril de petróleo para cobrir as contas externas do país.

Dessa forma, o país incorre constantemente em déficits fiscais, cuja magnitude é inversamente proporcional ao preço do barril de petróleo. De 2016 – data de estabelecimento do acordo OPEP+ para regular os preços da commodity – a 2019, os déficits omanis diminuíram de 24% do PIB para 6%. Em 2020, com a menor demanda por petróleo decorrente da política de distanciamento social em combate à pandemia de covid-19, o déficit omani foi de 19,3% do PIB. Com a recuperação dos preços da commodity experimentada em 2021, os déficits caíram para 2,4% do PIB.

Em 2022, o orçamento anual previa déficit de 5%, mantendo a tendência deficitária dos últimos anos, tendo então por base a previsão de preço médio do barril do petróleo em Omã em USD 50. No entanto, o preço médio do barril no Sultanato em 2022 ultrapassou o marco dos USD 90. A alta decorreu do conflito russo-ucraniano, que teve o efeito de beneficiar as contas públicas de Omã.

Observa-se que 67% das receitas públicas advêm do setor de extração de petróleo e gás, 23% de setores não-petrolíferos e 10% de arrecadação de impostos, como o imposto sobre Valor Agregado (IVA), introduzido há quase dois anos no país, com alíquota de 5%. O cálculo de receitas para a previsão orçamentária de 2023 manteve perfil conservador, baseado no preço do barril de petróleo em USD 55, apenas cinco dólares a mais que o projetado para o orçamento do ano passado, quando as estimativas para o ano preveem média de preço também em USD 90 por barril, mantendo-se a média real de 2022.

A economia de Omã deverá crescer 5,5% em 2023, um ponto e meio percentual a mais em comparação ao crescimento de 2022, da ordem de 4,0%. Ademais das dificuldades relativas ao orçamento, o Omã incorre ainda em sucessivos déficits em

conta corrente, menos correlacionados, entretanto, com o preço do petróleo. Em 2020, o déficit em conta corrente atingiu 13,7% do PIB. A recente elevação dos preços não deverá, entretanto, transformar os déficits em superávits em razão das crescentes transferências de renda – por empresas e trabalhadores expatriados – para o exterior. Dessa forma, as reservas do Banco Central de Omã continuam a diminuir, de US\$ 20 bilhões em 2016 para US\$ 15 bilhões em 2020, o que corresponde a apenas 6 meses de importações.

Com vistas a superar a situação econômica corrente, Omã vem buscando implantar reformas em sua política fiscal e econômica. No âmbito fiscal, destacam-se as mudanças tributárias, realizadas em linha com as de outros países do CCG. O decreto real n. 9/2017 aumentou o imposto corporativo de 12% para 15%, eliminou isenções e ampliou a aplicação de impostos retidos na fonte. A implementação de um imposto sobre valor agregado (IVA), acordada no âmbito do CCG para janeiro de 2018, iniciou-se em abril de 2021. Além disso, o país vem aumentando impostos sobre certos produtos cujo consumo é tido como indesejável, por exemplo tabaco e álcool.

Há modificações, também, na estrutura de despesas do país. Entre as mais notáveis está a redução dos gastos em Defesa – que já chegaram a responder por 12% do PIB. Subsídios sobre gasolina, água e eletricidade tornaram-se mais focalizados e orientados para famílias menos privilegiadas. Há rumores de que esteja sendo considerado um imposto sobre renda de pessoas físicas. Busca-se, com essas ações, abrir espaço fiscal para financiar o programa de diversificação governamental, que corresponde a 10% do total dos gastos governamentais.

A prioridade conferida à diversificação econômica está presente desde o 5º plano quinquenal lançado pelo governo do sultanato em 1996. O atual programa de diversificação (Tanfeedh) orienta-se para cinco setores prioritários: mineração, logística, turismo, pesca e manufaturas, sendo os dois primeiros as apostas mais auspiciosas. No setor de mineração, destaca-se a expectativa de consideráveis reservas minerais na cadeia montanhosa de Al Hajar. A expansão do setor é impulsionada pelos altos investimentos em infraestrutura e logística realizados pelo governo, que atraíram a brasileira Vale a se instalar no país. No setor de logística, destacam-se os investimentos na construção de estrutura rodoviária e portuária de alta qualidade, com a intenção de estabelecer o país como um "hub" de transportes a conectar o Oceano Índico ao Golfo.

O projeto de diversificação econômica está vinculado ao Conselho Supremo de Planejamento. Muitas das iniciativas seriam orientadas para facilitar procedimentos e para promover parcerias público-privadas. A maior parte desses planos de reformas, contudo, ainda não avançou.

A mais recente iniciativa relativa a diversificação econômica, desenvolvimento e modernização no país é o programa Oman Vision 2040, que começou a ser implementado em 2021. De maneira similar a outros programas anunciados por países da região, o Vision 2040 identifica 12 prioridades nacionais e recomenda planos de ação, a fim de garantir prosperidade e segurança para o país, bem como reduzir a dependência de Omã das receitas provenientes do petróleo. As principais prioridades incluem a criação de empregos e a inclusão dos cidadãos omanis no mercado interno de trabalho ("omanização"), além da realização de investimentos em novas infraestruturas sustentáveis. A Visão 2040 também visa a garantir que a proteção dos recursos naturais da nação e o equilíbrio ambiental caminhem paralelamente ao crescimento econômico. O novo Embaixador omani no Brasil, Talal Al Rabhi, era o segundo na linha

hierárquica da Unidade de Acompanhamento da Implementação da Visão 2040, entidade criada com status de ministério.

Cabe notar que existem relatos de que o governo omani estaria enfrentando resistências do setor privado, em especial em relação à “omanização” da força de trabalho, em detrimento de trabalhadores estrangeiros. Como ocorre em outros países do Golfo, os empregadores por vezes consideram a mão de obra estrangeira mais bem qualificada.

Em curto prazo, o Governo omani espera que a exploração de gás natural traga maiores receitas, compensando, parcialmente, a possível escassez de petróleo. As reservas omanis de gás natural aumentaram consideravelmente com o investimento em técnicas de recuperação e de produção não convencional (fracking), bem como com a descoberta do campo de Khazzan, com estimados 10,5 trilhões de pés cúbicos de gás. A exploração do campo ocorrerá em uma parceria entre a Oman Oil (40%) e a BP (60%).

Nesse contexto, o grande desafio do governo omani seria ampliar o percentual de gás exportável, na medida em que grande parte da produção, aproximadamente 70% do total, é destinada a prover energia subsidiada para o mercado interno. Dessa forma, a redução dos subsídios em energia contribuiria, também, para aumentar a parcela exportável do produto. Analistas esperam que a produção de gás se torne, em médio prazo, tão importantes quanto a de petróleo para o país.

No conjunto, importantes resultados foram obtidos no âmbito econômico em 2022, superando as consequências negativas da pandemia COVID-2019. A alta do preço do petróleo, ocasionada pelo conflito russo-ucraniano, possibilitou considerável superávit no orçamento público, diversificação de investimentos e quitação de parte da dívida pública do Sultanato. Cumpre ressaltar, ainda, os desdobramentos no campo ambiental, que incluem iniciativas como programas de promoção do hidrogênio verde em sua matriz energética e de neutralização do carbono. Sob o comando do Sultão Haitham, o Omã planeja produzir um milhão de toneladas de hidrogênio verde até 2030, além de já haver criado empresa estatal como parte de seu plano para atingir emissões líquidas zero de carbono até 2050.

POLÍTICA EXTERNA

Durante a maior parte do século XX, a política externa de Omã caracterizou-se pelo isolacionismo, marcado pela não participação em fóruns multilaterais e pela dependência do Reino Unido, à semelhança de outros países do Golfo. No contexto da consolidação do Sultanato, para a superação dos desafios internos – confronto com o Imanato de Omã e o levante comunista de Dhofar – e externos – disputas territoriais com vizinhos – impôs-se a necessidade de angariar aliados internacionais. Reino Unido e Irã foram os principais aliados omanis em prol da consolidação nacional.

A Revolução Iraniana, em 1979, aumenta o distanciamento entre as potências ocidentais e os países árabes do Golfo e o Irã. Ao contrário de países do entorno, Omã não rompeu, em nenhum momento, as relações com o Irã. Além da relação econômica, contribuíram para essa decisão os laços históricos, sociais e políticos mantidos entre ambos os países. As boas relações com o Irã e com países ocidentais fez com que Omã frequentemente exercesse o papel de mediador em conflitos regionais, em especial, naqueles que envolveram Teerã. Ademais de ter contribuído com a mediação da Guerra Irã-Iraque, o Sultanato foi o principal facilitador da retomada de contatos entre os EUA

e outras potências ocidentais com o Irã, culminando na conclusão do “Joint Comprehensive Plan of Action” (JCPoA), em 2015. Omã foi também o primeiro país do Golfo a assinar acordo que permitiu a utilização norte-americana de bases no território nacional, após a revolução iraniana de 1979. A base aérea de Masirah, ilha no Mar Árábico, contribuiu para as operações norte-americanas no Afeganistão e no Iraque.

Desde a conclusão do JCPoA, autoridades omanis buscam apresentar seu país como porta de entrada para a reinserção do Irã na comunidade internacional, o que seria simbolizado pelo projeto de gasoduto ligando os centros produtores do Irã ao porto omani de Sohar. Mesmo após a retirada norte-americana do acordo nuclear e a reimposição de sanções contra o Irã, o Omã manteve a intenção de realizar o projeto. Há estimativas de que o comércio de bens não-petrolíferos entre o Irã e o Sultanato tenha aumentado.

O Sultanato de Omã parece, igualmente, empreender bons ofícios para promover o diálogo entre Arábia Saudita e Irã, em particular no que se refere ao conflito no Iêmen, em contexto geral de redução dos atritos entre as duas potências regionais do Golfo.

Membro fundador do CCG, Omã mantém relações amistosas com todos os países do grupo, ao mesmo tempo em que busca preservar independência em sua política externa. Vale recordar, o país possui disputas territoriais com dois dos principais parceiros do bloco – na região de Al Buraimi, com a Arábia Saudita; e na Península de Musandam, com os EAU.

Em junho de 2017, Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Egito romperam relações diplomáticas com o Catar, acompanhada de bloqueio econômico àquele país, alegando “ingerência de Doha nos assuntos internos” de países da região e “alinhamento político com o Irã”, dentre outras acusações. Omã manteve-se neutro. Todavia, os laços econômicos entre o Omã e Catar ampliaram-se consideravelmente após a decretação do bloqueio, na medida em que se abriram novas rotas portuárias e aeroportuárias entre os dois países. Durante o auge da crise, as exportações de Omã para o Catar chegaram alcançar US\$ 1,8 bilhão, comparativamente a US\$ 400 milhões antes da crise.

A recente ascensão do Sultão Haitham Al Said ao trono, em janeiro de 2020, não implicou mudança significativa na política externa de Omã, mantendo-se o mesmo grau de neutralidade do Sultanato nas principais questões regionais. De modo geral, as linhas de sua política externa seguem pautadas pelo respeito às normas do direito internacional, pelo princípio de não ingerência e pela valorização do diálogo como instrumento para a solução de controvérsias. Com efeito, o Sultanato tem longa tradição na mediação de conflitos, o que lhe tem garantido atuação exitosa na libertação de reféns ocidentais, tanto no Iêmen quanto no Irã. Essa característica de sua política externa tem permitido ao Sultanato amplo trânsito junto aos mais diversos grupos políticos.

PALESTINA, IÊMEN E SÍRIA

Dentre os pontos mais importantes da agenda de política externa do Sultanato estão a “Questão Palestina”, o “Conflito no Iêmen” e a “Guerra na Síria”. No tocante ao primeiro, o Omã defende o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. O Sultanato considera que, havendo desenvolvimentos que sugiram desejo real de negociações, com o compromisso de se alcançar solução duradoura e uma paz abrangente, o país estará entre os primeiros a renovar seu apoio ativo, como fez no

passado, nos anos 90, e mesmo antes disso, quando apoiou os Acordos de Camp David, nos anos 70.

O Sultanato busca posição equilibrada no conflito Israel-Palestina. Em outubro de 2018, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, realizou visita não anunciada a Omã, tendo sido acompanhado pelo diretor da Mossad – serviço de inteligência israelense – e pelo conselheiro de Segurança Nacional. Foi a primeira visita de um Chefe de Governo israelense a um país do Golfo desde 1996. A visita ocorreu uma semana depois de Mahmood Abbas ter visitado Mascate e encontrado, também, o Sultão Qaboos. Em 1994, Omã e Israel estabeleceram relações comerciais não oficiais, as quais foram interrompidas em 2000, após a Segunda Intifada (2000-2005).

Com relação à guerra no Iêmen, Omã tem mantido interlocução com atores beligerantes entre si e, recentemente, vem participando dos esforços para a renovação do cessar-fogo naquele país. O Sultanato julga serem os Houthis componente importante da solução do conflito e defende a necessidade de incorporá-los às tratativas de paz.

Quanto à Síria, ressalta-se o empenho do Sultanato na reincorporação de Damasco à família árabe, realizando gestões para a reabilitação de Damasco na Liga dos Estados Árabes e para a reintegração do país na comunidade internacional. Ao longo de todo o conflito, o Omã manteve aberta e operacional a sua Embaixada em Damasco.

ACORDOS BILATERAIS

<i>Título</i>	<i>Data de celebração</i>	<i>Entrada em vigor</i>	<i>Publicação</i>
Memorando de Entendimento Sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e o Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Sultanato de Omã sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério do Esporte do Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2014	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Autoridade Pública para Promoção do Investimento e Desenvolvimento do Comércio do Sultanato de Omã sobre Cooperação em Promoção de	4/2/2016	4/2/2016	15/3/2016

Investimentos			
Acordo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Especiais, Oficiais e de Serviço	25/5/2016	26/8/2016	12/8/2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MASCATE

Candidato: ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni

Nascido em Bauru, São Paulo.

Tem 67 anos de idade e 43 anos de exercício como diplomata de carreira.

Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

Inscrito na OAB-RJ e OAB-BSB.

Concluiu os cursos para diplomata do Instituto Rio Branco nos níveis preparatório, de mestrado e de doutorado, com tese sobre “O Papel da Cooperação Educacional na Política Externa Brasileira”.

No Itamaraty, chefiou a Divisão de Cooperação Educacional e a Coordenadoria de Modernização. Interinamente, chefiou a Secretaria de Controle Interno (Ciset) e o Departamento de Ciência e Tecnologia.

No Superior Tribunal de Justiça-STJ, chefiou a Assessoria de Relações Internacionais (de 2019 a 2022).

No exterior, como diplomata, serviu nas Embaixadas no México, Berlim, Pequim, Roma, Tóquio e Washington, bem como na Missão junto às Nações Unidas (Nova York), onde trabalhou como Delegado junto ao Conselho de Segurança.

Como Embaixador, chefiou as Embaixadas em Islamabad (Paquistão) e Varsóvia (Polônia).

De março a julho de 2023, serviu como Encarregado de Negócios na Embaixada em Bamako (Mali).

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E OMÃ**I – Relações diplomáticas**

1. Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Nesse mesmo ano criou-se a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, que operou cumulativamente a partir da Embaixada em Jedá e posteriormente da Embaixada em Riade. Em 2008, abriu-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica do Sultanato e do potencial de crescimento das relações bilaterais. A Embaixada brasileira em Mascate é a única representação diplomática residente latino-americana nesta capital, assim como a de Omã em Brasília é a única que o Sultanato mantém em toda a América Latina.
2. Em 2024, ocorrerá o jubileu do estabelecimento das relações diplomáticas, o que proporcionará excelente oportunidade para novas iniciativas de incremento do relacionamento bilateral, no âmbito do comércio e dos investimentos mútuos, assim como em outros campos, tais como o cultural, o educacional, o de cooperação técnica e o de ciência, tecnologia e inovação.
3. No âmbito das visitas bilaterais, registra-se, a título de contextualização, ter sido a de mais alto nível a realizada pelo então Vice-Presidente Michel Temer, em 2013. Vale igualmente registro das visitas recentes, em 2022, do então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), Almirante Flávio Rocha, assim como, em 2019, do então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Bolsonaro.
4. Há convite para que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sayyid Badr Albusaidi, visite o Brasil em data ainda a ser acordada. Também se encontram pendentes de agendamento a II Reunião de Consultas Políticas (a ser realizada em Brasília, pelo princípio da alternância), que daria seguimento à I Reunião, havida em Mascate, em junho de 2018, e a II Reunião da Comissão Mista (a ser realizada em Mascate), dando continuidade à primeira edição, que teve lugar em Brasília, em fevereiro de 2016. Pelo lado brasileiro, a Comista é presidida pelo Ministro das Relações Exteriores; pelo lado omani, pelo Ministro do Comércio, Indústria e Promoção de Investimentos.

II – Relação econômico-comercial

1. A balança comercial Brasil-Omã em 2022 foi da ordem de USD 2,2 bilhões, deficitária para o Brasil em USD 166,3 milhões. Desse total, o Brasil exportou USD 1,05 bilhão e importou USD 1,21 bilhão. A corrente total de comércio com Omã foi 0,4% maior que a registrada em 2021, segundo os números revistos no sistema de comércio exterior do MDIC, que, naquele ano, haviam totalizado USD 2,23 bilhões.
2. O principal produto na pauta de exportação do Brasil para Omã em 2022 continuou sendo o minério de ferro e concentrados, seguido de carnes de aves e miúdos, com 15%. Demais produtos brasileiros exportados são milho não moído, farelo de soja e outros cereais, tubos e perfis ocios de ferro ou aço, e carne bovina fresca, refrigerada ou congelada.

3. Os principais produtos omanis importados pelo Brasil em 2022 foram fertilizantes, que ocuparam 85% da pauta importadora brasileira em relação a Omã, seguidos de combustíveis minerais, óleos minerais, matérias betuminosas, ceras minerais, plásticos, peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, ferro fundido, ferro e aço.
4. Especificamente acerca dos fertilizantes omanis exportados ao Brasil, cabe observar que Omã produz e exporta fertilizantes do tipo nitrogenado a ureia granulada. A produção de ureia é realizada por duas empresas locais: a Oman-India Fertilizer Company (OMIFCO), "joint venture" 50%-50% entre Omã e Índia, sendo que a parte omani é 100% estatal, pertencente à OQ; e a empresa privada Sohar International Urea & Chemical Industries (SIUCI).
5. O Setor de Promoção Comercial e Investimento da Embaixada (SECOM), em seu planejamento de 2023, entre outras iniciativas, buscará ampliar ou promover a participação de produtos brasileiros no mercado omani, entre os quais estão carne bovina, ovo comercial e ovo fértil, leite em pó, material genético de tilápia, peixes ornamentais, entre outros, em face de apurações feitas ao longo de 2022.
6. Importante notar que a segurança alimentar configura-se como uma das áreas mais estratégicas em que o Brasil reúne forte potencial para fortalecer as relações bilaterais, seja nas trocas comerciais, seja no estabelecimento de parcerias entre empresas brasileiras e investidor local, estatal ou privado. Atualmente, o SECOM vem se coordenando com o MAPA por meio da DPAGRO com vistas a concluir as versões finais dos certificados sanitários para abrir o mercado omani para esses setores de produção brasileiros.
7. A Vale Oman Pelletizing Company (VOPC), instalada em Omã em 2008, é uma parceria da brasileira Vale S.A. (70%), que investiu 2 bilhões de dólares, com a petroquímica estatal omani OQ (30%). A localização geopolítica privilegiada do Sultanato no Oriente Médio foi um dos pontos decisivos na escolha do local de instalação da planta. A Vale Oman tem, hoje, capacidade de produzir 9 milhões de toneladas de pelotas de ferro por ano, sendo toda a produção direcionada para exportação a países da região.
8. A empresa brasileira possui excelente reputação no Sultanato. Nos últimos 10 anos, a Vale Oman investiu mais de USD 10 milhões em projetos de sustentabilidade e responsabilidade social e USD 87 milhões em operações ecologicamente corretas. A empresa vem empregando tecnologias avançadas nas operações portuárias e de pelletização para atender às normas ambientais locais, incluindo sistemas de monitoramento de poeira, controle de emissões, cercas eólicas, uso de painéis solares em postes para iluminação, além de sistemas especiais de pulverização para pelletização.
9. Em novembro último, o Ministério do Comércio, Indústria e Promoção do Investimento de Omã assinou memorando de cooperação com a Vale S.A., em parceria com a Autoridade das Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas (OPAZ) e o Programa Nacional de Omã para Desenvolvimento de Investimentos e Exportações ("Nazdaher") para a realização de estudo de viabilidade em se estabelecer complexo industrial integrado ("mega hub") em Omã. O objetivo do complexo industrial será o de buscar

alcançar a neutralidade de carbono por parte do Sultanato até 2050, em linha com as prioridades internacionais previstas no Acordo de Paris.

10. Omã estabeleceu o compromisso de atingir sua meta de emissões líquidas zero de carbono até 2050. Nesse sentido, deverá efetuar investimentos no valor de USD 140 bilhões e criar 70 mil empregos permanentes. Para o acompanhamento dos programas de neutralidade do carbono, foi criado o Centro de Sustentabilidade de Omã.
11. As empresas do grupo EMBRAER, tanto para aviação comercial como Defesa & Segurança, veem o mercado omani com potencial para ampliação de sua participação no mercado do Oriente Médio, para a comercialização seja de aeronaves, seja de equipamentos aviônicos.
12. Em outubro último, a EMBRAER Comercial assinou contrato para a venda de 6 aeronaves de nova geração E-195-E2, com provisão de venda futura de outros 6 jatos, com a empresa aérea omani "low cost" Salam Air, totalizando doze aeronaves brasileiras a compor a frota da Salam Air nos próximos anos. A empresa brasileira pretende entregar a primeira aeronave em novembro do corrente.

III – Cooperação Técnica

1. Como seguimento da missão do SAE/PR, o Ministério da Agricultura, Pesca e Recursos Hídricos (MAFWR) consultou a Embaixada sobre a possibilidade de parceria com o Brasil para o desenvolvimento de tecnologia de tratamento de água do petróleo e produção agrícola no que respeita ao combate a determinadas pragas. Essas iniciativas foram enviadas à ABC, que as encaminhou, no primeiro caso, para a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e, no segundo, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O MAFWR tem reiterado à Embaixada o interesse na cooperação brasileira nessas duas áreas.
2. Caso o tema evolua, teria de ser empregada a modalidade de "atividade isolada" no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), porque inexistente instrumento firmado entre os dois países nesse setor. Segundo os registros do Posto, o Brasil propôs a Omã a negociação de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica em 2016 e reiterou a proposta em 2018, sem ter havido ainda, contudo, reação do Governo local.

IV – Temas culturais

1. A celebração, em Mascate, do Bicentenário da Independência teve lugar no Hotel Al Bustan Ritz-Carlton, com recepção a que compareceram cerca de 240 convidados. Em apresentação muito aplaudida, no auditório do hotel, o Duo Ribeiro-Bock, de piano e violoncelo, vindo do Brasil para o evento, executou peças memoráveis do repertório nacional. A comemoração encerrou-se com jantar com pratos da culinária brasileira, durante o qual se projetou vídeo com paisagens e cenas do Brasil e gravação de músicas brasileiras.

V – Temas consulares

1. A comunidade brasileira está estimada em 250 cidadãos, maioria dos quais vive na cidade portuária de Sohar, onde está localizada a planta da Vale Omã, empresa em que trabalha grande parte dos brasileiros residentes em Sohar. O brasileiro residente

em Omã tem perfil profissional especializado e valorizado no Sultanato. Incluem-se executivos e técnicos da Vale Omã, engenheiros do petróleo e de outras especialidades, atletas profissionais e profissionais em educação física, médicos em diferentes áreas, incluindo oncologia e cirurgia plástica, consultores.

2. Em 2022, a Embaixada, realizou cerca de 200 serviços no Sistema Consular Integrado, perfazendo uma renda consular anual da ordem de renda de USD 14 mil. Foram expedidos no ano cerca de 50 passaportes e emitidos cerca de 110 vistos. Embora em número bastante reduzido, nota-se que o Setor Consular da Embaixada em Mascate recebe pedidos de visto humanitário, em especial de afegãos e sírios, o que a Embaixada não está autorizada a emitir.
3. Foi estabelecida coordenação entre o Setor Consular e o Setor de Promoção Comercial e Investimentos desde janeiro de 2022. A coordenação, por um lado, auxilia na ampliação do conhecimento do SECOM a respeito das necessidades do empresariado omani que solicita VIVIS para negócios, e, por outro, eleva a qualidade da análise de processos consulares envolvendo suspeita de imigração ilegal, que não raramente dão entrada no Setor por parte de nacionalidades não omanis. O mecanismo vem trazendo resultados importantes ao posto.
4. Como previsto, nos dias 2 e 30 de outubro último, tiveram lugar, nesta Embaixada, respectivamente, o 1º e o 2º turnos da eleição presidencial. A votação transcorreu de forma pacífica, sendo que, do total de 95 eleitores aptos a votar, compareceram 41 no primeiro turno e 46 no segundo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros junto Sultanato de Omã, buscando gerar benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Sultanato de Omã, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico da realidade omani e das vertentes de atuação interna, regional e internacional do governo local. Consciência plena dos interesses brasileiros no país.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Sultanato de Omã nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado omani, com foco na prosperidade e no desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com o Sultanato de Omã em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Sultanato de Omã.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo omani.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Sultanato de Omã, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital omanis.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público omani.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.
10. Prestar apoio consular à comunidade brasileira radicada no país

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**
 - *Estreitamento dos contatos com o governo omani, bem como com associações de classe e empresários do setor.*
- 2) Promover maior abertura do mercado omani aos produtos do Brasil**
 - *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para o Sultanato de Omã, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
 - *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial no Sultanato de Omã;*
 - *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados no Sultanato de Omã;*
 - *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e o Sultanato de Omã.*
- 3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC**
- 4) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com o Sultanato de Omã, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *No campo de investimentos, destaca-se a planta de pelletização de minério de ferro construída pela Vale na cidade portuária omani de Sohar. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no Sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio;*
 - *A Vale Oman anunciou, ainda, a aprovação, em fevereiro de 2022, da criação de planta de produção de briquetes de ferro, com atividades previstas para ter início ainda este ano. O investimento reforça a relevância do Sultanato de Omã tanto nos planos globais de descarbonização da Vale e como quanto centro de produção e distribuição ("hub") de produtos de baixo carbono para a indústria siderúrgica da região (briquetes de ferro são considerados "ecologicamente corretos", pois são produzidos por meio da redução do minério de ferro com gás natural, que emite aproximadamente 60% menos carbono quando comparado com a produção por meio do uso do carvão).*

- *No setor alimentício, destaca-se a presença da BRF no Sultanato. A companhia, que atende parcela expressiva do mercado local, adquiriu inicialmente 40% das ações de sua parceira local, Al Khan Foods. Com o sucesso da parceria, a BRF adquiriu, em 2016, os 60% restantes da empresa.*
- *Além do investimento da Vale e da BRF, há potencial para que empresas brasileiras participem mais ativamente do esforço de revigoramento econômico omani. No IX Plano Quinquenal, o governo enfatizou a estratégia de diversificação econômica, elegendo os setores de logística e de turismo entre os prioritários. Ambicionando explorar as oportunidades em obras de infraestrutura e de construção de estabelecimentos comerciais, empresas brasileiras têm demonstrado interesse no Sultanato. A empresa WTORRE, por exemplo, venceu licitação do Governo omani para construir aeroporto internacional em Sohar. A empresa EPPO também demonstrou interesse em se instalar em Omã.*
- *Embora o fundo soberano de Omã possua recursos relativamente menores do que países vizinhos, há potencial de expansão de investimentos no Brasil. A Oman Investment Authority (OIA), fundada em 2020 pela fusão de outros dois fundos soberanos, detém, aproximadamente, US\$ 17 bilhões em ativos. A OIA teria investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
- *Atualização permanente do “Guia Como Exportar – Sultanato de Omã”;*
- *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Sultanato de Omã;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos omanis;*
- *Apoio a empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado omani;*
- *Apoio a investidores brasileiros em seu processo de instalação no Sultanato de Omã (“after-care”);*
- *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira; e*
- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Sultanato de Omã.*

5) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

- *Ações de apoio e realização de eventos conjuntos com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e de Omã; e*

- *Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

6) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no Sultanato de Omã

- *Apoio à atuação das empresas brasileiras de defesa já presentes e atuantes no mercado local;*
- *A cooperação em Defesa tem potencial para adensamento; estando hoje, porém, em estado incipiente. Apesar de ser apenas a 70ª maior economia do mundo, o Omã tem o 38º maior orçamento militar do mundo. Em proporção do PIB, Omã teve, em 2021, o maior orçamento militar do mundo (7,3% do PIB do país).*
- *Vislumbra-se, nesse sentido, oportunidades para produtos brasileiros estabelecidos na região, como aeronaves da Embraer – utilizadas pela Oman Air e Royal Oman Police – e veículos militar e sistemas de lançamento da Avibras – utilizadas por diversas forças militares da região.*
- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira;*
- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda omani por produtos e serviços brasileiros de defesa;*
- *Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países;*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado omani a produtos e serviços brasileiros**
- 2) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial**
- 3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**
- 4) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira**
- 5) Valor de eventuais aquisições pelo governo omani de produtos da indústria de defesa brasileira**
- 6) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias**

7) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Apoiar e fortalecer a relação bilateral com o Sultanato de Omã por meio da intensificação de visitas oficiais e de trabalho de lado a lado**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Sultanato de Omã e vice-versa;*
 - *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e omanis, em formato presencial ou virtual;*
 - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*
- 2. Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo omani, inclusive por meio da realização de reunião de consultas políticas;*
 - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e o Sultanato de Omã; e*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*
- 3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa omani**
 - *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, além de canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Sultanato de Omã;*
 - *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade omani nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, e de segurança e defesa;*
 - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa omani, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos,*

entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Sultanato de Omã; e

- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*

4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo omani para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado omani.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre membros do Congresso Nacional brasileiro e membros do Parlamento omani; e*
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares brasileiros relacionados ao Sultanato de Omã.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**
- 2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**
- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.**
- 4) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais Brasil e o Sultanato de Omã sejam membros**
 - *Elaboração sistemática de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Sultanato de Omã na Organização Mundial do Comércio;*
 - *Elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Sultanato de Omã em foros multilaterais, como*

as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;

- *Diálogo com representantes governamentais omanis sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*

2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com o Sultanato de Omã entre seus membros

- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo omani a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades omanis sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo**
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 3) Índice de apoio omani a candidaturas e propostas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais**

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade omani e diversificar as referências culturais brasileiras

- *Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;*
- *Promoção de eventos de fotografia, design, música e dança brasileira;*
- *Promoção de mostras de artes plásticas;*
- *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira;*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;*
- *Apoio à difusão do ensino de artes marciais no Sultanato de Omã, por meio de instrutores brasileiros; e*
- *Desenvolvimento de política de atuação nas redes sociais, por meio da criação e/ou atualização dos perfis institucionais do Posto.*

- 2. Ampliar a interlocução entre os setores de promoção comercial e cultural do Posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros**
- 3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países**
 - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e omanis; e*
 - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*
- 4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores omanis e brasileiros; e*
 - *Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Sultanato de Omã, a exemplo da produção de grandes eventos.*
- 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes omanis**
 - *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
 - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo no Sultanato de Omã;*
 - *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo em Omã; e*
 - *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado omani.*
- 6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público omani**
 - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos brasileiros de cinema, música, dança, artes plásticas e literatura**
- 2) Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**

- 3) Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão
- 4) Número e qualidade de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão
- 5) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex-Brasil realizadas durante a gestão

V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação com o Sultanato de Omã na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promover a participação brasileira em eventos no Sultanato de Omã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades omanis em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos omanis e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e*
 - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Sultanato de Omã.*
2. **Promover a aproximação das posições omanis e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente**
 - *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*
 - *Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 28);*
3. **Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão

VI – COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Sultanato de Omã**
 - *Incentivo à cooperação com governo omani para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
 - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I, inclusive inteligência artificial;*
 - *Promoção da cooperação entre start-ups brasileiras e instituições omanis, em particular nos setores de "fintech" e "agrotech";*
 - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, telecomunicações, usos pacíficos do espaço exterior e biotecnologia, tecnologias de dessalinização, entre outras;*
2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Sultanato de Omã, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
 - *Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado omani.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões

VII - COOPERAÇÃO EM DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais do Brasil e do Sultanato de Omã**
- 2. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**
 - *Prestação de apoio a processos de negociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e o Sultanato de Omã.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1. Número de contatos com autoridades omanis de defesa e de reuniões bilaterais em matéria de defesa e cooperação policial durante a gestão**
- 2. Número de contatos com autoridades de defesa locais, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa,**
- 3. Número de outras ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão**

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO SULTANATO DE OMÃ

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira no Sultanato de Omã**
- 2. Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitarem serviços consulares**
- 3. Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território omani, em coordenação com o Conselho de Cidadãos mantido nessa jurisdição**
- 4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria omani, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros**
- 5. Ampliar instrumentos de divulgação da oferta de serviços consulares junto à comunidade brasileira**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do Conselho de Cidadãos no Sultanato de Omã**

- 2) **Número de reuniões com a Chancelaria omani sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país**
- 3) **Qualificação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares**
- 4) **Número de usuários atendidos pelo setor consular**

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 38, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1956, em Bauru/SP, o indicado é filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ em 1979.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1980. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1989 e o Curso de Altos Estudos em 2005, tendo defendido tese intitulada “O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira” em 2005.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1981. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1986. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1992; Conselheiro em 1999; Ministro de Segunda Classe em 2006; e Ministro de Primeira Classe em 2012.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Acra (1983); Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Berlim (1987-1990); Coordenador Executivo da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Primeiro-Secretário na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (1993-1996); delegado junto aos Comitês de Sanções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU (1995); Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim (1996-1998); Chefe da Divisão de Formação e Treinamento (1999-2000); Chefe da Divisão de Cooperação Educacional (2000); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em Tóquio (2003); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2007-2009); Embaixador em Islamabad e Embaixador não residente em Cabul e Dushambé (2009-2015); Embaixador em Varsóvia (2015-2018); e Chefe da Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça (2019-2022).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Ainda seguindo as normas do RISF, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre o Sultanato de Omã.

Cuida-se de monarquia com parlamento bicameral, situada no extremo sul da Península Arábica. Seu território faz fronteira com o Iêmen, ao oeste, e Arábia Saudita, ao norte. O golfo de Omã dá acesso ao Golfo e ao Estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do comércio mundial de petróleo.

A população estimada de Omã é de cerca de 4,8 milhões, da qual mais de 40% é formada por expatriados. Aproximadamente 90% da população é de praticantes do Islã.

Dos séculos X a XVIII, Omã permaneceu ocupado por outros povos. A capital Mascate era o principal porto no Golfo Pérsico e ficou ocupada por portugueses até 1650. Com a expulsão dos portugueses, o Sultanato de Mascate se tornou um império marítimo sobre territórios no Golfo e no Oceano Índico. No século XIX, Omã tornou-se protetorado da Grã-Bretanha, tendo recuperado sua soberania em 1951. Em 1820, o Sultanato de Mascate unificou-se com o Imanato de Omã. No entanto, somente em 1970 foi adotado o nome de Sultanato de Omã, quando se iniciou a abertura e modernização do país, cujo processo foi nominado “Renascimento Omani”. No período, o país ingressou na ONU e aproximou-se dos Estados Unidos da América.

Vale lembrar que o início da exportação de petróleo pelo país se deu na década de 60.

No campo bilateral, Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974, ano de criação da Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, que funcionava cumulativamente à Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. A Embaixada residente em Mascate foi instalada em 2008, tendo em vista a localização estratégica e a importância de Omã na geopolítica regional. Nesse contexto, convém destacar os investimentos da Vale no país.

A década de 2000 foi marcada pela abertura da agenda de visitas oficiais. No ano de 2016, foi realizada a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, ocasião em que foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos. Em 2018, ocorreu a I Reunião de Consultas Políticas, na qual foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

Hoje o Brasil é o principal parceiro de Omã na América Latina, o que se reflete no comércio bilateral, que se intensificou a partir de 2000, passando de US\$ 27 milhões a US\$ 2,2 bilhões em 2021 e 2022.

A atuação da Vale no país influencia de forma sensível as exportações brasileiras para Omã. Assim, em 2022, as exportações de minério de ferro alcançaram a cifra de US\$ 830 milhões, o que representa 80% das exportações brasileiras. Já a venda de carnes de aves corresponde a 15% (151

milhões). O saldo da pauta comercial com Omã é, portanto, bastante dependente do valor internacional do minério de ferro.

Também merece destaque as recentes negociações para a venda de jatos de nova geração (E-195-E2) pela EMBRAER a Omã.

Predominam na pauta das importações brasileiras produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, sobretudo fertilizantes, sendo a ureia granulada o principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã. Adubos e fertilizantes, no ano de 2022, representaram 85% das compras brasileiras (US\$ 980 milhões), seguidos de óleos combustíveis de petróleo, que representam 7,7% do total importado pelo Brasil. Omã se tornou o maior fornecedor da ureia importada pelo Brasil em 2022, ano em que a importação da Rússia experimentou decréscimo.

As empresas brasileiras que exportam carne de frango vêm enfrentando dificuldades, em decorrência do plano nacional Visão 2040, por meio do qual se busca maior autossuficiência alimentar omani com substituição de importações. Nesse cenário, exportadores brasileiros relatam imposição de medidas restritivas à exportação de frango.

O saldo da balança comercial em 2022 foi deficitário para o Brasil em USD 166,3 milhões, diferentemente do ano anterior, quando a balança comercial Brasil-Omã foi superavitária para o Brasil em pouco mais de USD 850 milhões. Essa mudança se justifica pelo aumento do valor e da quantidade de fertilizantes importados de Omã pela queda acentuada no valor do minério de ferro exportado pelo Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA

informações pessoais

1952

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1974	Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr

Cargos:

1981	Terceira-secretária
1987	Segunda-secretária
1992	Primeira-secretária, por merecimento
1999	Conselheira, por merecimento
2007	Ministra de segunda classe, por merecimento
2012	Ministra de segunda classe do Quadro Especial
2012	Ministra de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1981-83	Divisão de Difusão Cultural, assistente
1983-85	Divisão de Cooperação e Divulgação Cultural, assistente
1988-90	Embaixada em Abu-Dhabi, segunda-secretária
1990-91	Embaixada em Havana, segunda-secretária
1991-93	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assessora
1993-96	Consulado-Geral em Milão, cônsul-adjunto
1996-98	Consulado-Geral em Assunção, cônsul-adjunto
1998-99	Ministério da Agricultura e do Abastecimento, assessora internacional
1999-00	Divisão de Imigração, chefe
2000-01	Consulado-Geral em Lisboa, cedida ao Secretariado-Executivo da CPLP, conselheira
2001-03	Embaixada no Panamá, conselheira
2003-08	Divisão da África I, chefe
2008-10	Embaixada em Bruxelas, ministra-conselheira
2010-15	Embaixada em Dacar, embaixadora
2015-17	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-geral
2017-22	Embaixada em Acra, embaixadora
2022	Coordenação-Geral de Ensino
2022	Superior Tribunal de Justiça, assessora

Condecorações:

2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2023

(n° 544/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 544

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2023.

EM nº 00286/2023 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

2. O atual ocupante do cargo, **RODRIGO DO AMARAL SOUZA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 797/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/10/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4684633** e o código CRC **180B8DFA** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009331/2023-08

SUPER nº 4684633

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TRINIDAD E TOBAGO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2023

ÍNDICE

MAPA	Erro! Indicador não definido.
DADOS BÁSICOS	3
PERFIL BIOGRÁFICO	4
APRESENTAÇÃO	5
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	9
ECONOMIA	14
RELAÇÕES BILATERAIS	18
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA	22
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	23
ACORDOS BILATERAIS	24

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Trinidad e Tobago
GENTÍLICO	Trinitário
CAPITAL	Port of Spain
ÁREA TOTAL	5.128 km ² (Trinidad: 4.828 km ² ; e Tobago: 300 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	1,53 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês e creole
RELIGIÃO	Protestante (32,1%); Católica (21,6%); Hindu (18,2%); Muçulmana (5%); Testemunhas de Jeová (1,5%); outros.
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Christine Kangaloo
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Keith Rowley
CHANCELER	Amery Browne
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar trinitário
PIB (preços correntes, 2022, Banco Mundial)	US\$ 27,9 bilhões
PIB PPP (2022, Banco Mundial)	US\$ 42,53 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2022, Banco Mundial)	US\$ 18.222
PIB PPP <i>per capita</i> (2022)	US\$ 27.778
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)	2,5% (2022); -1% (2021); -7,7% (2020); -0,2% (2019); -0,7% (2018); -2,7% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,810 (muito alto)/57º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	73 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99%
EMBAIXADOR EM PORT-OF-SPAIN	Rodrigo do Amaral Souza
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gerard Greene

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil – Trinidad e Tobago	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	1.260,2	430,6	403,5	757,8	471,2	395,8	936,7	913,5
Exportações	266,6	188,2	205,2	247,4	219,2	214,4	319,6	281,2
Importações	993,6	242,4	198,3	510,4	252	181,4	617,1	632,3
Saldo	- 726,9	- 54,2	6,8	- 262,9	- 32,8	33	-297,5	-351,1

PERFIL BIOGRÁFICO



KEITH ROWLEY

Primeiro-ministro

Graduou-se em Geologia e Geografia e fez mestrado em Estratigrafia Vulcânica pela Universidade das Índias Ocidentais, onde também foi pesquisador e chefe da Unidade de Pesquisa Sísmica. Foi gerente-geral da companhia estatal "National Quarries Company Limited". Membro da Câmara de Representantes e Senador. Chefiou as pastas da Agricultura, Terras e Recursos Marinhos; Planejamento e Desenvolvimento; Habitação; e Comércio e Indústria. Foi eleito primeiro-ministro pela primeira vez em 2015. Atualmente está em seu terceiro mandato.

CHRISTINE KANGALOO

Presidente



Graduou-se em direito na Universidade das Índias Ocidentais. Ocupou vários cargos ao longo de sua trajetória política, sempre no "People National Movement" - PNM. Christine Kangaloo foi designada pela primeira vez ao Senado em 2001. Durante essa primeira passagem pelo Senado, Kangaloo ocupou a Vice-Presidência da Câmara Alta. De 2005 a 2007 ocupou o cargo de Procuradora-Geral e Ministra de Assuntos Legais, equivalente no Brasil ao de Ministro da Justiça. Em 2007, após ser eleita para a Câmara de Representantes, foi indicada ao cargo de Ministra de Ciência, Tecnologia e Educação Superior. Em 2015, após a vitória do PNM nas eleições gerais, voltou ao Senado. Foi eleita presidente do senado em 2021 e eleita presidente da república pelo colégio eleitoral de Trinidad e Tobago em 20 de janeiro de 2023.



AMERY ARTHUR BROWNE

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Caricom

Graduou-se em Medicina e tem experiência na área de saúde, tendo atuado tanto na esfera pública como no setor privado. Entre 2003 e 2007, trabalhou como Diretor Técnico do Comitê de Coordenação Nacional sobre HIV/AIDS, com ênfase na formulação de política nacional para o combate à doença. Entre 2007 e 2010, ocupou a posição de ministro do Desenvolvimento Social. Foi designado embaixador em Brasília em fevereiro de 2016. Em agosto de 2020, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM.

APRESENTAÇÃO

Trinidad e Tobago situa-se no delta do rio Orinoco, próximo ao litoral venezuelano. A ilha de Trinidad foi colônia espanhola até 1797, ano em que os britânicos a conquistaram. Em 1802, com a assinatura do Tratado de Amiens, Trinidad passou a ser oficialmente colônia da Coroa britânica. Tobago foi ocupada por colonizadores europeus apenas em 1632, com a chegada dos holandeses. Mais tarde, foi disputada pelos franceses e terminou sob controle britânico em 1814. A administração das duas ilhas foi unificada em 1898. A especial situação geográfica de Trinidad e Tobago conferiu-lhe condição estratégica, especialmente em função de o mar do Caribe ter sido um dos cenários de disputas entre grandes potências.

Assim como em outras ilhas do Caribe durante o século XIX, a monocultura de exportação em Trinidad e em Tobago concentrou-se na cana-de-açúcar, com uso de mão de obra de africanos escravizados. Com a abolição da escravidão nas colônias inglesas, começaram a chegar trabalhadores indianos e, em menor número, chineses e portugueses, que se concentraram em zonas agrícolas. A maioria dos escravizados libertos fixou-se nas cidades.

As primeiras manifestações pela autonomia de Trinidad e Tobago ocorreram nos anos 1920, época em que seus cidadãos passaram a exercer algumas funções públicas locais.

Com o objetivo de promover programas econômicos e sociais na região, foi formada, em 1942, a Comissão Caribenha Anglo-Americana (AACC), que representava as quatro potências coloniais do Caribe: EUA, Inglaterra, França e Holanda. Foi na AACC que despontou a primeira liderança política de Trinidad e Tobago, Eric Williams. Entre 1943 e 1955, Williams participou dos trabalhos da Comissão, da qual foi desligado por acusá-la de atuar em prol dos interesses coloniais.

Em 1956, Trinidad e Tobago deu passo concreto para sua independência, ao obter direito de autogoverno em questões internas. Nesse mesmo ano, Eric Williams fundou o *People's National Movement* (PNM).

A independência de Trinidad e Tobago foi proclamada em 1962. Ao longo da década de 1960, o cenário político-social do país caracterizou-se pelo amadurecimento dos movimentos nacionalistas e pela intensificação de lutas sociais que levantaram bandeiras por melhores condições de vida, nacionalização das reservas de petróleo e retomada da base de Chaguaramas.

Na década de 1970, houve grandes manifestações de oposição ao governo, reunindo trabalhadores afrodescendentes, setores empresariais, desempregados e grupos marginalizados.

Após a descoberta de jazidas de petróleo e gás natural naquela década, as pressões políticas arrefeceram frente à perspectiva de prosperidade econômica. As transformações na base produtiva proporcionadas pelo petróleo contribuíram para o enriquecimento da sociedade.

Os anos 1970 também foram marcados pela criação do *United Labour Front* (ULF), de oposição ao PNM, e pela proclamação da República.

Com uma população de cerca de 1,4 milhão de habitantes, a segunda do Caribe, rico em recursos naturais, e uma economia baseada na produção de petróleo e, sobretudo, gás - setores que atraem considerável volume de investimentos estrangeiros - Trinidad e Tobago, apesar da forte recessão econômica dos últimos anos, agravada sensivelmente pelas consequências da COVID-19, ainda apresenta um dos mais elevados PIBs per capita da América Latina e do Caribe.

POLÍTICA INTERNA

Trinidad e Tobago é uma república parlamentarista, com modelo bicameral, composto pela Câmara dos Representantes e pelo Senado. O chefe de Estado é o presidente da República, eleito de forma indireta para mandato de 5 anos por colégio eleitoral formado pelos membros do parlamento. A eleição presidencial mais recente foi vencida por Christine Kangaloo, em 20 de janeiro de 2023. Nas eventuais ausências do Presidente da República, cabe tradicionalmente ao Presidente do Senado substituí-lo, já que não existe o cargo de Vice-Presidente no país.

Os membros da Câmara dos Representantes (41 assentos) são eleitos por sufrágio direto para mandatos de 5 anos, sendo 1 representante para cada distrito eleitoral do país, sendo que 39 distritos eleitorais referem-se a Trinidad e 2, a Tobago. Os membros do Senado (31 assentos), por sua vez, são designados pelo presidente da República, seguindo indicação própria, do primeiro-ministro e do líder da oposição, para mandatos de também 5 anos.

Os principais partidos são o *People's National Movement* (PNM), partido do atual Primeiro Ministro Rowley, o *United National Congress* (UNC).

No Judiciário, a instância máxima é a Suprema Corte de Justiça, cujo chefe é indicado pelo presidente da República. Cabe observar que recursos podem ser encaminhados à Corte de Justiça do Caribe (*Caribbean Court of Justice*), estrutura judiciária parte da Comunidade do Caribe (CARICOM), e ao Comitê Judicial do Conselho de Estado (*Judicial Committee of the Privy Council*), com sede em Londres. Os demais juízes da Suprema Corte de Justiça são designados para mandatos vitalícios por comissão chefiada pelo presidente da Corte.

Principais Partidos

O sistema político atual é o mesmo desde a independência do país e foi resultado de arranjo constitucional promovido pelos ingleses, atrelando Trinidad e Tobago à política de priorizar a estrutura pré-independência em detrimento da formação de uma nação integrada e mais unida. O bipartidarismo "de facto" tem contribuído para manter sistema de votação com base na descendência geográfica (as demais agremiações políticas então existentes eram apenas regionais, circunscritas a Tobago, ou de cunho municipal).

Dessa forma, as afinidades dos eleitores com os partidos decorrem mais de linhas étnicas do que de convicções ideológicas ou pragmáticas. Eleitores de descendência africana (42% da população) votam majoritariamente no *People's National Movement* (PNM) e os de origem indiana (43%), no *United National Congress* (UNC). A bivalência dificulta a cooperação entre oposição e situação em torno de pauta voltada para a solução de temas de interesse nacional, desvinculados de objetivos atinentes exclusivamente a políticas do governo.

Além disso, como em quase todos os distritos eleitorais reside, de forma esmagadora, apenas uma das duas principais descendências étnicas, cada um dos dois principais partidos políticos, PNM e UNC, dispõem, em teoria, de 17 distritos praticamente garantidos. Os demais partidos recebem votação apenas marginal, a reforçar a percepção de que o sistema político local comporta-se, na prática, como se fosse bipartidário.

O resultado final, portanto, das eleições recai sobre sete distritos em que não há maioria residente de uma única etnia e onde, coincidentemente, vivem os restantes 30% do eleitorado local. Seus votos dividem-se entre os dois principais partidos em razão de questões específicas e relevantes em uma momentânea conjuntura, de modo a favorecer a uma ou outra agremiação. Assim, conforme vem historicamente ocorrendo, são esses eleitores que determinam, na prática, quem vence a eleição.

Eleições gerais de 2020

As eleições municipais de 2019, que precedem as eleições gerais, outorgaram a vitória ao

partido de oposição, *United Nation Congress-UNC*. A agremiação obteve 202.584 votos (equivalentes a 54,38 por cento), e o partido político do Primeiro-Ministro Keith Rowley, o *People's National Party-PNM*, obteve 161.963 votos (correspondentes a 43,48 por cento).

Apesar do abalo causado pela derrota do *People's National Movement* (PNM) para o *United National Congress* (UNC) nas eleições municipais, em dezembro de 2019, a avaliação favorável do gerenciamento da pandemia do coronavírus no país assegurou ao governo incumbente vitória nas eleições gerais de 10 de agosto de 2020. Como resultado, o "People National Movement" venceu as eleições, conquistando 22 cadeiras de um total de 41 assentos do Parlamento, mantendo o atual PM Keith Rowley à frente do governo num segundo mandato.

O pleito envolveu todos os 41 assentos da Câmara Baixa, cujos membros são eleitos por voto distrital, e 31 assentos do Senado, escolhidos pelo chefe de governo, líder da oposição e presidente da República.

O engajamento do eleitorado jovem pode ter alterado o tradicional padrão de votação no país, baseado em fidelidades étnicas. Historicamente, os votos do UNC concentram descendentes de indianos (35,4% da população), enquanto descendentes de origem africana (34,7% da população) votam no PNM. O eleitorado jovem (25%), todavia, tenderia a privilegiar temas concretos de seus distritos ao invés de alinhamentos partidários etnográficos. Também se pôde notar clara clivagem entre os eleitorados urbano e rural.

Embora a ex-Primeira Ministra Kamla Persad-Bissessar, líder da oposição, tenha anunciado que seu partido (UNC) não reconheceria o resultado até a realização da recontagem dos votos em três distritos, o resultado da eleição se manteve.

Durante as campanhas, o UNC focou suas críticas na gestão econômica do país. Como forma de reconquistar votos que perdera em 2015, o partido apontou a retração do PIB trinitário, elevado índice de desemprego, diminuição das reservas internacionais e inabilidade do governo em adotar medidas para reativação da economia. Sem descuidar da necessidade de promover ajuste fiscal, o UNC optou por colocar em segundo plano debates sobre o combate à criminalidade ou as relações com a Venezuela.

As próximas eleições gerais para a escolha da 13ª formação do parlamento trinitário estão previstas para 2025

Eleições presidenciais de 2023

Em Trinidad e Tobago, o Presidente da República é eleito de forma indireta para mandato de cinco anos por colégio eleitoral formado pelos membros do parlamento. O Colégio Eleitoral é integrado pela totalidade dos membros do Senado e da Câmara de Representantes. No ordenamento jurídico-constitucional trinitário, contudo, o Presidente acumula diversas funções e prerrogativas: além de atuar como Chefe de Estado e Comandante das Forças Armadas, cabe-lhe a responsabilidade de indicar os nove senadores independentes, os presidentes de diversas comissões parlamentares e os chefes de várias agências públicas autônomas.

Em 06 de janeiro de 2023, o partido *People's National Movement* (PNM) oficializou a candidatura da ex-Presidente do Senado Christine Kangaloo. Nos últimos vinte anos, os Chefes de Estado em Trinidad e Tobago foram eleitos por aclamação pelo Colégio Eleitoral, que endossava, sem necessidade de votação nominal, o candidato indicado por acordo consensual entre governo e oposição. Foi esse o caso, por exemplo, de Paula-Mae Weekes, indicada pelo PNM em 2018, mas endossada pelo UNC.

No caso das eleições de 2023, o opositor *United National Congress* (UNC) rompeu com a tradição recente e não endossou o candidato oficialista à Presidência, preferindo lançar candidato próprio, o advogado criminalista Israel Khan, Presidente da Associação de Advogados. O UNC alegou publicamente não endossar a candidatura oficialista devido à presumida falta de imparcialidade de Christine Kangaloo para assumir as funções e responsabilidades de Chefe de Estado.

Em 20 de janeiro de 2023, ao fim do mandato da então presidente Paula-Mae Weekes, ocorreram as eleições pelo colégio eleitoral, que, confirmando as expectativas, elegeu em 20/01 Christine Kangaloo como nova Presidente da República, para mandato de cinco anos, a partir do final de março. Kangaloo é a primeira mulher de ascendência indiana a ocupar em Trinidad e Tobago a Presidência do Senado e a assumir provisoriamente a Chefia de Estado.

A vitória no Colégio Eleitoral de Kangaloo por margem amplamente superior à prevista representou prova da força do PM Keith Rowley, padrinho político de Kangaloo, no âmbito do People's National Movement.

Fundamentalismo Islâmico

Cerca de 8% da população trinitária, de um total de 1,53 milhão de habitantes, professam a fé muçulmana.

Em 1990, o grupo islâmico radical *Jamaat-al-Muslimeen* perpetrou tentativa de golpe de Estado, com o objetivo de implantar regime fundamentalista islâmico em Trinidad e Tobago, regido pelos cânones da "sharia". Apesar de a tentativa ter sido frustrada, devido à falta de apoio popular e ao cerco do governo, as lideranças da organização jamais foram formalmente punidas pela tentativa de golpe. Desde então, a divisão religiosa no país e o temor associado à atuação do referido grupo tem constituído elemento importante do contexto político interno.

O descontentamento da parcela radicalizada da comunidade islâmica em Trinidad e Tobago voltou a ficar patente com o recrutamento, a partir de 2014, de dezenas de militantes de nacionalidade trinitária para as fileiras do ISIS, empenhado em implantar o califado do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Estima-se que entre 2013 e 2016 pouco menos de 250 guerrilheiros provenientes de Trinidad e Tobago se tenham juntado às fileiras do ISIS na Síria e em seu entorno. Ademais, diferentes incidentes aguçaram o temor ao grupo, entre os quais o assassinato da então senadora Dana Seetahal, em 2014.

Apesar de não se terem registrados ataques terrorista recentes, considera-se que a contribuição do país com grande contingente de combatentes para o ISIS (maior participação per capita no Hemisfério Ocidental) tenha criado danos à imagem de Trinidad e Tobago.

Criminalidade

Trinidad e Tobago tem registrado aumento significativo dos níveis de violência desde o fim das medidas de restrição à locomoção dos residentes em meados de 2021, adotadas durante a pandemia de Covid-19.

A taxa de homicídios registrada em 2022 no país alcançou cerca de 35 mortes por 100 mil habitantes, o que colocou o país na sexta posição em números de assassinatos de acordo com o *World Population Review* (o Brasil ocupa a nona posição nesse mesmo ranking). (fonte: UNODC)

O estado da segurança pública é cada vez mais afetado pelo narcotráfico. Há suspeitas, amparadas sobretudo em dados da DEA americana, de que viria da América do Sul número significativo de armas em poder da criminalidade e de que haveria um nexo direto desse fluxo contínuo de abastecimento de armas com a distribuição de drogas, a partir de Trinidad e Tobago, para outros países. Pressionados na América Central, os cartéis voltaram a utilizar a rota caribenha para envio de entorpecentes aos Estados Unidos.

O aumento do número de crimes violentos e a ocorrência de assassinatos de alta visibilidade têm gerado repercussões no plano político interno, uma vez que o tema da segurança no país tem provocado queda na popularidade do Primeiro-Ministro, em razão da percepção de certa incapacidade do governo para reduzir a criminalidade.

Movimentos mais conservadores trinitários tem advogado favor da liberalização da posse de armas pelos cidadãos e pela implementação efetiva da pena de morte, que é legal no país, embora sem aplicação há vários anos.

Indicadores Sociais

O impacto econômico conjugado da pandemia da Covid-19 e do conflito no Leste Europeu sobre as cadeias produtivas em escala global estimulou internamente, em Trinidad e Tobago, aumento significativo dos preços dos produtos alimentícios, o que implicou deterioração da qualidade de vida dos trinitários.

Trinidad e Tobago possui um Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index-HDI*) relativamente alto (0,810 em 2021), renda per capita ainda considerada média alta (US\$ 27,778.2 em 2020, contra US\$ 21.204 em 2008) e um Índice Educacional satisfatório de 0,722, o qual leva essencialmente em consideração o número de anos em que adolescentes permanecem na escola.

Em contrapartida, estimativas indicam ter Trinidad e Tobago aumentado o índice de desigualdade de 0,403 em 1992 para o projetado patamar atual de 0,43. Especula-se ser a recusa governamental de participar do PISA em 2018 confissão implícita do agravamento da qualidade do ensino local.

A criminalidade também impacta a qualidade de vida da população. Estudo do PNUD publicado em 2021, abrangendo Trinidad e Tobago e todo o seu entorno caribenho, vincula o salto exponencial da taxa de violência ao baixo crescimento da economia e ao alto nível de desigualdade social. O referido documento aponta também para o expressivo impacto da ação descontrolada do crime organizado sobre a matriz produtiva, estimando em 4,1% do PIB o custo das mortes violentas e em 3,7% do PIB os gastos com segurança pública, despesas médicas e perda de produtividade decorrentes de atividades criminosas no Caribe. Para Trinidad e Tobago, o impacto sobre sua imagem externa e capacidade de atração de Investimentos Externos Diretos não deixa de pesar negativamente sobre o potencial de crescimento da economia.

POLÍTICA EXTERNA

Segundo a chancelaria trinitária, os três principais fundamentos da política externa do país são: (i) soberania e a igualdade soberana dos Estados; (ii) a não intervenção em assuntos internos; e (iii) respeito ao Direito Internacional e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM). Durante o primeiro mandato do PM Keith Rowley, o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser denominado Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM, o que revela a alta prioridade conferida pelo país ao bloco caribenho.

O país preserva, ao mesmo tempo, relacionamento próximo com parceiros tradicionais como EUA, Reino Unido e Canadá, em função de elementos como idioma comum, presença de diáspora trinitária e relevância econômica, além dos laços com as indústrias norte-americana e britânica de produtos de defesa. O governo tenciona também dedicar maior atenção às relações com a América do Sul e Central e com os países da África e da Ásia.

Quanto ao contexto internacional atual, na OEA, Trinidad e Tobago votou pela condenação do processo eleitoral na Nicarágua e, no plano internacional, tem-se posicionado contra a invasão da Ucrânia.

No âmbito da ONU, o candidato trinitário ao cargo de presidente da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, mandato 2023-2024, Dennis Francis, foi eleito no pleito de junho de 2023, em Nova York. O embaixador Francis concorreu como representante do GRULAC, grupo ao qual, pelo sistema de rotatividade entre os grupos regionais, caberia à presidência da Assembleia Geral, e contou com o apoio do governo brasileiro.

Terrorismo

Em 2017, admitindo que nacionais trinitários estariam atuando em organizações islâmicas terroristas no exterior, o governo organizou reunião com representantes de entidades islâmicas. Participaram também representantes do governo norte-americano. Na ocasião, o governo trinitário exortou as lideranças muçulmanas a "auxiliarem na identificação de potenciais recrutadores de terroristas" e assegurou que tal colaboração ajudaria o governo trinitário a traçar uma linha de ação para enfrentar os assuntos relacionados a atividades terroristas de forma coordenada.

Os líderes islâmicos presentes à reunião foram unânimes em manifestar seu apoio à iniciativa governamental e a declarar que fariam o possível para colaborar. No entanto, a influente *Islamic Missionary Guild*, talvez a mais relevante dessas organizações no país, não foi convidada para o encontro. Seu presidente classificou como perigosa a tarefa atribuída às lideranças islâmicas, uma vez que as organizações religiosas não dispõem de meios ou competência legal para realizar alegadas operações de espionagem.

Em 2021 e 2022, em seus discursos na abertura do Debate Geral da AGNU, o chanceler Amery Browne fez referência aos efeitos deletérios do crime organizado e à necessidade de fortalecer a cooperação internacional para combater o tráfico de pessoas, o narcotráfico e o tráfico ilegal de armas no Caribe e ressaltou o empenho trinitário em erradicar o terrorismo sem comprometer os direitos constitucionais dos cidadãos.

Em meados de 2022, o Departamento de Estado norte-americano reclassificou o *Travel Advisory* sobre Trinidad e Tobago para o nível 4, o mais grave na escala utilizada pelos EUA, por meio do qual recomendava evitar viagens ao país. Para justificar a manutenção desse alerta, o documento, além de mencionar o elevado índice de crimes violentos, perpetrados por gangues delituosas, particularmente as vinculadas ao tráfico de entorpecentes, alertava para a possibilidade de atentados terroristas, com “pouco ou nenhum aviso”.

Tal hipótese foi considerada irrealista ou inverossímil por diversos articulistas trinitários, que salientaram não haver evidências de atividade relevante de grupos terroristas em Trinidad e Tobago desde a malograda tentativa de golpe de Estado de 1990, orquestrada por militantes fundamentalistas muçulmanos. Ainda assim, houve registro de explosões isoladas, sem vítimas, em 2005, e de tentativa malograda de atos terroristas por ocasião do Carnaval trinitário de 2018.

Associação dos Estados do Caribe (AEC)

A preservação das relações com os vizinhos tem sido preocupação constante de Trinidad e Tobago, exemplificado pela importância institucionalmente concedida à CARICOM e pela decisão de abrigar a sede permanente da Associação dos Estados Caribenhos (AEC).

Estabelecida em 1994, a AEC é formada por 25 membros e 11 estados associados. O Brasil é membro observador da organização.

A relevância da Associação dos Estados Caribenhos-AEC para Trinidad e Tobago justifica-se pela sua maior abrangência, em comparação à CARICOM, que possui 15 membros, e pelo seu objetivo de desenvolver maior comércio entre as nações, melhorar o transporte, promover o turismo sustentável e contribuir para gerar respostas melhores e mais eficazes aos desastres naturais locais.

Em 2020, o engenheiro panamenho Rodolfo Sabonge, foi escolhido para ocupar a Secretaria Geral do organismo, pelo período 2020-2024. Como prioridades, Sabonge elencou o fortalecimento da cooperação e da integração regionais, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável no mar do Caribe, inclusive por meio do turismo sustentável.

Comunidade do Caribe, CARICOM

A Comunidade do Caribe - CARICOM - foi criada em 1º de agosto de 1973 pelo Tratado de Chaguaramas para promover a integração e o desenvolvimento econômico regional. A Secretaria-Geral da Comunidade tem sua sede em Georgetown, Guiana. É integrada por 14 países caribenhos, inclusive Trinidad e Tobago, além de Belize, Guiana, Suriname e Montserrat, que é

domínio britânico. Port of Spain é a sede da Corte de Justiça do Caribe, última instância do tribunal estabelecido pelos Estados membros da CARICOM.

Países pequenos, alguns com população de menos de cem mil habitantes, os membros da Comunidade consideram a atuação coordenada a melhor via para afirmarem sua presença no cenário internacional hemisférico e mundial. Atuam, assim, geralmente, como bloco coeso em foros internacionais. A CARICOM detém cerca de 44 % dos votos na OEA e cerca de 7% dos assentos da ONU. Ao mesmo tempo, têm heterogeneidade significativa, sobretudo em matéria de desenvolvimento econômico e social.

Em 2023, realizou-se em Port of Spain a 45ª Cúpula da CARICOM. Além dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, a Cúpula contou com a presença de convidados entre eles, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres e o Secretário de Estado norte americano, Antony Blinken. Os principais temas discutidos no evento foram os impactos das mudanças climáticas sobre os países caribenhos e a situação securitária no Haiti.

Comunicado Final divulgado ao final da Cúpula registra ambicioso compromisso para a implementação de mercado de capitais regional, com o estabelecimento de uma Bolsa de Valores da CARICOM, até julho de 2024. Entre essas ações está incluída a agenda de coordenação de políticas macroeconômicas, a ser concluída igualmente até julho de 2024, e a livre movimentação de nacionais dos países membros da CARICOM, a ser idealmente alcançada até março de 2024.

Estados Unidos da América

Em maio de 2013, Trinidad e Tobago assinou o Acordo sobre *Status Forces Agreement* (SOFA), com previsão de renovação anual. Proposto pelos EUA desde 1990, o instrumento assegura a presença de tropas norte-americanas no Caribe e sinaliza o interesse de construir um cinturão de segurança em região com presença crescente da China e da Venezuela. A questão da renovação do acordo constitui desafio adicional para o governo trinitário, visto que o partido oficialista foi originalmente contrário à sua assinatura. A última renovação do acordo data de junho de 2022.

Em setembro de 2019, o primeiro-ministro Rowley realizou visita a Washington, onde manteve reuniões com integrantes do Congresso sobre a questão venezuelana, a cooperação no combate à criminalidade e o funcionamento dos setores financeiro e bancário.

Em janeiro de 2020, Rowley absteve-se de participar de reunião entre o Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, e representantes de países caribenhos (Bahamas, Belize, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia e São Cristóvão e Névis), realizada em Kingston. Rowley defendeu tratar-se de gesto solidário à posição de Barbados, cuja primeira-ministra Mia Motley havia afirmado que não participaria do encontro.

Em missão à capital norte-americana, em abril de 2022, o Primeiro-Ministro Keith Rowley, acompanhado do Ministro da Energia e Indústrias Energéticas Stuart Young, manteve reuniões com parlamentares americanos de ambos os partidos, autoridades locais e representantes de organismos multilaterais, com os quais manteve reuniões sobre temas de interesse bilateral, regional e hemisférico (preparativos da Cúpula das Américas), energia (aproveitando a presença do Ministro da Energia), mudanças climáticas, segurança e comércio.

Em janeiro de 2023, o *Office of Foreign Assets Control* (OFAC) dos Estados Unidos havia decidido suspender por dois anos as sanções contra empresas de terceiros países que cooperassem com a estatal petrolífera venezuelana PDVSA para explorar ou comercializar gás proveniente da área offshore *Dragon Field*, situada em águas territoriais venezuelanas, a apenas 17 quilômetros de distância da plataforma trinitária Hibiscus. A empresa trinitária estatal National Gas Company (NGC) foi uma das afetadas pelas sanções, iniciadas em 2019, já que fazia parte de projeto de exploração da área, juntamente com a PDVSA e a multinacional Shell.

A suspensão foi resultado de gestões do governo trinitário e de altas autoridades de países da CARICOM juntamente aos Estados Unidos, que têm promovido política de reaproximação dos

EUA com os países caribenhos. Analistas avaliam que o relativo descaso dos EUA com seu entorno caribenho durante o governo Trump impulsionou Trinidad e Tobago a adotar, nos últimos anos, estratégia de desenvolvimento vinculada a maior aproximação com a China.

Como parte da intensificação das relações com os caribenhos, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris anunciou, durante o Encontro de Lideranças EUA-Caribe, em junho de 2023, uma série de medidas, como cooperação para incrementar a segurança e o combate ao tráfico de armas na região, aumento da presença diplomática, com provável estabelecimento de duas novas embaixadas na região; e cooperação e doação pecuniária para a Parceria EUA-Caribe para Abordar a Crise Climática 2030 (PACC 2030, na sigla em inglês; além de iniciativas específicas dirigidas ao Haiti.

Outro tema de mútuo interesse entre o país e os EUA é o tráfico de armas. Trinidad e Tobago vem tentando combater a criminalidade interna e o comércio ilícito de armas com apoio de parceiros regionais e internacionais, especialmente os Estados Unidos e membros da CARICOM. Segundo o governo trinitário, a maioria das armas apreendidas no país foram comercializadas nos estados americanos de Flórida, Geórgia, Maryland e Texas.

China

A administração do primeiro-ministro Rowley privilegia o relacionamento com a República Popular da China, que promove programas de assistência técnica e iniciativas de financiamento à construção civil, com utilização de trabalhadores chineses.

Rowley realizou visita à China em maio de 2018. O tom positivo da cobertura nos jornais trinitários deveu-se às possibilidades de incremento das relações nas esferas econômica e de cooperação, tendo sido dado destaque à parceria para construção do porto seco de La Brea. Também em 2018, Trinidad e Tobago tornou-se o primeiro país caribenho a aderir à *Belt and Road Initiative*, em junho de 2018. Naquela ocasião, Rowley justificou a reorientação da política externa local sob o argumento de que a aproximação com a China era necessária para que o país pudesse receber mais investimentos externos diretos, em um momento no qual as agências multilaterais de fomento hesitavam em conceder empréstimos nos montantes e condições requeridos para a economia local.

A cooperação bilateral é antiga, tendo-se acelerado após a visita de Xi Jinping ao país, em 2013. A ex-PM, Kamla Persad-Bissessar visitou a China em 2014, ocasião em que foram assinados acordos nas áreas de saúde, esporte, energia e aviação civil. Em 2015, houve aquisição de navio patrulha de grandes dimensões (TTS Nelson II) do estaleiro China Ship Building Company Ltd.

Trinidad e Tobago abriu embaixada em Beijing no início de 2014, onde também mantém uma adidância de defesa. A China construiu, em bairro nobre da capital trinitária, um conjunto de edifícios para abrigar sua nova chancelaria e demais serviços consulares e diplomáticos.

Após o distanciamento dos EUA com relação ao Caribe durante a administração de Donald Trump, a disputa EUA-China por predominância na região caribenha adquiriu contornos relevantes. Mais recentemente, a China tem utilizado com eficiência instrumentos econômicos próprios, como a oferta de linhas de crédito aos países caribenhos, com o intuito de buscar maior influência geopolítica numa região de tradicionais e estreitos vínculos com os EUA, e por ambos considerada de estratégica importância.

Venezuela

O relacionamento com Caracas, em particular, tem merecido atenção crescente nos últimos anos. Por ocasião da visita em 2016, Maduro assinou acordo de criação de empresa conjunta para exploração das reservas compartilhadas de gás e venda de gás venezuelano a Trinidad e Tobago. Foi estabelecido fundo rotativo de US\$ 50 milhões para aquisição de alimentos pela Venezuela. Ressalte-se que o acordo da Petrocaribe (2005) não contou com a participação de Trinidad e Tobago, que viu na iniciativa um instrumento para reduzir sua influência no Caribe insular.

O Primeiro-Ministro Keith Rowley anunciou, em fevereiro de 2020, que, devido às sanções comerciais impostas pelos EUA aos países que se associassem a empresas venezuelanas, este país não mais exploraria com o vizinho sul-americano o campo de gás natural "Loran-Manatee", situado na zona marítima comum. Rowley defendeu que seu país adotava posição "neutra" na questão venezuelana. Ressaltou ser a intensidade dos laços bilaterais reflexo de parceria econômico-comercial cada vez mais intensa entre as partes. Na prática, o governo do PM Rowley tentou equilibrar-se entre a necessidade de manter o comércio e as relações econômicas com os venezuelanos e as crescentes pressões norte-americanas e de países do Grupo de Lima, para Trinidad e Tobago afastar-se do regime de Maduro.

Mais recentemente, contudo, especialmente depois do primeiro semestre de 2021, quando Trinidad e Tobago assumiu a Presidência Pro Tempore da CARICOM, o governo local tem dado sinais consistentes que apontam para um ensaio de reaproximação com Caracas.

Em Nota Informativa de julho de 2022, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM confirmou que o país reconhece Nicolás Maduro como presidente democraticamente eleito da Venezuela; recordou a atuação da diplomacia trinitária em várias instâncias regionais e multilaterais, com destaque para a OEA e a CARICOM, em busca de solução pacífica para a crise venezuelana; e reafirmou a disposição de Port of Spain de servir de facilitador para o avanço do processo negociador entre todos os atores políticos venezuelanos relevantes.

Ainda assim, subsistem pontos de atrito entre os dois países, principalmente em razão do crescimento exponencial da migração de venezuelanos ao país, fenômeno instrumentalizado por críticos do governo atual que acusam ser essa uma das principais causas do aumento da criminalidade neste país.

No período que antecedeu as recentes eleições parlamentares, realizadas 14/08/23, discursos hostis à imigração ganharam espaço. Como resposta à questão, o governo trinitário vem promovendo a deportação coletiva de migrantes venezuelanos mantidos em centros de detenção, inclusive de requerentes de asilo, segundo a Anistia Internacional. Estima-se que haja 20 mil venezuelanos no país, em uma população total de 1,4 milhão, em Trinidad e Tobago.

A despeito do uso político-eleitoral do tema migratório, tem havido avanço concomitante, por parte do governo, no atendimento a certas demandas históricas da comunidade venezuelana no país, entre as quais a oferta de vagas em escolas públicas para crianças venezuelanas.

Haiti

Os países da CARICOM tem-se envolvido ativamente na situação do Haiti, membro da comunidade. Após o anúncio do Quênia, de 29/7/2023, sobre a possibilidade de liderar força multinacional no Haiti, Bahamas (1/8) e Jamaica (3/8) sinalizaram disposição de enviar tropas ao Haiti para integrar eventual força multinacional. Antígua e Barbuda também manifestou disposição de envio de pessoal ao país. A CARICOM divulgou comunicado (4/8) saudando “a decisão dos governos das Bahamas e da Jamaica de se juntar ao Quênia para contribuir com uma força multinacional na República do Haiti”. A suspensão da decisão queniana por corte nacional – no começo de outubro – não desmobilizou a ajuda oferecida pelos parceiros caribenhos.

Nesse contexto, no discurso proferido na abertura do debate da 78ª Assembleia Geral da ONU, 2023, o Primeiro-Ministro Keith Rowley instou a comunidade internacional a prestar apoio ao Haiti, cuja crise interna, afirmou, está tendo "consequências humanitárias, socioeconômicas e de segurança inimagináveis". Louvou a decisão do Quênia de liderar ação multinacional naquele país, com contribuição de tropas de países do Caribe como Bahamas e Jamaica e apoio de Ruanda.

ECONOMIA

Com população de 1,53 milhão de habitantes e rico em recursos naturais, Trinidad e Tobago apresenta o terceiro PIB per capita mais elevados do Caribe (US\$ 27.778, pelo critério de paridade do poder de compra, atrás apenas de Bahamas e São Cristóvão e Névis), além de ser a maior economia industrial da região. O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, contando com sistema bancário relativamente estável e regulado.

Em 2022, o país registrou PIB nominal de US\$ 27,9 bilhões. Dados recentes indicam que a economia trinitária experimentou recuperação após a pandemia, com crescimento de 2,5% em 2022. Não obstante, persiste o desafio da diversificação da produção nacional, excessivamente concentrada em hidrocarbonetos - e que torna o país vulnerável às oscilações de preços do mercado internacional.

A economia local é baseada na produção de gás natural e petróleo. A participação de petróleo e gás e seus derivados no total das exportações aumentou de 73% em 2020 para 80% em 2022, e sua participação no PIB aumentou de 34,9% em 2016 para 35,7% em 2020. Cerca de 80% das exportações do país são de hidrocarbonetos e derivados, sobretudo petróleo, gás, álcoois, elementos químicos inorgânicos, adubos e fertilizantes. Alimentos e bens de consumo são supridos, em sua ampla maioria, por importação, em razão da limitada produção local. Com esse arranjo, a balança comercial corresponde a 90% do PIB trinitário. Em meta estabelecida na CARICOM (projeto "25% y 2025"), pretende-se alcançar 25% da produção de alimentos em âmbito regional até 2025, de forma a garantir segurança alimentar.

Panorama Econômico

Em 2021, a economia de Trinidad e Tobago sofreu dos efeitos negativos de dois importantes acontecimentos cujo somatório chegou a pôr em risco a saúde econômica do país. A redução das cotações internacionais de petróleo e de gás em meados da década passada gerou quadro recessivo que, em 2020, foi agravado pelo combate à propagação do vírus da Covid-19 ao impor restrições tanto à circulação de pessoas como ao funcionamento de atividades do setor terciário.

Esses acontecimentos agravaram as condições econômicas desfavoráveis do país, cuja infraestrutura carece de investimentos, em particular no refino de hidrocarbonetos, na siderurgia e na malha viária. Além disso, o desequilíbrio do quadro fiscal (em razão da baixa produtividade e da queda das receitas do setor de energia) vem comprometendo os programas de redistribuição de renda, considerados essenciais frente às profundas tensões sociais e à clivagem econômica.

Nesse cenário, a atual administração tem buscado diversificar o sistema produtivo. A estrutura produtiva, altamente concentrada na exploração de recursos energéticos, é historicamente determinada pela vinculação entre as entradas financeiras e a produção e exportação de gás, petróleo e derivados. Essa mesma estrutura impediu o desenvolvimento dos setores de bens duráveis e não duráveis voltados para o mercado interno.

A dívida pública, que vinha crescendo nos últimos anos, deu lugar, em 2022, a superávit fiscal, o primeiro em mais de uma década, com a consequente diminuição da dívida pública, em razão do aumento dos preços internacionais das commodities energéticas.

O retorno a ciclo virtuoso de crescimento econômico, iniciado em 2022 em decorrência do aumento das cotações internacionais do gás, petróleo e derivados petroquímicos, contribuiu para reverter o padrão anterior de aumento acelerado do déficit público, permitindo, segundo o governo, reduzir o déficit do Orçamento de 2022 para 0,8% do PIB, valor inferior a anos anteriores, quando ficou acima de 5%. Anos seguidos de déficit orçamentário implicaram no aumento da dívida pública, que passou de US\$ 7,2 bilhões em 2011, e que então representava 28,9% do PIB, para os atuais US\$ 14,1 bilhões, correspondendo a 62,6% do PIB de 2022. Além do aumento nominal da dívida, o PIB encolheu 9,6% de 2011 até o ano passado, caindo de US\$ 24,9 bilhões a US\$ 22,5

bilhões e contribuindo para aumentar a gravidade do quadro econômico local.

A expressiva elevação dos preços internacionais das commodities energéticas e de petroquímicos também tem propiciado superávit comercial expressivo, impulsionado por lucros em patamares inesperados.

Segundo projeção do FMI, o PIB trinitário deve crescer em 3,2% em 2023, marcando a recuperação da economia; a instituição também espera que a inflação desacelere, de modo a alcançar os preços internacionais; de igual forma, o déficit público, devido ao aumento do preço dos produtos petrolíferos, deve estabilizar no médio prazo.

Nesse contexto, persistem obstáculos estruturais de estrangulamento que restringem o potencial de crescimento e a competitividade da economia de Trinidad e Tobago. Economistas apontam para a necessidade de que a atual administração conceda incentivos para aperfeiçoar a estrutura de exploração e produção das commodities energéticas; aumente a produtividade no setor estatal; eleve a captação de Investimentos Externos Produtivos para compensar a falta de poupança interna; invista em fontes alternativas de energia; e redimensione o volume de subsídios e transferências, de forma a proteger melhor os setores mais vulneráveis por meio de programas mais eficientes e mais bem direcionados.

Comércio Exterior e Investimentos

Em 2022, os Estados Unidos foram o maior parceiro comercial de Trinidad e Tobago, seguidos pela Bélgica, Marrocos e Guiana.

De acordo com o Banco Central trinitário, em 2022 o país exportou US\$ 13,2 bilhões e importou US\$ 6,89 bilhões, tendo como destinos principais: Estados Unidos (US\$ 4,8 bilhões, 37% do total), Bélgica (US\$ 832 milhões, 6,3%) e Marrocos (US\$ 750 milhões, 5,6%). O Brasil ocupou a sétima posição (US\$ 444 milhões, 3,3%). As importações trinitárias totalizaram US\$ 6,2 bilhões e tiveram como maiores fornecedores: EUA (US\$ 2,4 bilhões, 39,1%), China (US\$ 759 milhões, 12%) e Brasil (US\$ 354 milhões, 5,6%).

No intercâmbio bilateral, em 2022 o Brasil exportou US\$ 281 milhões (12% a menos que em 2021) e importou US\$ 632 milhões (2,5% a mais), registrando déficit de US\$ 351 milhões, segundo dados do MDIC. Entre janeiro e agosto deste ano, as exportações já alcançaram US\$ 208 milhões e, as importações, US\$ 252 milhões. A pauta de produtos brasileiros exportados inclui minério de ferro e seus concentrados (US\$ 180 milhões, 64% do total), papel e cartão (US\$ 12 milhões, 4,3%), açúcares e melações (US\$ 9,3 milhões, 3,3%) e materiais de construção (US\$ 7,7 milhões, 2,8%). As exportações trinitárias ao Brasil, por sua vez, foram compostas por elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos (US\$ 425 milhões, 67% do total), álcoois fenóis (US\$ 163 milhões, 26%) e gás natural (US\$ 35 milhões, 5,6%). Cumpre destacar queda abrupta da importação de gás (-76%), resultante do empenho do governo trinitário em abastecer o mercado europeu.

A volatilidade da economia trinitária, decorrente da excessiva concentração do PIB na produção de hidrocarbonetos, tem levado o governo a discutir meios de incentivar a diversificação da produção. Apesar da urgência do tema - em razão da necessidade de preparação para o esgotamento progressivo das reservas energéticas do país -, ainda não existe uma estratégia clara para o enfrentamento do assunto.

Agricultura, turismo, pesca e serviços bancários são os setores considerados com maior potencial no futuro, mas os esforços governamentais seguem reféns de iniciativas ligadas ao setor energético - inclusive a construção de um gasoduto para a exportação de gás natural venezuelano por intermédio de portos trinitários, ainda pendente de definição de meio de pagamento entre os países, em razão do embargo dos EUA à Venezuela.

A fim de lidar melhor com incertezas do comércio internacional, o governo tem incentivado aumentar a produção local de alimentos, além de propugnar a diversificação da origem dos produtos alimentares, oriundos principalmente dos EUA, Canadá e Colômbia. Além de o volume de

comércio com os Estados Unidos favorecer a continuidade do intercâmbio com aquele país – em vista da proximidade do mercado e da logística de transportes já estabelecida –, outro fator condicionante da perpetuação das parcerias de comércio existentes é a manutenção de laços preferenciais com fornecedores e exportadores do Canadá e de outros países integrantes da Commonwealth.

Como parte da sua estratégia para ampliar a base produtiva local e reduzir a dependência das commodities energética, em 2022, o governo extinguiu as zonas francas (*Free Trade Zones - FTZ*), criadas em 1988 com o objetivo de facilitar operações de armazenamento, fabricação, transbordo de carga e descarga, exportações, importações, e criou as Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones – SEZ*), que também tem como finalidade o aumento a captação de Investimentos Externos Produtivos-IEDs, necessária para compensar a escassez de poupança interna.

Em linhas gerais, os benefícios tributários a serem concedidos pelas novas SEZ oferecem aos investidores estrangeiros oportunidades de simplificação regulatória, maior segurança de investimentos, infraestrutura adequada, acesso livre a insumos e estímulo à diversificação da matriz produtiva. Esse conjunto de estímulos, contudo, em pouco se diferencia dos benefícios contemplados no mecanismo anterior de zonas francas. O governo ressalva, contudo, que a nova modalidade das SEZ traz vantagens burocráticas, em termos de documentação menos exigente e prazos mais expeditos para a autorização de funcionamento de novas empresas.

Historicamente, os maiores investidores em Trinidad e Tobago são os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a Itália. Não há série histórica do Banco Central do Brasil registrando fluxo de investimentos diretos brasileiros no país.

Entre os setores com maior potencial para atração de investimentos externos, destacam-se agricultura, turismo e tecnologia da informação. O país possui economia relativamente aberta, com o propósito de atrair tais investimentos, mantendo acordos nesse setor com Alemanha, Canadá, China, Coreia, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, México e Reino Unido, bem como acordos comerciais com países da CARICOM e com Costa Rica, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Panamá, República Dominicana e Venezuela.

Ainda assim, durante a Revisão de Política Comercial (TPR) de Trinidad e Tobago de 2019, a mais recente disponível, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o governo brasileiro apontou a necessidade de que as autoridades trinitárias atualizassem os procedimentos para obtenção de credenciais para exportadores de carne, estabelecendo maior previsibilidade e clareza de requisitos sanitários e fitossanitários. Na ocasião, foram criticadas as sobretaxas impostas ao comércio de frango e as tarifas sobre açúcar de cana, que violariam, em ambos os casos, compromissos específicos assumidos por Trinidad e Tobago.

Energia

Trinidad e Tobago é exportador líquido de energia e possui reservas comprovadas relativamente importantes de gás e petróleo. O setor de petroquímica é quase integralmente responsável pelo fornecimento, através de termelétricas, de energia no país.

Nesse contexto, um dos principais problemas no setor é a sustentabilidade da exploração desses recursos. O uso praticamente insignificante de recursos renováveis e a existência de indústria altamente intensiva em energia levaram Trinidad e Tobago a ser reconhecido, desde 2014, como um dos principais responsáveis pela emissão de dióxido de carbono per capita, com média seis vezes superior à mundial.

No decorrer da década de 1990, a exploração de petróleo começou a revelar os primeiros indícios de esgotamento de reservas e foi gradativamente suplantada pela exploração de gás natural. O país seguiu estratégia baseada em dois eixos: de um lado, para viabilizar a produção em larga escala por multinacionais, concedeu incentivos para instalação de terminal de exportação de gás natural liquefeito (complexo Atlantic). Por outro, investiu na criação de indústria de transformação de gás natural como matéria-prima ou combustível, com vistas a aumentar o valor agregado do

produto.

O país busca efetuar mudanças na estratégia para o setor e transformar-se em hub energético, ampliando e diversificando a indústria petroquímica. A iniciativa é prejudicada, todavia, pelo baixo nível de investimentos e tecnologia; pela incapacidade técnico-financeira da PETROTRIN; e pela queda dos preços internacionais dos produtos. Este último fator causa impacto sobre o parque energético trinitário, que se encontra em estado progressivo de obsolescência, sem perspectivas de melhora.

Os recursos provenientes da exploração de insumos energéticos naturais iniciada ainda no século passado têm provado ser ao mesmo tempo um benefício, mediante o incremento exponencial do PIB, e um malefício, devido aos efeitos da "doença holandesa", síndrome que atinge países afetados por súbito enriquecimento. O influxo de significativos montantes de capital externo na economia de Trinidad e Tobago fortaleceu a moeda trinitária, gerando a perda de competitividade de produtos tradicionais em relação às importações e precipitando o declínio de setores produtivos.

A substituição dos produtos locais e o consequente impacto dessa reorientação da matriz produtiva implicou também transferência de postos de trabalho para o setor de serviços em razão do encolhimento do setor secundário, principalmente da agricultura. A reorganização da economia gerou a necessidade de este país adotar abertura comercial expressiva para obter do exterior bens que deixou de produzir, ou ter de adquirir outros mais sofisticados em razão de mudanças do padrão de consumo local, ditado pelo enriquecimento nacional.

Impactos do COVID-19

Apesar dos efeitos deletérios da COVID-19 sobre a economia trinitária, devido às restrições tanto à circulação de pessoas como ao funcionamento de atividades do setor terciário, tem-se registrado crescimento econômico em 2023, sobretudo em razão do aumento dos preços internacionais do gás, petróleo e derivados petroquímicos.

No contexto do combate ao coronavírus, o governo restringiu o funcionamento de serviços não essenciais e previu aplicação de multas elevadas, com a possibilidade de detenção por não cumprimento. Outras medidas incluíram a suspensão de atividades escolares, bem como o fechamento das fronteiras (inclusive para cidadãos trinitários). Para minimizar o impacto social, o governo adotou medidas como a redução da taxa de redesconto; a adoção de regras flexíveis para reestruturação de dívidas; a devolução de créditos impositivos a pessoas jurídicas; e a concessão de auxílio financeiro para desempregados.

Superada a pandemia, alguns efeitos econômicos perduram, como a alta dos preços de bens considerados essenciais, causando persistente inflação. A conjugação do impacto econômico das duas crises (pandemia e conflito na Ucrânia) recolocou em evidência debilidades e inconsistências da matriz produtiva local, o que inclui a baixa produtividade da mão-de-obra trinitária.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Trinidad e Tobago são tradicionalmente fluidas e cooperativas. Tiveram início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, de vice-consulado no país. A representação brasileira foi elevada a embaixada em 1965, três anos após a independência. A partir da década passada, o adensamento da relação bilateral inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com toda a região do Caribe.

Entre as visitas de alto nível, registram-se encontro da então PM, Kamla Persad-Bissessarm com o chanceler brasileiro Antonio Patriota, em 2011, e com a ex-presidente Dilma Rousseff em duas oportunidades, à margem da Cúpula de Cartagena (2012) e na final da Copa do Mundo de Futebol (2014), bem como reunião à margem de almoço com os chanceleres da CARICOM (2013).

Iniciativas de Cooperação

O Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, assinado em 25 de julho de 2008, foi promulgado em 25 de agosto de 2010.

Tendo em vista a importância conferida pelo Governo brasileiro às relações com o Caribe, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vem buscando estruturar programa de cooperação técnica com a região, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a autonomia dos países, para o desenho e a implementação de soluções aos desafios comuns.

No âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais o Governo de Trinidad e Tobago participa, eventualmente, de ações de intercâmbio de iniciativa regional, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), nas áreas de agricultura familiar e alimentação escolar.

Após a criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na ABC, em 2017, o Brasil vem realizando ações de cooperação humanitária com Trinidad e Tobago, desde 2022, em especial na área da saúde, com doações de vacinas, medicamentos e insumos médicos, que somadas, totalizam USD 518.229,93.

No âmbito da extinta Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), registra-se, em 2016, uma ação de assistência humanitária na área de saúde, com doação de vacinas, no valor declarado de USD 44.910,85.

O Governo de Trinidad e Tobago confirmou os seguintes cinco temas de interesse aos quais atribui prioridade estratégica: gestão de riscos de desastres; agricultura; saúde ;treinamento e capacitação de recursos humanos; e recursos pesqueiros e em aquicultura. Nesse sentido, a ABC solicitou a realização de reunião técnica virtual com a Chancelaria trinitária, com o objetivo de estabelecer: (i) as demandas que poderão integrar o programa de cooperação técnica bilateral; (ii) a data da missão de prospecção para a negociação dos novos projetos; e (iii) as diretrizes para a implementação do novo programa bilateral. Aguarda-se, ainda, manifestação do referido país.

Como iniciativa trilateral de cooperação Sul-Sul, registra-se o projeto “Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)”, executada no âmbito do projeto regional “Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe” em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO).

Em 2022, 28,8 mil litros de álcool-gel desinfetante (70%), com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), para o enfrentamento à pandemia da covid-19, com valor declarado de USD 69.120,00 e 50 mil doses da vacina pentavalente; 70 mil doses da vacina dupla adulto; 10 mil doses da vacina pneumocócica - 10 valente; 20 mil doses da vacina DTP (difteria, tétano e pertussis); 10 mil doses da vacina tríplice viral; 10 mil doses da vacina contra a varicela; e 100

frascos do medicamento antirretroviral lopinavir/ritonavir, com valor total declarado de USD 311.664,00 e com valor de transporte de USD 109.516,00.

Cooperação Educacional

A cooperação educacional está lastreada no Convênio Cultural, assinado em 1971, em vigor desde 1974. Ainda que a barreira do idioma represente obstáculo, mais de vinte alunos trinitários participaram do PEC-G e do PEC-PG desde os anos 2000.

A embaixada brasileira tem buscado engajar-se na renovação de iniciativas nessa área. A título de exemplo, em outubro de 2019, a embaixada participou do evento *Language and Communication Day*, na University of the Southern Caribbean, com estande de divulgação.

Mais recentemente, em três ocasiões diferentes, entre os meses de dezembro e fevereiro de 2023, representantes da University of the West Indies (UWI) - principal instituição de ensino superior do Caribe, com mais de 50 mil alunos, oriundos dos 12 estados membros do CARICOM – entraram em contato com a embaixada brasileira em Port-of-Spain, para tratar da solicitação de reabertura do Leitorado que atuou naquela instituição no período entre 2008 e 2014. Desse trabalho, resultou a formação de 446 alunos de graduação e pós-graduação em estudos luso-brasileiros e outros 47 cursaram o programa de "minor" em Brazilian Studies, oferecido pela UWI - mesmo após o encerramento do Leitorado - até 2019.

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda

A Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23/07/2008, foi promulgada pelo Decreto Nº 8.335, de 12/11/2014, e publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 13/11/2014, estando o Brasil apto a aplicar o referido ato.

Assistência a brasileiros em face do COVID-19

Aproximadamente 140 brasileiros residem em Trinidad e Tobago. A embaixada do Brasil, com jurisdição consular que abrange Aruba, Bonaire, Curaçao e São Martinho, desempenhou importantes ações em apoio a cidadãos brasileiros, no contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus. A partir de março de 2020, foram realizadas gestões junto a empresas aéreas e hotéis visando à solução de problemas trazidos pelos consulentes brasileiros. Igualmente, gestões junto a autoridades locais permitiram obtenção de autorizações para sobrevoos e pouso de aeronaves fretadas por empresas operando no país, visando à repatriação de seus funcionários.

Nesses esforços, o posto contou com relevante ajuda dos cônsules honorários em Aruba e Curaçao, contribuindo para o atendimento de aproximadamente 300 brasileiros até julho de 2020. 15 cidadãos foram repatriados por meio de voo fretado pelo Ministério das Relações Exteriores, ao passo que 271 contaram com apoio institucional da embaixada no processo de retorno ao Brasil.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Após queda expressiva no comércio bilateral, que atingiu seu patamar mais baixo em 2020, com corrente de comércio de US\$ 395,8 milhões, houve retomada expressiva em 2021 e 2022 (US\$ 936 milhões e US\$ 913,5 milhões, respectivamente, comparáveis ao volume de comércio de 2015, de US\$ 1,26 bilhão).

A expressiva redução nas exportações brasileiras registrada em 2020, decorreu, entre outros fatores, da diminuição do consumo trinitário de minério de ferro, devido ao encerramento das atividades da siderúrgica Arcelor-Mittal, que utilizava minério de ferro brasileiro como matéria-prima. Entretanto, em 2021 e 2022, verificou-se aumento da exportação brasileira ao país. Ainda assim, devido ao incremento vertiginoso de importação de petróleo e derivados trinitários, a balança comercial com o Brasil registrou, nesses dois anos, déficit de US\$ 297 e US\$ 351 milhões de dólares.

A falta de melhor conectividade marítima com Trinidad e Tobago representa um dos fatores que prejudicam o desempenho das exportações brasileiras. Consulta realizada em 2021 com as sete principais empresas de navegação de transporte de cargas para este país apurou que apenas uma delas opera a rota Brasil-Trinidad e Tobago.

A dificuldade com o transporte de bens exportados ao país implica aumento do preço e, conseqüentemente, queda na competitividade. Apesar de o governo trinitário incentivar a diversificação da origem dos produtos alimentares, em 2022 as exportações dos produtos alimentícios brasileiros incluídos nas seções I, II e III da Nomenclatura Comum do Mercosul totalizaram apenas US\$ 7,9 milhões, equivalente a menos de 1% do total das importações trinitárias de alimentos.

O fraco desempenho brasileiro decorre dos custos finais elevados e, principalmente, da existência de barreiras fitossanitárias. A UNCTAD elencou quatorze medidas restritivas trinitárias contra produtos brasileiros: 9 barreiras de cunho sanitário ou fitossanitário (SPS); 1 exigência de pré-embarque; 1 licença não-automática e 3 sobretaxas ou controle de preços (PC). Tais barreiras restringem exportações brasileiras de carne de frango, boi e porco para Trinidad e Tobago.

Balança Comercial Bilateral

A balança comercial tem registrado seguidos déficits para o Brasil, à exceção de 2020, quando obteve saldo positivo de US\$ 33 milhões. Nesse ano, as importações brasileiras procedentes de Trinidad e Tobago atingiram USD 181 milhões e nossas exportações ao mercado trinitário registraram USD 214 milhões. A reversão do tradicional superávit local deveu-se, sobretudo, à diminuição do volume das importações brasileiras de gás natural e à redução de seu preço unitário no contexto da pandemia de COVID-19. Apenas outros dois itens, assim como em anos anteriores, fizeram parte do conjunto de bens exportados ao Brasil por Trinidad e Tobago, a saber, produtos químicos inorgânicos e álcoois e fenóis.

Em 2022, o Brasil exportou US\$ 281,2 milhões para Trinidad e Tobago, queda de 12% em relação ao ano anterior. As importações brasileiras desse país alcançaram US\$ 632,3 milhões, aumento de 2,5% em face ao ano anterior. O saldo comercial foi deficitário para o Brasil em US\$ 351,1 milhões.

As principais exportações brasileiras foram minério de ferro no valor de US\$ 180 milhões e representando 64% do total; papel e cartão com US\$ 12 milhões e representando 4,3%; e açúcares e melão com US\$ 9,37 milhões representando 3,3%. À exceção de minérios de ferro, ao longo dos últimos anos as exportações do Brasil permaneceram atomizadas. As importações de elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos, no valor de US\$ 425 milhões ; álcoois acíclicos e derivados halogenados, com US\$ 163 milhões ; e gás natural liquefeito, com US\$ 35,3 milhões,

perfazem mais de 98% do total.

A título de comparação, em 2014 e 2015 as importações de GNL representaram mais de 70% do total e, embora tenham decrescido em anos subsequentes, em 2021 atingiram US\$ 146,1 milhões e representaram 23,6% das exportações de Trinidad e Tobago ao Brasil.

O expressivo déficit comercial registrado em 2022, de US\$ 351,1 milhões, pode ser atribuído à desestruturação do mercado internacional de insumos energéticos, devido ao conflito na Ucrânia, gerou expressivos ganhos, que direcionou as suas exportações de GNL à Europa e, consequentemente, reduziu a oferta ao Brasil.

Abertura de mercado

Países da América Latina e do Caribe representam relevante mercado potencial para a exportação de alimentos brasileiros, já que importam volumes significativos de carne bovina, suína e de frango. Os EUA historicamente são o fornecedor dominante no Caribe, em razão da proximidade do mercado, da logística de transportes já estabelecida e da manutenção de laços preferenciais com fornecedores e exportadores do país e de outros membros da Commonwealth. Segundo dados da plataforma TRADE MAP, nos últimos 4 anos, cerca de 60% por cento das importações de proteína animal dessa região têm origem naquele país, ao passo que o Brasil mantém aproximadamente 14% do *market share*.

No entanto, os EUA recentemente vêm enfrentando desafios, que, hoje, reduzem a competitividade da proteína animal, quando comparada à produção brasileira. Esta crise de oferta se traduz em possíveis oportunidades de mercado para o Brasil, particularmente em mercados ainda fechados.

No caso de Trinidad e Tobago, estão em curso as negociações para a abertura do mercado aos produtos brasileiros, a fim de autorizar as exportações brasileiras de carne bovina e de frango ao mercado local. Além disso, desconsiderando o setor de minério de ferro e derivados, também se vislumbra oportunidades para a atuação de grandes redes de varejo brasileiras detentoras de galpões e logística de distribuição no mercado trinitário, que já têm contratos com os mais diversos produtores nacionais, o que poderia, potencialmente, ampliar a diversidade de produtos brasileiros oferecidos no exterior e trazer ganhos de escala na distribuição.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1498	Chegada de Cristóvão Colombo à ilha de Trinidad, em sua terceira viagem às Américas.
1530	Na década de 1530, o espanhol Antonio de Sedeño desembarcou na ilha de Trinidad, ao lado de pequeno grupo armado, com o propósito de colonizar os povos ameríndios nativos da ilha. Os confrontos entre colonizadores e ameríndios prolongaram-se nas décadas seguintes.
1689	Massacre de Arena, perpetrado pelos colonizadores espanhóis após rebelião que resultou no assassinato do governador espanhol José de León y Echales.
1757	A capital de Trinidad foi transferida de San José de Oruña para Puerto de España (hoje, Port of Spain).
1797	Governador espanhol José María Chacón perde controle da ilha de Trinidad para a armada britânica. Trinidad torna-se parte da Coroa britânica, tendo uma população majoritariamente francófona e um corpo de leis de influência espanhola.
1802	As ilhas de Trinidad e de Tobago passam ao controle britânico pelo Tratado de Amiens.
1833	Abolição da escravidão em territórios da Coroa britânica.
1838	Emancipação completa dos escravos libertos em 1833, com o término do sistema de “aprendizado”.
1845	Com o término da escravidão, os libertos se deslocaram para áreas urbanas, o que resultou em falta de mão de obra nas plantações. Indianos, chineses e portugueses passaram a ser contratados para trabalhos na agricultura. Estima-se que, até 1917, cerca de 150 mil indianos tenham trabalhado no cultivo de cana-de-açúcar no país.
1889	Unificação das ilhas de Trinidad e de Tobago.
1919	Greve dos trabalhadores portuários por melhores condições de trabalho marca surgimento de maior consciência de classe.
1962	Declaração de Independência.
1976	Proclamação da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1942	Criação do vice-consulado do Brasil em Port of Spain.
1965	Estabelecimento de embaixada residente do Brasil, três anos após a independência do país.
1968	Estabelecimento de missão de Trinidad e Tobago no Brasil.
2008	Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil.
2008	Participação da ministra das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauípe.
2009	Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil, no âmbito da preparação da Cúpula das Américas.
2009	Presidente Lula participa de Cúpula das Américas, em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação de Trinidad e Tobago na I Cúpula Brasil-CARICOM.
2011	Visita da primeira-ministra de Trinidad e Tobago ao Brasil, com agenda oficial em Brasília e no Rio de Janeiro.
2013	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil a Port of Spain.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Status	Ratific. Brasil	Ratif. Outra Parte	Data Promulg
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago	25/7/2008	Em Vigor	04/1/2010	24/5/2010	26/8/2010
Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago.	23/7/2008	Em Vigor			6/8/2008
Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais entre o Governo de República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago	23/7/2008	Situação especial			
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais	23/7/2008	Em Vigor	23/9/2011	8/4/2009	13/11/2014
Acordo, por Troca de Notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	8/5/1978	Em Vigor			16/5/1978
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	4/10/1977	Em Vigor			04/07/1977
Acordo sobre Pesca de Camarão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	28/2/1975	Em Vigor			21/3/1975

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	5/10/1972	Em Vigor			12/12/1972
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			28/12/1971
Acordo Relativo à Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			09/11/1971
Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			11/7/1974
Acordo sobre a Supressão de Visto em Passaportes entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	07/4/1971	Em Vigor			27/5/1971

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PORT OF SPAIN**

Candidata: MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA

PERFIL DA CANDIDATO**Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna**

Nascida em 23 de janeiro de 1952, no Rio de Janeiro, Maria Elisa Teófilo de Luna é bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1981, ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Em 2007, foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Mosaico Africano no Golfo da Guiné: Perspectivas para a Atuação Diplomática Brasileira”.

Em Brasília, desempenhou funções na Divisão de Difusão Cultural (1981), na Divisão de Divulgação Cultural (1983) e na Divisão de Organismos Internacionais Especializados (1991). Participou da preparação do I Fórum África-Brasil, em Fortaleza em 2003, e da I Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, Salvador, em 2006

Chefiou a Divisão de Imigração (1999) e a Divisão de África I (2003). Fora do Itamaraty, chefiou a Assessoria Internacional do Ministro da Agricultura e do Abastecimento (1998) e trabalhou como chefe do cerimonial no Superior Tribunal de Justiça. Foi promovida a Ministra de Primeira Classe em 2012.

Serviu nas embaixadas brasileiras em Abu Dhabi (1988), Havana (1990) e Panamá (2001). Serviu, ainda, nos Consulados-Gerais em Milão (1993) e Assunção (1996). Foi cedida à Secretaria da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sediada em Lisboa (2000). Foi Ministra-Conselheira na embaixada em Bruxelas (2008). Foi Cônsul-Geral em Montreal (2015) e Embaixadora no Senegal (2010) e em Gana (2017). É membro da Ordem do Rio Branco no grau de Grande-Oficial.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E TRINIDAD E TOBAGO

(elaborado com base em informações recebidas da Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, antecessor no posto)

I - Política interna

O People's National Movement (PNM), partido do PM Keith Rowley, venceu as eleições gerais de setembro de 2020, que lhe conferiram um segundo mandato consecutivo. O bipartidarismo "de facto" vigente até então, que contrapõe dois partidos constituídos essencialmente em torno de afinidades étnicas (o PNM, que congrega basicamente os afrodescendentes, e o United National Congress - UNC, em representação da comunidade de origem étnica indiana), viu-se afetado tanto pelo anúncio de Rowley de que não concorrerá a novas eleições como pelo fraco desempenho político do UNC. Tal conjunção estaria gerando as condições para o surgimento de outros partidos e de novas lideranças políticas.

O acirramento da violência e a ação cada vez mais ostensiva do crime organizado são os temas que dominam o debate político e a formação de opinião pública.

II - Política externa

A condição geográfica de Trinidad e Tobago, postada como sentinela da entrada no Mar do Caribe das embarcações que atravessam o canal do Panamá, garante-lhe importante valor estratégico na disputa geopolítica entre EUA e China pela hegemonia na região caribenha. A RPC tem buscado maior protagonismo nos últimos 15 anos, mediante investimentos expressivos em infraestrutura e empréstimos concessionais e o ingresso de T&T na "Belt and Road Initiative". Essa aproximação com Pequim induziu os Estados Unidos a tentar retomar a antiga condição de principal parceiro estratégico de T&T.

Outro tema importante na diplomacia trinitária é o relacionamento com os demais países-membros da CARICOM, afetado nos últimos anos em razão de maior ou menos aproximação com os EUA e de percepções divergentes acerca dos laços com a Venezuela.

III - Economia

A estrutura produtiva local é centralizada na indústria petroquímica e na exploração de petróleo e de gás, o que permitiu a atração de investimentos externos vultosos vinculados à produção e exportação dessas commodities e seus derivados. Esse setor representa cerca de 80% das exportações e cerca de 40% do PIB. As constantes oscilações dos preços internacionais das commodities energéticas geram vulnerabilidades que influenciam fortemente o desempenho da economia do país.

Trinidad e Tobago é considerada a nação mais rica do Caribe e o terceiro país das Américas em renda per capita (US\$ 19.500, de acordo com dados oficiais).

IV - Relações bilaterais

Trinidad e Tobago foi o primeiro país do Caribe anglófono com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas formais há quase 60 anos, em 1965, quando o então Vice-Consulado do Brasil em Port of Spain, criado em 1942, foi elevado à categoria de Embaixada, apenas três anos após a independência de T&T.

Desde então os dois países têm mantido bom relacionamento, isento de atritos ou irritantes. Brasil e Trinidad e Tobago mantêm interlocução satisfatória no âmbito de agrupações de escopo regional (CELAC), hemisférico (OEA, Cúpula das Américas) e multilateral. O Brasil é país observador junto à Comunidade do Caribe (CARICOM) e à Associação de Estados do Caribe, esta última sediada em Port of Spain.

A intensificação dos laços bilaterais nas últimas duas décadas inseriu-se inicialmente no processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe, de que foram marcos importantes a abertura de diversas embaixadas residentes no Caribe anglófono na primeira década do século XXI e a Cúpula Brasil-CARICOM de 2010, no Brasil. Desde então as relações econômicas e comerciais bilaterais permanecem estreitas. O Brasil é o terceiro maior importador de bens procedentes de T&T e tem-se mantido entre o quarto e o sétimo maior exportador para o mercado trinitário.

O relacionamento com Trinidad e Tobago é amparado institucionalmente em diversos acordos-quadro bilaterais, entre os quais o acordo sobre cooperação técnica, de julho de 2008; o MDE para cooperação no campo da energia, também de julho de 2008; a convenção para evitar a bitributação, igualmente de julho de 2008; o acordo sobre transportes aéreos, de outubro de 1972; o convênio cultural, de novembro de 1971, e o acordo sobre supressão de vistos de abril de 1971.

As relações bilaterais, embora sejam facilitadas pelas convergências históricas entre os dois países (democracias estáveis, populações etnicamente diferenciadas, apreço comum pelos esportes, pela música e pelo Carnaval), ressentem-se da escassez de visitas recíprocas de altas autoridades. O anúncio, no início do corrente ano, de que o Brasil iria regressar à CELAC foi muito bem recebido em T&T.

V - Relações econômico-comerciais

Trinidad e Tobago é o maior parceiro comercial do Brasil no Caribe anglófono. Em 2022 o Brasil exportou US\$ 281,2 milhões e importou US\$ 632,3 milhões, em linha com o histórico déficit brasileiro na balança comercial com T&T. No período de janeiro a setembro de 2023 o Brasil exportou US\$ 217 milhões e importou US\$ 285,8 milhões. Enquanto as exportações brasileiras se situam em patamar relativamente estável, as exportações trinitárias exibem variação mais expressiva, dependendo do valor das exportações de gás natural liquefeito, um dos três principais produtos importados pelo Brasil (os outros dois são álcoois e elementos químicos inorgânicos). Do lado brasileiro, o minério de ferro representa entre 55 a 65% do total da pauta exportadora.

A embaixada em Port of Spain está empenhada em obter a confirmação de data para o envio de missão sanitária trinitária para inspeção de frigoríficos brasileiros, última etapa pendente para permitir o ingresso de exportações de carne vacuna e de frango do Brasil. Há potencial para o aumento das exportações de outros produtos alimentícios brasileiros. A atuação no mercado externo de grandes redes de varejo brasileiras detentoras de logística de distribuição poderia ampliar a diversidade de produtos brasileiros oferecidos no mercado trinitário.

Há expectativa de que a empresa aérea governamental Caribbean Airlines adquira 5 aeronaves da Embraer, conforme consta do Orçamento Fiscal de 2024. A concretização dessa operação fortalecerá a marca Brasil e poderá ajudar a elevar o valor agregado das exportações brasileiras a T&T. Cabe ressaltar que a CARICOM funciona como área de livre comércio e que um

acesso expandido de produtos brasileiros ao mercado trinitário tenderia a facilitar uma maior penetração de bens do Brasil no Caribe anglófono.

VI - Cooperação Técnica

A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo Relativo à Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial entre o Brasil e Trinidad e Tobago de 1971 e no Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2008. Em âmbito regional, está sendo negociado acordo básico de cooperação entre o Brasil e a Associação dos Estados do Caribe (AEC), organização da qual o Brasil participa na condição de observador.

Um dos pontos de maior destaque no relacionamento do Brasil com T&T na área de cooperação técnica são as diversas doações em caráter humanitário, coordenadas pela CGCH da ABC, de vacinas e medicamentos, no âmbito da chamada "Diplomacia da Saúde". Tais iniciativas envolveram a doação de álcool antisséptico, no auge da pandemia (2021), de medicamentos antirretrovirais, vacinas (influenza-H1N1, pentavalente, pneumocócica, varicela, tríplice-DTP e tríplice viral-TVV, bem como diluente para vacina tríplice viral) e também de cápsulas de fosfato de oseltamivir.

Por sua dependência crônica da exportação de hidrocarbonetos, Trinidad e Tobago tem manifestado interesse em diversificar sua matriz produtiva. Nesse contexto, a Embaixada em Port of Spain vem sendo contatada esporadicamente em busca de cooperação no desenvolvimento da agricultura e de reforço da segurança alimentar.

No âmbito da AEC, a ABC vem mantendo entendimentos, com apoio da Embaixada, no combate ao sargaco no Mar do Caribe e na estruturação de ações de contenção de riscos de desastres. A AEC manifestou interesse em que se pudessem entabular iniciativas de cooperação também nas áreas de produção de etanol como energia renovável/alternativa, segurança alimentar e transformação digital.

VII - Cooperação cultural e educacional

A cooperação cultural e educacional com T&T ampara-se no Convênio Cultural assinado em 1971 e em memorandos de entendimento entre a Universidade das Índias Ocidentais (UWI) e instituições de ensino superior brasileiras.

O Governo brasileiro propiciou, desde 2008, a instalação de três Leitorados para ensino da língua portuguesa e para a difusão da cultura brasileira na UWI, maior instituição de ensino superior do Caribe. Desse exercício resultou a formação de 446 alunos com instrução em língua portuguesa e a constituição de curso regular de Estudos Brasileiros, bem como o estabelecimento de memorando de entendimento entre a UWI e a Universidade Federal da Bahia. Encerrado em 2015, o Leitorado vem sendo objeto de pedido de reabertura pela Faculdade de Letras e pelo Instituto de Relações Internacionais (IIR) da UWI, a partir de 2025. Gestor da Academia Diplomática do Caribe, o IIR, que forma os diplomatas de 12 países da região, tem interesse na firma de acordo de cooperação com o Instituto Rio Branco e na negociação de memorando de entendimento com a PUC-Rio para pesquisa conjunta sobre relações entre o Brasil o Caribe e a diáspora africana nas Américas.

No campo audiovisual, destacam-se, nos últimos anos, a promoção de dois espetáculos sobre música pelo grupo Alma Brasileira, integrados por ex-professores e alunos de Estudos

Brasileiros da UWI; a exibição de filmes brasileiros em duas Mostras de Filmes Ibero-Americanas; e a inclusão de cinco filmes brasileiros na edição de 2023 do Festival Internacional de Cinema de Trinidad e Tobago.

Um campo com grande potencial a ser explorado é a cooperação em assuntos relativos ao carnaval, maior festa popular de Trinidad e Tobago. A Embaixada em Port of Spain tem recebido consultas de empresas interessadas em conhecer o modelo de gestão do carnaval no Brasil e em adquirir fantasias e produtos para uso no carnaval local.

Saliente-se, por fim, que a aguardada liberação da importação de carne vacuna e de frango brasileira poderá ensejar iniciativas promocionais específicas, que incluam a divulgação do produto no contexto de promoção da gastronomia brasileira.

VIII - Temas consulares

A comunidade residente brasileira em Trinidad e Tobago é relativamente reduzida, não alcançando 150 pessoas, composta basicamente por funcionários expatriados de multinacionais do setor energético, cônjuges de cidadãos trinitários e pastores e missionários da Igreja Universal do Reino de Deus.

Em outubro de 2022, a Chancelaria da embaixada organizou em suas dependências os dois turnos das eleições presidenciais, sem qualquer incidente.

A jurisdição consular do posto abrange também as chamadas Antilhas Holandesas (Aruba, Curaçao, Bonaire, St. Maarten), onde a comunidade brasileira residente é ligeiramente superior à presente em T&T e, sobretudo, onde há um fluxo turístico permanente de brasileiros. Para prover assistência consular a esses nacionais, o Posto conta com a valiosa ajuda dos Consulados Honorários em Aruba e Curaçao.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Fortalecer as relações entre o Brasil e Trinidad e Tobago, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com Trinidad e Tobago; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo trinitário e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira.
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional de Trinidad e Tobago, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção regional e internacional do país.
3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos.
4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com Trinidad e Tobago ou em investir no país.
5. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação.
6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e de Trinidad e Tobago.

7. Fortalecer a cooperação técnica, visando à implementação do no Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2008.
8. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados.
9. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos trinitários ou estrangeiros na Em Trinidad e Tobago, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória.
10. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da Embaixada em Porto of Spain.
12. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO
1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos.

- a) Promover as exportações brasileiras de forma a buscar diversificação e maior equilíbrio da balança comercial.
- b) Trabalhar para permitir o ingresso de exportações de carne vacuna e de frango do Brasil.
- c) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas, em feiras e eventos internacionais realizados em Trinidad e Tobago.
- d) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres em Trinidad e Tobago, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios em Trinidad e Tobago para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros.

- a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas em Trinidad e Tobago, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras.
- b) Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros em Trinidad e Tobago, tendo em conta o marco normativo sobre inversões estrangeiras e sobre zonas francas.
- c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração, atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros.
- d) Elaborar, em caráter periódico, análise sucinta da situação do intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas.
- e) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de demandas atendidas pelo SECOM de promoção e inteligência comercial.
- b) Número de eventos de promoção organizados com participação da Embaixada.
- c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados.
- d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras.
- e) Número de reuniões e gestões junto às autoridades trinitárias competentes sobre temas de comércio e investimentos.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira.

- a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna em Trinidad e Tobago, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.
- b) Manter interlocução fluida com os principais atores de Trinidad e Tobago, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais.
- c) Preparar informações sobre as relações do governo de Trinidad e Tobago com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores.
- d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos.
- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras a Trinidad e Tobago, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados.
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo de Trinidad e Tobago.

- a) Informar sobre a atuação de Trinidad e Tobago e seus interesses em foros multilaterais e regionais.
- b) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira.
- c) Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo de Trinidad e Tobago a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.

4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.
- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras a Trinidad e Tobago e vice-versa.

Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre Brasil e de Trinidad e Tobago

- a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral.
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa de Trinidad e Tobago.

- b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais.
- c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte.
- d) Número de instrumentos concluídos.
- e) Número de gestões junto à chancelaria local.
- f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria de Trinidad e Tobago.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade trinitária.

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira.
- b) Fortalecer a interlocução com entidades de Trinidad e Tobago para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira.
- c) Apoiar eventual presença brasileira em eventos culturais de Trinidad e Tobago.
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros.
- e) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa.
- b) Trabalhar para a possível reinstituição do programa de leitorado em universidade local.
- c) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada.
- d) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões com autoridades/entidades trinitárias,
- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil.
- c) Número de participantes em atividades culturais promovidas pelo Posto.
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE²

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes de Trinidad e Tobago, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil.
- b) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) e de pós-graduação (PEC-PG), bem como prestar apoio aos candidatos trinitários no âmbito das mencionadas iniciativas.

² A cooperação cultural foi tratada no item anterior

- c) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados em Trinidad e Tobago e facilitação das informações a respeito.
- d) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes trinitários, das ofertas de estudo em instituições brasileiras.
- e) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições de Trinidad e Tobago.
- f) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.
- g) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local.
- h) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres em Trinidad e Tobago.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições brasileiras e trinitária.
- b) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto.
- c) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais.
- d) Número de visitas de delegações e missões técnicas.
- e) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.

- a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo de Trinidad e Tobago no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios para ambas as partes.
- b) Auxiliar na implementação Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2008.
- c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais de Trinidad e Tobago, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.
- d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes de Trinidad e Tobago, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas.
- e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres em Trinidad e Tobago.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social.

- a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas em Trinidad e Tobago em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e trinitárias.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de projetos de cooperação técnica.
- b) Número de iniciativas de assistência humanitária.
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação.
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições.
- b) Promover a cooperação, em especial no que se refere a zonas costeiras e ambientes marinhos.
- c) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- d) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.
- e) Acompanhar e relatar iniciativas de Trinidad e Tobago em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas.
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente em de Trinidad e Tobago, Aruba, Curaçao, Bonaire e St. Maarten, inclusive por meio dos cônsules-honorários nas ilhas das Antilhas Holandesas.
- b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito em Trinidad e Tobago.
- c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial.
- d) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.

- e) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior.
- f) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros.
- g) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros.
- b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.

IX – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
- b) Acompanhar, como observadora, os trabalhos da Associação dos Estados do Caribe (AEC), sediada em Porto of Spain, e procurar formas de aproximação da AEC com o Brasil, em especial por meio da conclusão do Acordo Básico de Cooperação entre o Brasil e a Associação dos Estados do Caribe.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões e reuniões realizadas.
- b) Número de informações e expedientes preparados.
- c) Conclusão do Acordo Básico de Cooperação entre o Brasil e a Associação dos Estados do Caribe



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 75, de 2023 (nº 544/2023, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.*

RELATOR: Senadora TERESA CRISTINA

O Presidente da República indicou o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo da diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

A Senhora Maria Elisa Teófilo de Luna graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Ingressou na carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1981, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática.

Na carreira, ascendeu a Segunda-Secretária em 1987; a Primeira-Secretária em 1992; a Conselheira em 1999; a Ministra de Segunda Classe em 2007. Em 2012, passou para o Quadro Especial como Ministra de Primeira Classe. Todas as promoções foram obtidas por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Milão, de 1993 a 1996; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Assunção, entre 1996 a 1998; Chefe da Divisão de Imigração, de 1999 a 2000; Conselheira no Consulado-Geral em Lisboa, de 2000 a 2001; Conselheira na Embaixada no Panamá, entre 2001 e 2003; Chefe da Divisão da África-I, de 2003 a 2008; Ministra-Conselheira na Embaixada em Bruxelas, entre 2008 e 2010; Embaixadora em Dacar, de 2010 a 2015; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montreal, entre 2015 e 2017; e Embaixadora em Acra, de 2017 a 2022.

A Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna foi agraciada com a Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial em 2010.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República de Trinidad e Tobago. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, recolhemos algumas informações a fim de visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

A República de Trinidad e Tobago está localizada no sul do Caribe, mais precisamente no delta do rio Orinoco e próximo ao litoral venezuelano. Ela é formada por duas ilhas principais e algumas ilhotas. A população do país, concentrada em Trinidad, a maior ilha, é estimada em 1,53 milhões de habitantes. Ela é constituída preponderantemente por descendentes de africanos e de indianos, que foram trazidos pelos colonizadores para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Desde 1973, a base da economia é a extração e exportação de petróleo. No momento presente, ganha relevância também a produção de gás

natural liquefeito. Os hidrocarbonetos e seus derivados representaram 80% das exportações trinitárias em 2022.

Cuida-se de república parlamentarista, com modelo bicameral, que apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 27,9 bilhões em 2022, de acordo com dados do Banco Mundial. Essa cifra coloca o país entre os primeiros PIBs *per capita* da América Latina e do Caribe. A economia industrial trinitária-tobagense é a maior da região caribenha. O país, que conta com um dos principais centros financeiros do Caribe, apresenta sistema bancário relativamente estável e regulado.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país ocupou, em 2021, a posição de número 57 entre 188 Estados, com 0,810. Para além disso, constata-se alta taxa de alfabetização, da ordem de 99%, bem como significativa expectativa de vida de 73 anos.

No que se refere às relações bilaterais, essas se intensificaram a partir da década passada, inserindo-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para esta aproximação destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe) em Brasília, em 26 de abril de 2010, que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da organização (Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Suriname).

Desde então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem procurado desenvolver programas de cooperação técnica com a região visando a promoção das relações bilaterais e do desenvolvimento dos países caribenhos. Nesse sentido, buscou-se a implementação de formas de cooperação trilateral com envolvimento de organizações internacionais. Assim, por exemplo, o estabelecimento de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para atuação nas áreas de agricultura familiar e alimentação escolar.

Com relação ao intercâmbio bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, as informações encaminhadas a esta Casa pelo Itamaraty dão conta de que, em 2022, o Brasil exportou US\$ 281,2 milhões e importou US\$ 632,3 milhões. Exportamos, fundamentalmente, minério de ferro (64% do total), papel e cartão (4,3%), açúcares e melaços (3,3%) e materiais de construção (7,7%). As importações do Brasil provenientes daquele país, por sua vez, estão assim distribuídas: elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogênicos (67% do total), álcoois fenóis (26%) e gás natural (5,6%).

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República de Trinidad e Tobago, ela é estimada em 140 pessoas, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

**MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, in Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	--

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

**MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, in Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	--

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

**MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, in Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	--



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2023

(n° 545/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 545

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2023.

EM nº 00287/2023 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 798/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/10/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4684634** e o código CRC **A292D4C1** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**GUIANA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Setembro de 2023**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Cooperativa da Guiana
CAPITAL	Georgetown
ÁREA	214.969 km ²
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2022)	808 mil
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Presidente Mohamed Irfaan Ali (Desde 02/08/2020)
CHANCELER	Hugh Todd (Desde 05/08/2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2023)	USD 16,31 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (FMI, 2023)	USD 20,54 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2023)	38% (2023, projeção); 62,3% (2022); 20,1% (2021); 43,5% (2020); 4,7% (2019), 4,1% (2018); 2,1% (2017); 3,4% (2016); 3,1% (2015); 3,9% (2014); 5,0% (2013).
IDH (PNUD, 2022)	0,714 (108º DE 191 PAÍSES)
EXPECTATIVA DE VIDA (BANCO MUNDIAL, 2021)	66 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2021)	89%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BANCO MUNDIAL, 2022)	12,4%
ENCARREGADO DE NEGÓCIOS EM BRASÍLIA	Vernon Robinson
EMBAIXADOR EM GEORGETOWN	Maria Clara Duclos Carisio
BRASILEIROS NO PAÍS	Entre 8-15 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões, valores aproximados)

BRASIL-GUIANA	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-ago)
Intercâmbio total	41,8	47,2	58,1	118,6	830,0	1.046,7
Exportações	40,3	46,9	41,1	111,7	262,2	249,3
Importações	1,6	0,3	17,0	6,9	567,8	797,4
Saldo	38,7	46,6	24,1	104,9	-305,6	-548,1

Principais produtos da pauta comercial (2023, jan-ago)

- **Exportações:** Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço (35%); torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes (32%); farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais (5%); milho não moído, exceto milho doce (2%) e demais produtos da indústria de transformação (26%)
- **Importações:** Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (99,8%).

APRESENTAÇÃO

Situada ao norte da América do Sul, do lado Atlântico, a Guiana faz fronteira com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste e com o Suriname a leste. A população guianesa é de aproximadamente 808 mil habitantes, segundo estimativa do Banco Mundial para o ano de 2022. Com 214.969 km² de território, é o terceiro menor país da América do Sul, à frente apenas de Uruguai e Suriname.

O país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1966 e estabeleceu relações bilaterais com o Brasil dois anos depois, em 1968. O cinquentenário das relações diplomáticas entre os dois países, em 2018, mereceu celebrações tanto na Guiana como no Brasil, inclusive com o lançamento de selos comemorativos.

A ponte sobre o rio Tacutu, construída pelo exército brasileiro e inaugurada em 2009, é um marco da integração física entre os dois países, permitindo a ligação viária entre Brasil e Guiana, conectando os municípios de Bonfim, no estado de Roraima, e Lethem, na região IX da Guiana.

Em anos recentes, a Guiana deu início à exploração de relevantes jazidas de petróleo e gás, e busca consolidar marco legal para o setor. Desde 2015, foram confirmadas reservas de mais de 11 bilhões de barris de petróleo. Estima-se que as reservas de gás natural possam ascender a 56 trilhões de metros cúbicos. A atividade petrolífera tem permitido ao país alcançar as mais altas taxas de crescimento no mundo. Em 2022, o país cresceu 62,3% (FMI). Em 2023, deverá crescer 38% (FMI, projeção).

Desde 2021, com o início da exploração e produção de hidrocarbonetos na Guiana, vem-se observando importante crescimento da corrente comercial bilateral. O comércio entre Brasil e Guiana mais do que dobrou entre 2020 e 2021 e registrou aumento ainda mais expressivo em 2022, quando atingiu o patamar de USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021).

Sede da Secretaria Executiva da Comunidade do Caribe-CARICOM, a Guiana tem forte identidade caribenha. Em décadas recentes, o perfil sul-americano do país vem sendo fortalecido. A Guiana tem explorado também a sua condição amazônica. Com 93,5% do seu território coberto por florestas tropicais (FAO, 2021), encontra-se entre os poucos países considerados neutros em termos de emissão de carbono.

A Guiana é Estado associado ao MERCOSUL e membro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente da República, Irfaan Ali. Nasceu em 25 de abril de 1980, em Leonora. É doutor em planejamento urbano e regional pela *University of the West Indies*, Jamaica. Eleito para a Assembleia Nacional da Guiana em 2006, foi nomeado para o cargo de ministro de Moradias e de Águas em 2009. Posteriormente, assumiu de maneira concomitante o ministério de Turismo, Indústria e Comércio durante o governo do *People's Progressive Party/Civic* (PPP/C). Após derrota eleitoral de seu partido em 2015, foi presidente do Comitê de Contas Públicas e vice-presidente do Comitê Setorial de Serviços Econômicos do Parlamento da Guiana. Foi eleito Presidente da República, pelo Congresso guianês, em agosto de 2020, para mandato de 5 anos.



Primeiro-Ministro e Primeiro Vice-Presidente, Mark Anthony Phillips. Nascido em 5 de outubro de 1961, é oficial militar reformado. Nomeado primeiro-ministro da Guiana e primeiro vice-presidente sob o governo do presidente Irfaan Ali, desde agosto de 2020. Encerrou a carreira militar como brigadeiro, após 36 anos de serviço, tendo recebido a Estrela do Serviço Militar, a honraria militar mais alta da Guiana. Graduou-se em Ciências Sociais e em Administração Pública, pela Universidade da Guiana, tendo obtido grau de mestre em Administração Pública, pela Pontifícia Universidade Católica Madre y Maestra, na República Dominicana, além de duas outras pós-graduações, uma em Defesa Avançada e Estudos de Segurança, pelo Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, Estados Unidos, e outra em Estudos de Defesa, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, Kansas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guiana dividem 1.605 km de fronteira, e histórico de cooperação e amizade. A agenda bilateral com a Guiana abrange diversas áreas estratégicas: integração física, cooperação energética, relações econômico-comerciais, cooperação em matéria de segurança e defesa, desenvolvimento fronteiriço e cooperação técnica.

Em 1968, dois anos depois da declaração de independência da ex-colônia britânica, o Vice-Primeiro-Ministro Ptolemy Reid visitou o Brasil, ocasião em que se firmou acordo cultural e estabeleceram-se as relações bilaterais. Em 1971, o então Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa viajou a Georgetown. Foi o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana, o que revela a importância atribuída pelo Brasil à plena incorporação diplomática do novo Estado à América do Sul desde a sua criação.

Os vínculos entre Brasil e Guiana foram aprofundados a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial (AAP), no âmbito da ALADI, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. Em 2018, os dois países celebraram os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas.

O bom relacionamento entre Brasil e Guiana se reflete nos contatos de alto nível entre os dois governos. O Presidente Irfaan Ali, acompanhado do Chanceler Hugh Todd, participou das cerimônias de posse presidencial, em janeiro deste ano, e da Cúpula dos Países da América do Sul, em 30 de maio, ocasião em que os dois presidentes mantiveram reunião bilateral à margem da Cúpula. Em agosto, o Primeiro-Ministro Mark-Anthony Phillips representou o país na Cúpula da Amazônia, em Belém. Por sua vez, o Ministro de Relações Exteriores Mauro Vieira realizou visita oficial a Georgetown em 12 de maio último.

São frequentes também os contatos de autoridades guianesas com o governo e parlamentares do estado de Roraima. Constam da pauta de interesse do estado fronteiriço temas como projetos de infraestrutura, as relações comerciais e oportunidades de investimentos, particularmente na área agrícola. As exportações roraimenses para a Guiana têm crescido significativamente, com potencial de expansão também para os mercados do Suriname, do Caribe e da América Central: se Roraima exportou apenas USD 1,6 milhões para a Guiana em 2018, esse valor subiu para USD 11,6 milhões em 2022 e apenas de janeiro a agosto de 2023, já atingiu o patamar de USD 23,4 milhões – o que indica que as exportações do estado para o país vizinho devem pelo menos triplicar no corrente ano.

Em 2012, a Guiana ingressou no MERCOSUL na condição de Estado Associado. Além de Estado associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da OTCA, da UNASUL e da OEA. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Comércio e economia

Até 2020, o intercâmbio comercial do Brasil com a Guiana se caracterizava por cifras modestas e por saldos favoráveis ao lado brasileiro. Desde 2021, no entanto, a situação vem mudando sensivelmente, em função da exploração e produção de petróleo e gás na Guiana. O comércio, que era de apenas USD 29,6 milhões em 2015, mais do que dobrou entre 2020 e 2021 e registrou aumento ainda mais expressivo em 2022, quando atingiu o patamar de USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021), com grande superávit guianês (USD 305 milhões) e importantes mudanças qualitativas.

Apenas nos primeiros 8 meses de 2023, o comércio bilateral já atingiu o patamar de USD 1,04 bilhão, novamente com forte superávit guianês (de USD 548 milhões).

A Guiana, que historicamente exportava arroz ao Brasil, passou, em 2022, a exportar quase exclusivamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos. De janeiro a agosto de 2023, 99,8% das importações brasileiras foram desses produtos.

A pauta exportadora brasileira também sofreu alterações recentemente. Às vendas usuais de carnes, peixe congelado, farelo e óleo de soja, máquinas agrícolas e tratores, somaram-se insumos e produtos para a indústria petrolífera: em 2023, tubos, dispositivos para canalização, válvulas e material de construção, além de demais produtos da indústria de transformação representaram 93% das exportações brasileiras ao país.

Infraestrutura e integração física

Área relevante da agenda bilateral é a de integração fronteiriça e infraestrutura. Em 2009, o Presidente Lula inaugurou ponte sobre o Rio Tacutu, que une as cidades vizinhas de Bonfim e Lethem. Hoje, merece destaque a pavimentação em curso do trecho Mabura Hill-Linden (122km) da estrada de terra Lethem-Linden, que conecta Roraima, por meio da cidade fronteiriça de Bonfim, com a capital guianesa, Georgetown, às margens do Caribe. Financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), os trabalhos se iniciaram em agosto de 2022 e se espera que sejam concluídos em 2025.

O Governo brasileiro tem presente que o futuro acesso terrestre ao Caribe representaria forte estímulo ao comércio para além do espaço sul-americano, permitindo novas rotas e a redução de custos e do tempo de transporte rumo ao mercado caribenho, da América Central e, eventualmente, europeu e da América do Norte. Trata-se de tema de grande interesse para estados da Região Norte, em particular Amazonas e Roraima.

Ainda com relação à integração viária, está em curso diálogo entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério de Segurança Pública guianês sobre o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Brasil e Guiana, assinado em 2003 e já em vigor. Para avançar na sua implementação os dois países precisam estabelecer protocolos comuns sobre assuntos como emissão de licenças para início de operação de serviços, documentos de porte obrigatório de condutores, modelos de inspeção técnica, fretamento, seguro e questões aduaneiras. Atualmente, o transporte de cargas é ainda realizado por transbordo na

fronteira.

A pavimentação da rodovia articula-se, ainda, com a construção em curso de novo porto na cidade de Berbice, além da proposta de futuro porto de águas profundas na costa guianesa, para escoamento de petróleo e movimentação de contêineres, inclusive de cargas agrícolas. De outra parte, a construção de ponte sobre o rio Corentine – a iniciar-se este ano e que integrará rodovias da Guiana e do Suriname, ligando Georgetown a Paramaribo – também contribuirá para a melhor integração do Brasil com os países do Escudo das Guianas.

Ainda no tocante à integração física, foi assinado, em 2020, memorando de entendimento para a realização de estudos técnicos de viabilidade para a instalação de rota óptica de Boa Vista a Georgetown. A iniciativa, no âmbito do programa "Norte Conectado", reduziria a vulnerabilidade da conectividade digital na Região Norte, ao eliminar transtornos causados por eventuais rompimentos do cabo Manaus-Boa Vista.

Segurança e Defesa

A cooperação relacionada à segurança pública entre os dois países tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal, tráfico de drogas e de pessoas. Em novembro de 2020, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcóticos da Guiana (CANU).

Em julho de 2022, o Ministro de Assuntos Internos da Guiana, Robeson Benn, compareceu ao 1º Encontro Ministerial contra o Crime Organizado Transnacional na América do Sul, em Brasília, ocasião em que foram assinados dois acordos de cooperação interinstitucional que envolvem a Força Policial da Guiana: um com a Polícia Federal e outro com a Polícia Rodoviária Federal.

É também de interesse dos dois países fortalecer a já madura cooperação bilateral em matéria de defesa. A atuação nesta área está amparada no Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2009. A renegociação do Acordo, já em etapa avançada, propiciará o marco legal para o seguimento desta vertente da cooperação, de que são exemplos as operações conjuntas entre o Exército Brasileiro e a Força de Defesa da Guiana e a cooperação entre os dois países para a formação de militares da Guiana.

Com o recente ingresso da Guiana no grupo de países exportadores de petróleo, surgem oportunidades no país vizinho de venda de produtos e serviços na área de defesa. Outras potenciais oportunidades para empresas brasileiras de defesa incluem o reaparelhamento da Guarda Costeira guianesa com embarcações para proteção das plataformas de petróleo e equipamentos para aprimorar a vigilância de fronteiras e do espaço aéreo e marítimo.

Cooperação técnica e humanitária

O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: (i) Capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; (ii) Capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana; e (iii) Apoio à

certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana. Atualmente, o programa bilateral conta também com dois projetos sobre questões fitossanitárias.

Em 2018, concluiu-se a perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços. Estima-se que o projeto tenha beneficiado cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria indígenas, em comunidades próximas à fronteira com o Brasil.

Com vistas a renovar o programa bilateral, a ABC propôs à Guiana negociar, em 2022, até quatro novas propostas de projetos, a serem aprovadas por ocasião da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil–Guiana. O encontro deverá ser novamente proposto para realizar-se em 2023.

O Brasil tem feito frequentes doações de vacinas e medicamentos como antirretrovirais e antimoníaco de meglumina, para o tratamento da leishmaniose.

Cooperação energética

No contexto da descoberta de grandes jazidas de hidrocarbonetos pela Guiana, que impulsiona crescimento econômico e desenvolvimento social no país vizinho, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia. A Petrobras, que tem destacada capacidade tecnológica na exploração offshore, acompanha com interesse a evolução do setor na Guiana e mantém diálogo com as áreas técnicas guianesas.

De outra parte, a possível interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa é objeto do projeto Arco Norte, que se baseia no diagnóstico inicial de que, para dar viabilidade comercial a empreendimentos hidrelétricos na região, seria necessário sistema de transmissão de aproximadamente 1.800 km. Em 2013, empresas de energia dos países envolvidos, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o BID assinaram Memorando de Entendimento para viabilizar estudo de pré-viabilidade. Novo memorando de entendimento sobre o assunto foi assinado no final de 2019.

Temas migratórios e consulares

Ao longo das últimas décadas, a comunidade brasileira na Guiana cresceu, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. O número estimado de brasileiros residentes na Guiana é de entre 8 e 15 mil. A imprecisão no número explica-se pelos fluxos migratórios pendulares e sazonais, pela dificuldade de um levantamento confiável, já que uma parte considerável se encontra em regiões de difícil acesso no interior do país, e pelo fato de as autoridades guianenses não terem dados sobre a presença de brasileiros, cuja maioria (estima-se que 70%) não tem seu *status* migratório regularizado. Os locais de maior concentração de brasileiros são Georgetown, onde a população brasileira recebe assistência do setor consular da Embaixada; Bartica, cidade à margem do rio Essequibo; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde o Ministério das Relações Exteriores abriu Vice-Consulado em 2008.

POLÍTICA INTERNA

A sociedade guianense é étnica e religiosamente diversa, abrangendo indo-guianenses, afro-guianenses, mestiços-guianenses, indígenas ameríndios e outros. A Guiana tem baixa densidade populacional, com 90% de seus aproximadamente 808 mil habitantes vivendo na estreita planície costeira, que representa 10% da área do país.

A República Cooperativa da Guiana adota sistema semipresidencialista unicameral, com a eleição do Presidente pelo partido ou coligação com maioria na Assembleia Nacional. As mais altas autoridades do Executivo são o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Vice-Presidente.

O cenário político da Guiana segue polarizado em torno de dois partidos principais, que se caracterizam, sobretudo, por representar diferentes grupos étnicos que compõe a população do país e não diferentes ideologias: o PNC (*People's National Congress*, ligado à população afro-guianense), por um lado, e o PPP/C (*People's Progressive Party/Civic*, associado à comunidade de origem indiana), por outro.

O país viveu, a partir de dezembro de 2018, um período de crise política, em função de uma moção de desconfiança contra o então Presidente David Granger (PNC), que deveria ter levado a novas eleições em 90 dias. Contudo, Granger contestou a legalidade da moção de desconfiança junto ao judiciário guianense e postergou o lançamento das eleições gerais até março de 2020.

Realizadas as eleições, em 2 de março de 2020, que deram a vitória ao PPP/C, os correligionários de Granger alegaram fraude na apuração e recorreram diversas vezes ao Judiciário para tentar impedir a declaração dos vencedores. O processo de apuração estendeu-se até fins de julho de 2020. Houve manifestações de Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Reino Unido, da missão de observadores da OEA e da CARICOM, no sentido de assegurar uma transição pacífica do poder na Guiana.

Esgotados todos os recursos, Irfaan Ali (PPP/C) foi empossado em 3 de agosto de 2020. O programa anunciado pelo novo governo estabeleceu prioridades no campo político e econômico-social, sob o slogan "One Guyana", com o objetivo principal de unir o país em torno da integração de regiões e etnias, pela redução de disparidades e dissidências. Nesse sentido, foram lançados programas de distribuição de renda, aumentos salariais para os servidores públicos e professores, redução de impostos e taxas sobre serviços públicos e gêneros alimentícios, construção de casas populares, incentivos à produção no setor de mineração e agricultura. Foram prometidas, igualmente, reformas eleitorais e constitucionais, para evitar novas crises, e apurar responsabilidades.

A crise eleitoral coincidiu com o início da pandemia de COVID-19. Com as medidas sanitárias que tiveram de ser adotadas no país, foi postergada a implementação dos planos e propostas do novo governo. De igual maneira, foram mais limitados os efeitos do início da extração de petróleo sobre a economia e a sociedade guianenses em 2020 e 2021. Nos anos seguintes, diante do cenário de forte crescimento, vem-se observando demandas crescentes sobre os quadros reduzidos da estrutura governamental e da mão de obra especializada no país, déficit que tem

impacto na execução de projetos em infraestrutura, saúde, educação, produção industrial, energia, transportes e construção civil.

De maneira geral, a avaliação do governo Ali é positiva. Os números da economia refletem-se favoravelmente na aprovação do seu governo. Espera-se que os benefícios sociais venham a ser colhidos gradualmente.

POLÍTICA EXTERNA

A Guiana tem demonstrado crescente interesse em fortalecer a dimensão sul-americana de sua política externa, compromisso sempre enfatizado nos contatos em alto nível com o Brasil. Numa lógica de círculos concêntricos, o país tem explorado também a identidade amazônica nos debates globais. Essas geometrias são complementares à prioridade conferida pelo país ao âmbito caribenho e à Comunidade do Caribe (CARICOM) – a Guiana tem no Caribe um dos principais espaços de sua atuação externa. Com o “boom” da exploração de hidrocarbonetos, a Guiana vem recebendo maior atenção dos países produtores de petróleo, de países membros da União Europeia e de potências extrarregionais.

Questão do Essequibo

A questão do Essequibo é o principal contencioso da política externa da Guiana. A Venezuela reclama cerca de dois terços do território guianês para si, contestando laudo arbitral de juízes britânico, norte-americano e russo que, em 1899, quando a Guiana era ainda colônia britânica, reconheceu a região a oeste do Rio Essequibo como parte da Guiana Inglesa. Em 1966, os dois países assinaram o Acordo de Genebra, que previa bons ofícios do Secretário-Geral da ONU para dirimir a questão. Os esforços de mediação não tiveram êxito. Com a descoberta de petróleo na Zona Econômica Exclusiva da Guiana em 2015, o tema voltou à tona. Em 2018, a Guiana submeteu à Corte Internacional de Justiça (CIJ) demanda contra a Venezuela na qual pediu à Corte que confirme a validade e o efeito vinculante da decisão arbitral de 1899. Em dezembro de 2020, a CIJ considerou-se competente para julgar a questão. O Governo venezuelano apresentou formalmente objeção preliminar à decisão da CIJ, a qual foi rejeitada pela corte em 6 de abril de 2023.

A postura brasileira tem sido a de favorecer a solução pacífica da controvérsia, com respeito ao princípio da integridade territorial e a manutenção da paz e da segurança na região.

Situação na Venezuela

A relação com a Venezuela é tema relevante na agenda diplomática regional da Guiana. Num primeiro momento, a Guiana associou-se à declaração que considerou ilegítimas as eleições presidenciais de 20 de maio de 2018. A despeito disso, a Guiana não reconheceu Juan Guaidó como presidente interino e preservou as relações com o governo venezuelano, optando por associar-se à posição da CARICOM. A Guiana não tem sido particularmente atingida pelo êxodo venezuelano.

Suriname

Com relação a outro vizinho da Guiana, o Suriname, apesar de questões lindeiras bilaterais ainda por resolver-se (disputa pela região do New River Triangle/Trigi), os dois países vêm estreitando seus laços, reforçados em sucessivos encontros entre Irfaan Ali e o Presidente surinamês Chan Santokhi. A agenda de cooperação bilateral é composta de diversos projetos que visam aprofundar a integração, com possibilidades de exploração conjunta de petróleo e de compartilhamento de infraestrutura de fibra ótica. Em junho, os dois países anunciaram que terá início, antes do final do ano, a construção da ponte sobre o rio Corentine, que ligará os dois territórios.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos passam por momento positivo, na sequência da declaração de Washington em favor do respeito aos resultados das eleições de 2020, que deram a vitória ao PPP/C. No que tange à contenda sobre o Essequibo, os Estados Unidos manifestaram apoio à manutenção do laudo de 1899, favorável à Guiana. Na agenda econômica, destaca-se a concessão à ExxonMobil da exploração de parcela importante das novas reservas de petróleo no país. A empresa norte-americana tem realizado atividades de prospecção em áreas marítimas que são contestadas pela Venezuela.

China

A China tem procurado consolidar sua presença econômica na Guiana, que abriga considerável contingente de imigrantes chineses, entre descendentes dos que chegaram ao país no século XIX e imigrantes mais recentes, que tencionam aproveitar novas oportunidades econômico-comerciais no país. A presença chinesa tem contribuído para o crescimento da Guiana, com destaque para os investimentos no setor de infraestrutura.

Em julho de 2018, Guiana e a China assinaram memorando de entendimento no âmbito do *Silk Road Economic Belt* e do *21st Century Maritime Silk Road Initiative*. A iniciativa prevê recursos para a construção de um novo porto de águas profundas e a possibilidade de construção da nova ponte sobre o rio Demerara. A *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) detém 25% do consórcio liderado pela ExxonMobil, que controla o poço petrolífero de Stabroek. Empresas chinesas vêm participando também de licitações de obras de infraestrutura e urbanização.

CARICOM

A Guiana concede grande importância aos laços com os países caribenhos, nos planos bilateral e regional. Cabe recordar que a Comunidade do Caribe - CARICOM - tem sua sede em Georgetown.

O Embaixador do Brasil em Georgetown é também representante permanente do Brasil junto à Comunidade, desempenhando papel relevante para melhor articulação da diplomacia brasileira com a região. A I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília em abril de 2010 e com a presença de chefes de Estado e de Governo de 14

países do Caribe, é considerada um marco da relação do Brasil com aquela região.

Países pequenos, alguns com população de menos de cem mil habitantes, os membros da Comunidade consideram a atuação coordenada a melhor via para afirmarem sua presença no cenário internacional hemisférico e mundial. Atuam, assim, geralmente, como bloco coeso em foros internacionais. A CARICOM detém 44% dos votos na OEA e cerca de 7% dos assentos da ONU. Ao mesmo tempo, têm heterogeneidade significativa, sobretudo em matéria de desenvolvimento econômico e social.

A CARICOM tem-se envolvido ativamente em crises regionais, como a do Haiti, membro da comunidade. Após a indicação pelo Quênia, em julho, de disposição de liderar força multinacional no Haiti, Bahamas, Jamaica e Antígua e Barbuda sinalizaram que poderiam enviar tropas ao Haiti para integrar eventual força multinacional. A CARICOM divulgou comunicado saudando os anúncios.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a descoberta de enormes jazidas de petróleo offshore, em 2015, a Guiana, ainda um pequeno país em desenvolvimento, com população reduzida, sérias deficiências em infraestrutura, baixos índices sociais e de crescimento econômico, constituiu-se em uma das economias mais dinâmicas do continente, com altas taxas de crescimento, passando a ser conhecida como a "Dubai da América do Sul".

O país é dotado de férteis terras agrícolas, valiosos recursos minerais, incluindo bauxita e ouro, extensas florestas tropicais, que cobrem 93,5% (FAO, 2021) do país, e das recentemente descobertas grandes reservas de petróleo e gás.

A população da Guiana é de pouco mais de 808 mil habitantes e apresenta baixas taxas de crescimento, em função de movimentos de emigração, em especial para os Estados Unidos. As taxas de desemprego tem oscilado entre 12% e 15% nos últimos anos, com 12,4% em 2022.

As jazidas de petróleo e gás offshore já descobertas (11 bilhões de barris) colocam a Guiana em 17º lugar em reservas comprovadas e em 31º lugar na lista de países produtores em 2022. A Guiana projeta alcançar a produção de 1,2 milhões de barris/dia em 2027 e 1,7 milhões de barris/dia em 2035. Atualmente, a produção é de 381 mil barris/dia. Em 2022 foram produzidos 101,4 milhões de barris de petróleo.

A produção de gás ainda não foi iniciada. A ExxonMobil pretende implementar, até o final de 2024, projeto que permitirá enviar, por pipeline, 50 milhões de pés cúbicos de gás para instalações em terra. Em 2023, a Guiana já prepara a oferta de novos blocos offshore.

A Guiana exportou petróleo no valor de USD 1,06 bilhões em 2020; USD 2,98 bilhões em 2021; e USD 9,98 bilhões em 2022. Em 2023, projeta-se que as exportações de petróleo alcançarão USD 11,33 bilhões.

Açúcar, ouro, bauxita, camarão, madeira e arroz completam a pauta exportadora do país.

A diversificação econômica além dos recursos naturais continua a ser um desafio. Os principais mercados de exportação da Guiana são Estados Unidos, Singapura,

Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Canadá. Os principais países fornecedores são Estados Unidos, Trinidad e Tobago, China, Japão e Reino Unido. As exportações guianesas são concentradas em poucos produtos. Segundo dados do Escritório de Estatísticas guianês, em 2021, segundo ano desde que o país iniciou a exportação de petróleo, dois produtos concentraram 88% das exportações (68,3% petróleo, totalizando USD 2,9 bilhões; e 19,7% ouro, totalizando USD 858 milhões). Devido à fragilidade de sua estrutura produtiva, a balança exterior guianesa costumava apresentar resultados negativos. Em 2020, contudo, o país alcançou finalmente equilíbrio comercial, registrando um primeiro superávit. Em 2022, segundo dados preliminares oficiais, as exportações alcançaram USD 11,3 bilhões e as importações totalizaram USD 3,6 bilhões (superávit comercial de USD 7,7 bilhões).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Séc. XV	Habitada por arauaques, caraíbas e uaraus, a região é visitada por Cristóvão Colombo
1621	Começa a colonização por holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. O cultivo da cana-de-açúcar é a base da economia.
1814	Território passa ao domínio inglês
1838	Após a libertação dos escravos africanos, são contratados indianos para trabalhar na agricultura.
1953	Guiana ganha limitada autonomia. A vitória eleitoral do Partido Progressista do Povo (PPP), de esquerda, conduz Cheddi Jagan ao cargo de primeiro-ministro.
1964	Congresso Nacional Popular (PNC) vence as eleições, e seu líder, Forbes Burnham, assume o governo. Crescem os conflitos entre o PPP e o PNC.
1966	Guiana proclama sua independência; Burnham nacionaliza os principais setores da economia e se aproxima do bloco socialista.
1968	Estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil
1973	Burnham é reeleito.
1973	Guiana adere à Comunidade Caribenha (CARICOM)
1980	Burnham é eleito pela terceira vez
1980	Constituição inclui o Território Essequibo (em disputa com a Venezuela, objeto do Acordo de Genebra de 1966) dentro dos limites territoriais da Guiana.
1985	Morre Burnham, e é sucedido por Desmond Hoyte, também do PNC, que estende seu mandato até 1992.
1992	Cheddi Jagan (PPP), aliado ao movimento Cívico, é eleito presidente.
1992	Samuel Hinds é eleito primeiro-ministro (permanece no cargo até 2008, com exceção de curto período em 1997, no qual assumiu a Presidência, com a renúncia de Janet Jagan).
1997	Após a morte de Cheddi Jagan, sua esposa, Janet Jagan é eleita presidente
1998	Declarado estado de emergência em Georgetown, como resposta à escalada da tensão racial

1999	Janet Jagan renuncia por motivos de saúde e Bharrat Jagdeo (PPP), então ministro das Finanças, assume a Presidência.
2001	Bharrat Jagdeo é eleito presidente e PPP/Cívico conquista a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional. O PNC não reconhece a derrota. Durante meses, há conflitos entre partidários dos dois grupos.
2006	Assassinado o Ministro da Agricultura da Guiana, Satyadeow Sawn. Adiadas as eleições gerais. Em função da legislação eleitoral, o Parlamento é dissolvido e o prazo constitucional para a realização do pleito eleitoral é dilatado.
2006	Jagdeo é reeleito, para mandato de 5 anos.
2007	É proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar a respeito do diferendo marítimo com o Suriname. A sentença confere à Guiana direitos sobre a maior parte da área contestada.
2008	O chanceler Samuel Insanally reuncia ao cargo por motivos de saúde e é substituído por Carolyn Rodrigues-Birkett.
2008	O presidente Jagdeo e a nova chanceler participam da Reunião de Cúpula da UNASUL, em Brasília.
2011	Donald Ramotar, do PPP (partido de Bharrat Jagdeo), é eleito presidente.
2012	O candidato da APNU a presidente em 2011, David Granger, é escolhido líder da oposição.
2014	Partidos de oposição tentam aprovar moção de desconfiança contra o presidente, que suspende os trabalhos da Assembleia Nacional por seis meses. Ramotar anuncia convocação de eleições gerais para 2015.
2015	David Granger, da coalizão APNU-AFC, é eleito presidente, derrotando o partido PPP-C, do candidato e então presidente Donald Ramotar. É aprovada lei sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Governo anuncia a realização de eleições locais em março de 2016.
2016	São realizadas eleições locais após hiato de mais de 20 anos. PPP obtém mais votos nacionalmente, mas coalizão APNU/AFC conquista esmagadora vitória em Georgetown, onde se concentra mais de 50% da população do país.
2018	Presidente David Granger indica que será candidato à reeleição em 2020. PPP apresenta moção de desconfiança contra o governo e obtém vitória por um voto. Governo questiona a validade da moção de desconfiança na Justiça. A Guiana submete memorial à Corte Internacional de Justiça no âmbito de procedimento instaurado sobre a questão de Essequibo.
2019	Tribunal de Apelação da Guiana reverte decisão da Corte Suprema e considera inválida a moção de desconfiança aprovada contra o governo da coalizão APNU/AFC. Oposição ingressa com recurso na Corte Caribenha de Justiça (CCJ) contra decisão do Tribunal de Apelação.
2020	Em 2 de março, são realizadas eleições gerais no país.
2020	Em 2 de agosto, Mohamed Irfaan Ali (PPP/C) toma posse como Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1904	O Rei da Itália, Vitor Emanuel III, divulga, em 6 de junho, laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara), entre o Brasil e o Reino Unido, dividindo o território disputado - 3/5 para o Reino Unido e 2/5 para o Brasil.
1936	Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana.
1968	Missão do Governo da Guiana, chefiada pelo Primeiro-Ministro Ptolemy Reid, visita o Brasil, no primeiro contato de alto nível entre os dois países. Na ocasião, é firmado acordo cultural e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas.
1971	O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson é o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana. Na ocasião, acorda-se o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, a assinatura de um convênio cultural e inicia-se cooperação tecnológica e em matéria de transporte.
1982	Assinado, em janeiro, o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu. O Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Guiana e o Chanceler guianês visita o Brasil. São assinados Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e memorando sobre interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianês. Visita do Presidente da Guiana, Forbes Burnham, ao Brasil.
1988	O Presidente José Sarney visita a Guiana.
1993	Visita do Presidente Cheddi Jagan a Brasília.
2002	Visita do Chanceler Rudolph Insannaly a Brasília.
2003	Visita de trabalho do Presidente Jagdeo ao Brasil.
2005	O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Guiana.
2007	São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu. O Presidente Lula visita Georgetown para participar de Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.
2008	O Presidente Bharrat Jagdeo participa, em maio, da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na qual se firmou o Tratado Constitutivo da UNASUL, em Brasília. O Presidente Bharrat Jagdeo participa das cúpulas regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) na Costa do Sauípe, Bahia.
2009	Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guiana. A I Reunião do Comitê de Fronteira é realizada em novembro, em Boa Vista.

2010	Presidente Bharrat Jagdeo visita Brasília.
2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett.
2012	A Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília. Assinatura de Memorando de Entendimento entre Brasil e Guiana sobre projetos de infraestrutura.
2013	Na Cúpula do Mercosul, Guiana e Suriname tornam-se membros observadores do mecanismo. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana se encontram à margem da Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, e criam a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura.
2015	O Presidente David Granger visita Brasília e mantém encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de Cúpula do Mercosul.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Georgetown, ocasião em que é recebido pelo Presidente da Guiana, David Granger, mantém reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e visita o Secretário-Geral da CARICOM, Embaixador Irwin LaRocque.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e do Ministro de Infraestrutura, David Patterson. Visita ao Brasil do presidente da Guiana, David Arthur Granger.
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Guiana.
2019	O Vice Presidente e Chanceler Carl Greenidge representa a Guiana na posse do presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, manteve encontro de trabalho com seu homólogo, Chanceler Ernesto Araújo.
2020	Visita Oficial do ministro Ernesto Araújo à Guiana.
2022	Os Presidentes Jair Bolsonaro e Mohamed Irfaan Ali se encontram no Suriname, onde participaram de reunião com o Presidente do país anfitrião, Chandrikapersad Santokhi.
2022	O Presidente da República Jair Bolsonaro realiza Visita Oficial à Guiana.
2023	O PR Irfaan Ali participa de Cerimônia de posse do PR Lula, em Brasília.
2023	Em maio, visita Oficial do ministro Mauro Vieira a Georgetown.
2023	O PR Irfaan Ali participa da Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. PR Lula e PR Ali mantêm reunião bilateral à margem da Cúpula.
2023	O Primeiro-Ministro guianês Mark Anthony Phillips participa da Cúpula da Amazônia, em Belém.

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Convênio Cultural.	Guiana	28/08/1968	Em vigor
2.	Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
3.	Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
4.	Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entrepósito de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
5.	Declaração Conjunta.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
6.	"Aide Memoire" sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
7.	Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	Guiana	10/05/1974	Em vigor
8.	Comissão Mista Brasileiro Guianense.	Guiana	13/07/1976	Em vigor
9.	Comunicado Conjunto	Guiana	13/07/1976	Em vigor
10.	Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas.	Guiana	31/01/1979	Em vigor
11.	Acordo de Cooperação Sanitária.	Guiana	08/06/1981	Em vigor
12.	Acordo Básico de Cooperação Técnica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
13.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
14.	Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
15.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IASAT), de 29 de janeiro de 1982.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
16.	Comunicado Conjunto.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
17.	Protocolo de Intenções.	Guiana	22/06/1982	Em vigor
18.	Acordo de Cooperação Amazônica.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
19.	Tratado de Amizade e Cooperação.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
20.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos.	Guiana	05/10/1982	Em vigor

21.	Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
22.	Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
23.	Memorando de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
24.	Declaração Conjunta	Guiana	05/10/1982	Em vigor
25.	Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
26.	Comunicado Conjunto.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
27.	Programa de Trabalho em Georgetown.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
28.	Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIACs).	Guiana	16/09/1988	Em vigor
29.	Declaração Conjunta.	Guiana	04/03/1989	Em vigor
30.	Declaração Conjunta	Guiana	04/10/1989	Em vigor
31.	Plano de Metas - 1989/1990.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
32.	Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
33.	Protocolo de Intenções na Área de Saúde.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
34.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular.	Guiana	17/11/1993	Em vigor
35.	Comunicado Conjunto.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
36.	Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
37.	Comunicado Conjunto.	Guiana	25/08/1997	Em vigor
38.	Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
39.	Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
40.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana.	Guiana	18/04/2002	Em vigor
41.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	Guiana	02/10/2002	Em vigor

42.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas	Guiana	07/02/2003	Em vigor
43	Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (2003)	Guiana	30/07/2003	Em vigor
44	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana.	Guiana	30/07/2003	Em vigor
45	Comunicado Conjunto por Ocasão da Visita de Estado à Guiana do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	Guiana	15/02/2005	Em vigor
46	Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
47	Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação	Guiana	15/02/2005	Em vigor
48	Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
49	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível.	Guiana	12/09/2005	Em vigor
50	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
51	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
52	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
53	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor

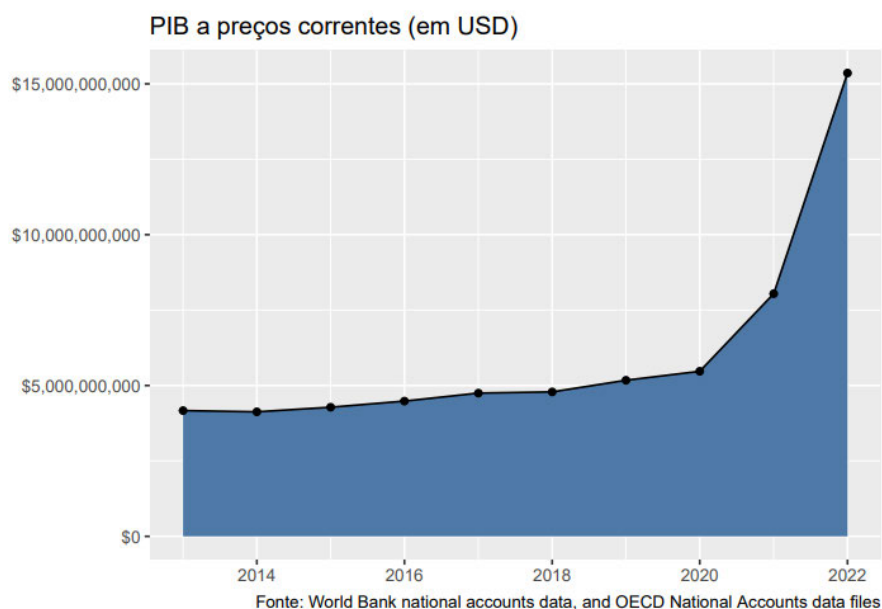
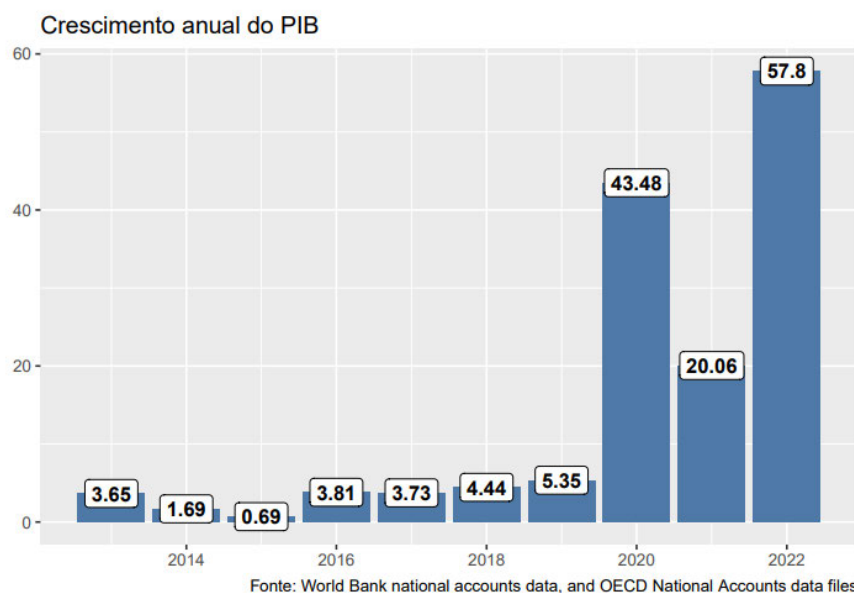
54	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
55	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
56	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal	Guiana	07/10/2008	Em vigor
57	Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012	Guiana	14/09/2009	Em vigor
58	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
59	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
60	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do investimento	Guiana	14/09/2009	Em vigor
61	Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira	Guiana	14/09/2009	Em vigor
62	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal	Guiana	26/04/2010	Em vigor

63	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes.	Guiana	11/08/2011	Em vigor
64	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana	Guiana	05/12/2012	Em vigor
65	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.	Guiana	28/06/2017	Em vigor.
66	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Implementação do Projeto "Apoio à Certificação de Sementes, Análise de Risco de Pragas e Modernização dos Serviços de Fitossanidade na Guiana".	Guiana	28/06/2017	Em vigor
67	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Execução do Projeto "Tecnologia para Combate aos Efeitos da Seca na Região 9 da Guiana"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
68	Ajuste Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que Cria a "Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
69	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana	Guiana	13/12/2018	Tramitação Congresso Nacional
70	Memorando de Entendimento entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Estudos de Viabilidade Técnica para Implantação de Rota Óptica de Boa Vista (Brasil) a Georgetown (Guiana)	Guiana	26/11/2020	Em vigor
71	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil	Guiana	06/05/2022	Tramitação Ministérios/Casa Civil
72	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa	Guiana	06/05/2022	Tramitação MRE

da Guiana sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal			
--	--	--	--

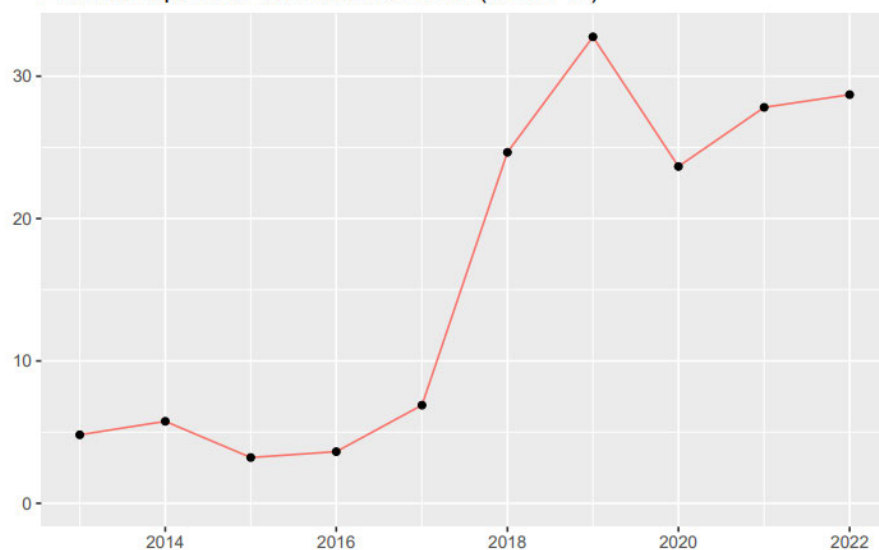
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Produto Interno Bruto



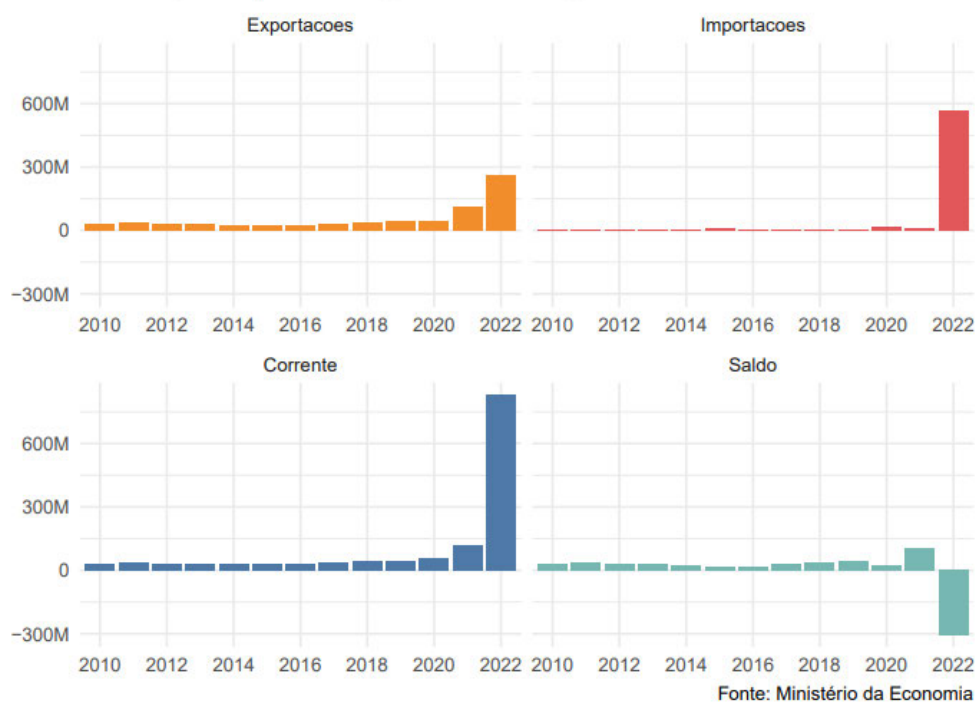
Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Brasil-Guiana, Fluxo de Comércio até 2022



Fonte: Ministério da Economia

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM
GEORGETOWN**

Candidata: MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS

PERFIL DA CANDIDATA

Nascida em 20 de dezembro de 1961, em Fortaleza, Maria Cristina de Castro Martins é graduada em Arquitetura e Urbanismo (1988) e Mestre em Sociologia (1996) pela Universidade Federal do Ceará, e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2003). Concluiu curso de extensão em Relações Internacionais pela *New York University* (2003). Ingressou no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores em 1994, tendo concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1995. Realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2004. Em 2009, foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese: “Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais.”

No Brasil, ocupou as funções de assistente e subchefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (1995-2000); assistente e subchefe da Divisão da América Meridional I (2004-2006); chefe da Divisão da ASEAN e Timor-Leste (2011-2016); assessora técnica do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (2019-2021); assessora da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (2021-2022); assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais, e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (2022-2023), sendo Coordenadora Nacional Alternata do Subgrupo de Trabalho nº 5 (Transportes) do Mercosul; e está atualmente lotada no Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica.

No exterior, foi Cônsul-Adjunta no Consulado em Nova York (2000-2004), tendo sido responsável pelo setor de Administração; serviu na Embaixada em Bogotá (2006-2009), encarregada dos setores de cooperação técnica, educacional e ciência e tecnologia; na Embaixada em Lisboa (2009-2011), foi chefe do Setor de Promoção Comercial; na Embaixada em Abu Dhabi (2016-2019), desempenhou a função de Ministra-Conselheira. Ocupou interinamente a Encarregatura de Negócios nas Embaixadas em Abu Dhabi e em Bogotá. Ao longo de sua carreira, participou de dezenas de delegações brasileiras em reuniões bilaterais, regionais e multilaterais, no Brasil e no exterior, tendo tido a oportunidade de chefiar várias dessas delegações.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E GUIANA

(elaborado com base em informações recebidas da Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio, antecessora no posto)

I – Relações diplomáticas

1. Brasil e Guiana dividem 1.605 km de fronteira, e histórico de cooperação e amizade. A agenda bilateral com a Guiana abrange diversas áreas estratégicas: integração física, cooperação energética, relações econômico-comerciais, cooperação em matéria de segurança e defesa, desenvolvimento fronteiriço, temas consulares e cooperação técnica.
2. Em 1968, dois anos depois da declaração de independência da ex-colônia britânica, o Vice-Primeiro-Ministro Ptolemy Reid visitou o Brasil, ocasião em que se firmou acordo cultural e se estabeleceram as relações bilaterais. Em 1971, o então Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa viajou a Georgetown. Foi o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana, o que revela a importância atribuída pelo Brasil à plena incorporação diplomática do novo Estado à América do Sul desde a sua criação.
3. Os vínculos entre Brasil e Guiana foram aprofundados a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial (AAP), no âmbito da ALADI, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. Em 2018, os dois países celebraram os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas.
4. O bom relacionamento entre Brasil e Guiana se reflete nos contatos de alto nível entre os dois governos. O Presidente Irfaan Ali, acompanhado do Chanceler Hugh Todd, participou das cerimônias de posse presidencial, em janeiro deste ano, e da Cúpula dos Países da América do Sul, em 30 de maio, ocasião em que os dois presidentes mantiveram reunião bilateral à margem da Cúpula. Em agosto, o Primeiro-Ministro Mark-Anthony Phillips representou o país na Cúpula da Amazônia, em Belém. Por sua vez, o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira realizou visita oficial a Georgetown em 12 de maio último.
5. São frequentes também os contatos de autoridades guianesas com o governo e parlamentares do estado de Roraima. Constam da pauta de interesse do estado fronteiriço temas como projetos de infraestrutura, as relações comerciais e oportunidades de investimentos, particularmente na área agrícola.
6. Em 2012, a Guiana ingressou no MERCOSUL na condição de Estado Associado. Além de Estado associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da OTCA, da UNASUL e da OEA. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI).
7. A Comunidade do Caribe - CARICOM - tem sua sede na Guiana. O Embaixador do Brasil em Georgetown é também representante permanente do Brasil junto à Comunidade, desempenhando papel relevante para melhor articulação da diplomacia brasileira com aquela região.

II – Relação econômico-comercial

1. O Acordo de Alcance Parcial N° 38 (AAP-38) foi assinado por Brasil e Guiana em 2001, no âmbito da ALADI; São Cristóvão e Névis aderiu posteriormente. Trata-se de instrumento com cobertura limitada (o Brasil recebe preferências tarifárias em 831 itens e

- concede à Guiana preferências em 127). Desde 2017, Brasil e Guiana discutem eventual aprofundamento do AAP-38, com foco em produtos agrícolas.
2. Até 2021, o intercâmbio comercial do Brasil com a Guiana se caracterizava por cifras modestas e por saldos favoráveis ao lado brasileiro. Desde 2022, no entanto, a situação vem mudando sensivelmente, em função da exploração e produção de petróleo e gás na Guiana.
 3. O comércio, que era de apenas USD 29,6 milhões em 2015, mais do que dobrou entre 2020 e 2021 e registrou aumento ainda mais expressivo em 2022, quando atingiu o patamar de USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021), com grande superávit guianês (USD 305 milhões) e importantes mudanças qualitativas.
 4. Apenas nos primeiros 8 meses de 2023, o comércio bilateral já atingiu o patamar de USD 1,04 bilhão, novamente com forte superávit guianês (de USD 548 milhões), mais que dobrando em comparação com o mesmo período em 2022.
 5. A Guiana, que historicamente exportava arroz ao Brasil, passou, em 2022, a exportar quase exclusivamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos. De janeiro a agosto de 2023, 99,8% das importações brasileiras foram desses produtos.
 6. A pauta exportadora brasileira também sofreu alterações recentemente. Às vendas usuais de carnes, peixe congelado, farelo e óleo de soja, máquinas agrícolas e tratores, somaram-se insumos e produtos para a indústria petrolífera: em 2023, tubos, dispositivos para canalização, válvulas e material de construção, além de demais produtos da indústria de transformação representaram 93% das exportações brasileiras ao país.
 7. A Embaixada em Georgetown vem apoiando missões empresariais ao país. Em 2022, organizou a visita de sessenta empresários brasileiros, organizada conjuntamente pela APEX e pelo SEBRAE. Os empresários participaram do seminário sobre Petróleo e Gás realizado em Georgetown e mantiveram encontros com autoridades locais.
 8. Desde então, a Embaixada apoiou missões de outros cinquenta empresários, ao longo dos anos de 2022 e 2023.
 9. Nota-se também crescente interesse brasileiro por oportunidades de investimento na Guiana em setores como agricultura (produção de soja e milho, para alimentação humana e animal, para consumo local e para exportação), produção de biocombustível, energia (serviços na área de petróleo e gás), empresas construtoras, interessadas em obras de infraestrutura no país (hidrelétricas, obras públicas, construção civil).

III – Cooperação Técnica

1. O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: (i) Capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; (ii) Capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana; e (iii) Apoio à certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana.
2. Atualmente, o programa bilateral conta também com dois projetos sobre questões fitossanitárias, além de projeto na área de segurança pública.
3. Em 2018, concluiu-se a perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços. Estima-se que o projeto tenha beneficiado cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria indígenas, em comunidades próximas à fronteira com o Brasil.

4. Com vistas a renovar o programa bilateral, a Agência Brasileira de Cooperação propôs à Guiana negociar, em 2022, até quatro novas propostas de projetos, a serem aprovadas por ocasião da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil–Guiana. O encontro deverá ser novamente proposto para realizar-se em 2023.
5. O Brasil tem feito frequentes doações de vacinas e medicamentos como antirretrovirais e antimoníaco de meglumina, para o tratamento da leishmaniose.

IV- Infraestrutura e integração física e energética

1. Área relevante da agenda bilateral é a de integração fronteiriça e infraestrutura. Em 2009, o Presidente Lula inaugurou ponte sobre o Rio Tacutu, que une as cidades vizinhas de Bonfim e Lethem.
2. Atualmente, merece destaque a pavimentação em curso do trecho Mabura Hill-Linden (122km) da estrada de terra Lethem-Linden, que conecta Roraima, por meio da cidade fronteiriça de Bonfim, com a capital guianesa, Georgetown, às margens do Caribe. Financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), os trabalhos se iniciaram em agosto de 2022 e se espera que sejam concluídos em 2025.
3. Pelo lado brasileiro, o melhor acesso terrestre ao Caribe representaria forte estímulo ao comércio para além do espaço sul-americano, permitindo novas rotas e a redução de custos e do tempo de transporte rumo ao mercado caribenho e da América Central, e eventualmente, à América do Norte. Trata-se de tema de grande interesse para estados da Região Norte, em particular Amazonas e Roraima.
4. Guarda igualmente relação com a integração viária o diálogo em curso entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério de Segurança Pública guianês sobre o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Brasil e Guiana, assinado em 2003 e já em vigor.
5. Ainda no tocante à integração física, foi assinado, em 2020, memorando de entendimento para a realização de estudos técnicos de viabilidade para a instalação de rota óptica de Boa Vista a Georgetown. A iniciativa, no âmbito do programa "Norte Conectado", reduziria a vulnerabilidade da conectividade digital na Região Norte, ao eliminar transtornos causados por eventuais rompimentos do cabo Manaus-Boa Vista.
6. No contexto da descoberta de grandes jazidas de hidrocarbonetos pela Guiana, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia.
7. A Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mantêm diálogo com áreas técnicas e políticas do governo guianês sobre questões regulatórias, informações geológicas, medidas de segurança, bem como sobre logística e transporte de hidrocarbonetos.
8. De outra parte, a possível interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa é objeto do projeto Arco Norte, que se baseia no diagnóstico inicial de que, para dar viabilidade comercial a empreendimentos hidrelétricos na região, seria necessário sistema de transmissão de aproximadamente 1.800 km. Em 2013, empresas de energia dos países envolvidos, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o BID assinaram Memorando de Entendimento para viabilizar estudo de pré-viabilidade. Novo memorando de entendimento sobre o assunto foi assinado no final de 2019.

IV – Temas consulares

1. Ao longo das últimas décadas, a população brasileira na Guiana cresceu, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro.

2. A comunidade de brasileiros residentes na Guiana é de entre 8 e 15 mil. A imprecisão no número explica-se pelos fluxos migratórios pendulares e sazonais, pela dificuldade de um levantamento confiável, já que uma parte considerável se encontra em regiões de difícil acesso no interior do país, e pelo fato de as autoridades guianasas não terem dados sobre a presença de brasileiros, cuja maioria (estima-se que 70%) não tem seu status migratório regularizado.
3. Os locais de maior concentração de brasileiros são Georgetown, onde a população brasileira recebe assistência do setor consular da Embaixada; Bartica, cidade à margem do rio Essequibo; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde o Ministério das Relações Exteriores abriu Vice-Consulado em 2008.

V – Cooperação Educacional e Cultural

1. Criado em 1970, o Centro Cultural Brasil Guiana passou a se chamar Instituto Guimarães Rosa (IGR) em 2022. Trata-se de braço importante da Embaixada do Brasil em Georgetown para a promoção da variante brasileira da língua portuguesa e para o estreitamento das relações educacionais e culturais entre os dois países.
2. Em anos recentes, mesmo durante a vigência das restrições durante a pandemia de COVID-19, o IGR manteve suas atividades de ensino e promoção da cultura brasileira, cuja continuidade foi assegurada por meio virtual.
3. Quanto às atividades no âmbito cultural, o Instituto tem promovido regularmente festival de filmes brasileiros, exposições, festa juninas, conferências sobre literatura e outras atividades pedagógico-culturais.
4. O IGR tem buscado também estabelecer novas parcerias para difundir a língua portuguesa no âmbito do governo guianês. Nesse contexto, em 2022, memorando de entendimento foi firmado entre a unidade de ensino e o instituto de formação do Ministério de Negócios Estrangeiros, de maneira a estender o ensino de língua portuguesa para profissionais atuantes em diferentes setores do governo local. A unidade do IGR em Georgetown tornou-se também centro de treinamento em língua portuguesa de oficiais da força policial da Guiana e, atualmente, cerca de 36 oficiais estão matriculados no curso regular de língua portuguesa.

VI – Cooperação em Segurança e Defesa

1. A cooperação bilateral nas áreas de segurança pública e defesa também merecem destaque, devido à extensa fronteira compartilhada entre os dois países e à ocorrência de diversos ilícitos fronteiriços, como contrabando, mineração ilegal, tráfico de drogas e de pessoas, e roubo ou furto de veículos e gado.
2. No tocante à cooperação em Defesa, há projetos para o treinamento e a formação de oficiais, intercâmbio entre exércitos e treinamento na selva. O Exército Brasileiro oferece, em média, 18 vagas por ano para cursos e estágios a militares guianeses.
3. Assinou-se, em novembro de 2020, Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcóticos da Guiana. Foi concluída a negociação dos acordos entre as polícias federais e rodoviárias dos dois países, cuja implementação permitirá aprimorar o combate aos ilícitos de fronteira.
4. Há interesse no incremento da cooperação em matéria de patrulhamento e segurança da fronteira e da costa marítima, compartilhamento de informações, combate ao narcotráfico e investimento em ativos de infraestrutura física para o cumprimento dos objetivos de segurança e proteção das fronteiras, segurança pública e combate a crimes transnacionais.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Fortalecer as relações entre o Brasil e a Guiana, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países vizinhos e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Guiana; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo guianês e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira. Apoiar o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado guianês;
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da Guiana, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país;
3. Apoiar uma cooperação ampla, coordenada e produtiva com a Guiana em todas as áreas de interesse comum e regional, a exemplo do combate ao crime organizado internacional, a segurança das fronteiras comuns, a cooperação fronteiriça, a integração de infraestrutura e a cooperação energética. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação;
4. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Guiana nos âmbitos regional (UNASUL, Mercosul, CELAC, OTCA, OEA, CARICOM) e internacional, contribuindo para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio do fortalecimento da articulação com o governo guianês;
5. Contribuir para a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil no mercado guianês, com foco na prosperidade mútua e no desenvolvimento sustentável de ambos os países. Acompanhar os fluxos comerciais bilaterais e apoiar o setor privado exportador do Brasil na superação de barreiras de comércio, promovendo as exportações de

- produtos e serviços brasileiros para a Guiana, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;
6. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos guianeses ou estrangeiros na República da Guiana, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória;
 7. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, tanto por meio de atividades realizadas na sede do Instituto Guimarães Rosa em Georgetown, bem como mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e da Guiana;
 8. Apoiar a manutenção do diálogo parlamentar bilateral, por meio do Grupo Parlamentar Brasil-Guiana;
 9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Guiana. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)
--

I - Promoção de comércio e investimentos
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Guiana, bem como apoiar oportunidades de investimentos recíprocos

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado guianês;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Guiana;*
- *Apoio à realização de missões empresariais brasileiras na Guiana;*
- *Apoio à organização de palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado guianês;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul;*
- *Articulação com federações de indústria dos estados, especialmente os da região norte do Brasil;*
- *Diálogo com entidades setoriais e secretarias estaduais de comércio, indústria e desenvolvimento;*
- *Difusão de concorrências públicas e licitações internacionais promovidas pelo governo guianês de interesse de setores brasileiros;*
- *Divulgação de feiras e exposições junto a entidades empresariais de diferentes setores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de demandas atendidas pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada**
- 2) **Número de eventos de promoção comercial organizados com a participação da Embaixada**
- 3) **Número de oportunidades comerciais identificadas para produtos brasileiros e de investimentos**
- 4) **Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodas de negócios e feiras**
- 5) **Número de reuniões e gestões junto às autoridades guianesas competentes sobre temas de comércio e investimentos**

II - Relações políticas bilaterais
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer o relacionamento entre Brasil e Guiana por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível.**
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Guiana e autoridades guianesas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e guianeses em formato presencial ou virtual, inclusive à realização de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível;*
 - *Apoio à coordenação e cooperação na gestão das fronteiras entre entidades de ambos os países.*
2. **Promover e fortalecer a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo guianês, por meio do Ministério das Relações Exteriores;*
 - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Guiana;*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais.*
 - *Apoio à realização de encontro entre autoridades consulares das chancelarias brasileira e guianesa.*
3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa guianesas**
 - *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política guianesa, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais para o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Guiana;*
 - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa guianesa;*
 - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos, incluindo informações sobre o panorama político-eleitoral guianês em contexto de eleições nacionais e regionais.*

ii)

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e guianesas, incluindo aquelas de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros**
- 2) **Número de reuniões entre representantes governamentais brasileiros e guianeses, inclusive aquelas de mecanismos diplomáticos de alto nível**
- 3) **Número de gestões realizadas pela Embaixada junto a autoridades guianesas**
- 4) **Número de Notas Verbais trocadas entre a Embaixada e a Chancelaria guianesa**

- 5) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de política interna e externa guianesa e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano
- 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais e regionais que contam com a Guiana entre seus membros**
 - *Elaboração de materiais de registro sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Guiana em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos; e em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), no MERCOSUL, na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na CARICOM;*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais e regionais;*
- 2. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil para organismos multilaterais e regionais que contam com a Guiana entre seus membros.**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo guianês a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*
- 3. Contribuir para maior concertação com a Comunidade do Caribe - CARICOM (sedada em Georgetown)**
 - *Elaboração de materiais de registro e que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação da CARICOM;*
 - *Diálogo com o Secretariado da Caricom sobre iniciativas e projetos de potencial interesse mútuo;*
 - *Realização de gestões para buscar o apoio da CARICOM a iniciativas brasileiras que guardem nexos com a região do Caribe.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais e regionais por ano**
- 2) Número de gestões para encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais e regionais**
- 3) Número de indicações positivas de apoio a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais por ano**

- 4) Número de encontros e gestões com autoridades da CARICOM inclusive sobre iniciativas e projetos de potencial interesse mútuo.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, da língua portuguesa e do turismo

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Aproximar as sociedades brasileira e guianesa por meio da difusão e da diversificação de referências da cultura nacional**
 - *Consolidação e ampliação da rede de contatos do posto, para além de interlocutores habituais;*
 - *Ampliação e diversificação das iniciativas de difusão da imagem do país e da cultura brasileira, incluindo apoio a eventos artísticos nas áreas de cinema, fotografia, arquitetura, literatura, artes plásticas, música e dança brasileiras;*
 - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira na Guiana;*
 - *Apoio e estímulo à participação brasileira nos principais eventos culturais guianeses;*
2. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural e da língua portuguesa**
 - *Ampliação das atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa do Ministério das Relações Exteriores;*
 - *Apoio às parcerias com universidades e instituições locais com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português do Brasil;*
 - *Estímulo à participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada;*
 - *Promoção de eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa;*
 - *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame.*
3. **Estimular ações de promoção do turismo para o Brasil**
 - *Apoio a iniciativas para a promoção do turismo para o Brasil, junto a representantes governamentais e a operadores de turismo*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão
- 2) Número de participantes em atividades culturais promovidas pela Embaixada
- 3) Número de ações de promoção da língua portuguesa
- 4) Número de estudantes de língua portuguesa
- 5) Número de ações realizadas relacionadas à aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão
- 6) Número de parcerias realizadas pela Embaixada com instituições locais do setor cultural
- 7) Número de ações de promoção do turismo para o Brasil

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Promover a cooperação com a Guiana na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, como manejo florestal sustentável

- *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *Promoção da participação brasileira em eventos na Guiana ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades guianesas em eventos realizados no Brasil;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos para troca de experiências em matéria ambiental;*
- *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
- *Apoio à concertação com a Guiana e outros países amazônicos para consolidação de posições comuns sobre temas ambientais em órgãos regionais e multilaterais, e nas conferências e debates regionais;*
- *Acompanhar os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Guiana.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em agropecuária, ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Apoiar iniciativas para a cooperação em agropecuária e científico-tecnológica entre o Brasil e a Guiana**
 - *Incentivo à cooperação com as instituições públicas de diferentes níveis do governo guianês para o desenvolvimento conjunto em matéria de CT&I;*
 - *Apoio à aproximação dos ambientes de inovação em agropecuária voltados ao desenvolvimento sustentável;*
 - *Incentivo à cooperação para compartilhamento de técnicas agropecuárias;*
- 2. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais nas áreas de CT&I e agropecuária;*
 - *Estímulo a iniciativas de intercâmbio acadêmico, governamental e empresarial na área de desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e em matéria de CT&I.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**

- 2) Número de ações de promoção tecnológica nas áreas de CT&I e agropecuária, incluindo reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior dos dois países**
 - Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas guianesas;
 - Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Guiana e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio;
 - Divulgação das oportunidades de estudo universitário e de pesquisa científica no Brasil, em especial os Programas PEC-G e PEC-PG.
2. **Ampliar o diálogo com a Guiana para cooperação na área de saúde**
 - Compartilhamento de experiências bem-sucedidas na área de saúde;
 - Apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países na área de saúde;
 - Apoio a operações de doação de vacinas e medicamentos entre os dois países;
 - Apoio a operações promovidas na área de saúde nos municípios fronteiriços.
3. **Incentivar a cooperação na área de segurança e defesa, inclusive na zona de fronteira**
 - Apoio à cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais, inclusive na zona de fronteira;
 - Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas;
4. **Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**
 - Divulgação, junto aos setores interessados do governo guianês, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;
 - Apoio à promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo guianês;
 - Apoio às reuniões entre autoridades de defesa ambos os países;
 - Apoio à participação governamental e empresarial guianesa em feiras de produtos de defesa brasileiros;
 - Apoio ao intercâmbio estudantil militar entre ambos os países e à realização de exercícios de treinamento conjuntos;
 - Promoção da coordenação conjunta em fóruns multilaterais de defesa e segurança e missões de paz internacionais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e guianesas durante a gestão
- 2) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre iniciativas entre os dois países no campo da saúde, durante a gestão

- 3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação na área de segurança e defesa, incluindo a zona de fronteira**
- 4) **Número de contatos com autoridades de defesa da Guiana e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão**

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Estimular iniciativas de cooperação com o governo guianês com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
 - *Apoiar a cooperação em áreas com impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico das populações de ambos os países, como saúde, educação e agropecuária.*
2. **Apoiar a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, à Guiana**
 - *Acompanhamento de projetos de cooperação e assistência humanitária com a Guiana para o combate às desigualdades.*
3. **Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Guiana na temática de direitos humanos**
 - *Defesa das posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 2) **Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos**

IX - Cooperação fronteira

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Incentivar a cooperação na zona de fronteira

- *Apoiar iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades fronteiriças de ambos os países;*
- *Incentivar a cooperação na área de saúde na zona de fronteira, facilitando o acesso mútuo aos serviços de saúde prestados nas localidades fronteiriças;*
- *Apoiar a coordenação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do patrulhamento, da segurança e do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Estimular a cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*

- *Apoiar a cooperação entre órgãos de controle nacionais e entidades subnacionais para facilitação do trânsito, sobretudo o vicinal, entre a localidades fronteiriças.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira**
- 2) Número de expedientes telegráficos sobre o tema de cooperação na área de fronteira**

X – Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Prestar apoio à comunidade brasileira residente ou em trânsito na Guiana

- *Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente na Guiana.*
- *Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito na Guiana;*
- *Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular devida a brasileiros em situação emergencial;*
- *Prestar atendimento de qualidade para solicitantes guianeses e estrangeiros;*
- *Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty;*
- *Dar conhecimento à comunidade brasileira de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior;*
- *Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros;*
- *Prestar assistência consular cabível a brasileiros detidos na jurisdição do Posto;*
- *Realizar visitas regulares aos nacionais presos na jurisdição do Posto e prestar-lhes o apoio cabível;*
- *Manter coordenação com o Vice-Consulado em Lethem.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outros.**
- 2) Número de assistências consulares e repatriações realizada**
- 3) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.**
- 4) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.**
- 5) Número de registros de comentários encaminhados dos usuários dos serviços consulares.**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 76, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz *da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da indicada.

Nascida em 20 de dezembro de 1961, a diplomata indicada graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará no ano de 1988. Na mesma instituição, concluiu mestrado em Sociologia no ano de 1996 e, na Universidade de Brasília, o Doutorado em Sociologia no ano de 2003. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1994. Em 2004, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2009, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “Brasil-Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais”.

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1995. Em 2000, foi promovida a Segunda-Secretária. Por merecimento, foi promovida a Primeira-Secretária em 2005; a Conselheira em 2008; a Ministra de Segunda Classe em 2013.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunta em Nova York (2000 a 2004); Primeira-Secretária e Encarregada de Negócios em Bogotá (2006 a 2009); Chefe do Setor de Promoção Comercial na Embaixada em Lisboa quando Conselheira (2009 a 2011); Ministra Conselheira e Encarregada de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi (2016-2019); Assessora da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (2021-2022); e atualmente encontra-se lotada no Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Cooperativa da Guiana.

Terceiro menor país da América do Sul, a Guiana conta com população de aproximadamente 808 mil habitantes. Tornou-se independente do Reino Unido em 1966, tendo estabelecido relações bilaterais com o Brasil em 1968.

A integração física entre Brasil e Guiana tem como marco a ponte sobre o rio Tacutu, que foi construída pelo exército brasileiro e inaugurada em 2009. Em razão da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal, tráfico de drogas e de pessoas, no campo da cooperação em segurança e defesa, cumpre registrar a assinatura em 2020 do Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcóticos da Guiana (CANU), bem como o Acordo

de Cooperação em Matéria de Defesa, de 2009. Este último já vem sendo renegociado com vistas ao aprofundamento dessa cooperação.

Ademais, a recente exploração e produção de hidrocarbonetos na Guiana tem impactado a corrente de comércio bilateral que, desde 2021, experimenta crescimento: em 2015 foi alcançada a cifra de USD 29,6 milhões, a qual mais do que dobrou entre 2020 e 2021. E em 2022, chegou a USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021), com grande superávit guianês (USD 305 milhões). Nos primeiros 8 meses de 2023, o comércio bilateral já alcançou USD 1,04 bilhão, mais uma vez com forte superávit guianês (de USD 548 milhões).

Assim, a Guiana, tradicional exportadora de arroz ao Brasil, em 2022, passou a exportar quase exclusivamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (99,8% até agosto de 2023). Houve também recentes mudanças na pauta exportadora brasileira, na qual às usuais vendas de carnes, peixe congelado, farelo e óleo de soja, máquinas agrícolas e tratores, juntaram-se insumos e produtos para a indústria petrolífera. Com efeito, em 2023, tubos, dispositivos para canalização, válvulas e material de construção, além de demais produtos da indústria de transformação representaram 93% das exportações brasileiras ao país.

Percebe-se, ainda, o aprofundamento das relações bilaterais desde a década de 1990, quando houve o aumento do número de brasileiros residentes na Guiana. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial (AAP), no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em vigor desde 2004, para estabelecer desgravação tarifária para vários itens.

Cabe destacar, também, que a Guiana é Estado associado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) desde 2012 e membro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Por fim, no que tange à disputa territorial entre Venezuela e Guiana sobre a região de Essequibo, a qual já dura mais de um século, o documento do MRE reforça a postura brasileira de buscar solução pacífica da controvérsia, com respeito ao princípio da integridade territorial e a manutenção da paz e da segurança na região.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2023

(n° 604/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 604

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de novembro de 2023.

EM nº 00309/2023 MRE

Brasília, 20 de Novembro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 860/2023/CC/PR

Brasília, 23 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/11/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4763307** e o código CRC **6BB4972B** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.010187/2023-44

SUPER nº 4763307

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

CPF.: informações pessoais

ID.: informações pessoais

Filha de informações pessoais e informações pessoais, nasce informações pessoais.

Dados Acadêmicos:

1984	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985	Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
1992	Mestrado em Teoria Política pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
1996	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2007	Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: <i>A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.</i>

Cargos:

1986	Terceira-secretária
1991	Segunda-secretária
1999	Primeira-secretária, por merecimento
2003	Conselheira, por merecimento
2007	Ministra de segunda classe, por merecimento
2013	Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987-1990	Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assistente
1993-1996	Embaixada em Varsóvia, segunda-secretária
1996-2000	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, assistente e assessora
1999-2000	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe, substituta
2000-2001	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
2001-2004	Embaixada em Londres, primeira-secretária
2004-2008	Divisão das Nações Unidas, chefe
2008-2010	Embaixada em Assunção, ministra-conselheira
2010-2011	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2011-2013	Departamento de Organismos Internacionais, diretora
2013-2014	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2015	Consulado-Geral do Brasil em Boston, cônsul-geral
2018-22	Embaixada do Panamá, embaixadora
2022-	Instituto Rio Branco, diretora-geral

Condecorações:

2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2013	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

Assinado eletronicamente por

Fernando de Azevedo Silva

Perdigão

Chefe da Divisão do Pessoal

Em 14/11/2023 às 16:35



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VENEZUELA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Bolivariana de Venezuela
CAPITAL	Caracas
ÁREA	912.050 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	28,2 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (167 deputados, mandato de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Nicolás Maduro Moros (Desde 05/04/2013)
CHANCELER	Yván Gil Pinto (Desde 06/01/2023)
PIB NOMINAL (FMI, 2022)	USD 93,11 bilhões
PIB PPP (FMI, 2022)	USD 195,4 bilhões
PIB NOMINAL per capita (FMI, 2022)	USD 3.460
PIB PPP per capita (FMI, 2022)	USD 7.260
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2022)	8% (2022) ;0,5% (2021); -30% (2020); -35% (2019); -19,6% (2018); -15,7% (2017); -17% (2016)
UNIDADE MONETÁRIA	Bolívar
INFLAÇÃO (FMI, 2022)	186,5%
IDH (PNUD, 2021)	0,691 (120º de 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	70,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2019)	97,1%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Vicente Vadell
EMBAIXADOR EM CARACAS	Maria Teresa Mesquita Pêsoa (Encarregada de Negócios, a.i.)

Intercâmbio Bilateral (USD milhões, FOB) - Fonte: COMEX STAT

Brasil - Venezuela	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (Jan-Out)
Intercâmbio	5.740	3.630	1.690	860	750	501,3	897,6	1.248,5	1.689,9	1.326
Exportações	4.570	2.950	1.280	470	580	420,5	794,9	1.086	1.329,1	989,6
Importações	1.170	680	410	390	170	80,8	102,7	162,5	360,8	336,4
Saldo	3.390	2.270	860	70	410	339,7	692,2	923,5	968,3	653,2

Principais produtos da pauta comercial (2022)

- **Exportações:** açúcares e melaços, 16%; gorduras e óleos vegetais, 15%; outros produtos comestíveis e preparos 12%; desojos comestíveis de carne, 6,7%; etc.
- **Importações:** adubo ou fertilizantes químicos, 48%; alumínio, 22%; álcoois, fenóis, 18%; demais produtos - indústria de transformação, 4,4%; etc.

APRESENTAÇÃO

Brasil e Venezuela estabeleceram relações diplomáticas em 1830 e, em 1905, demarcaram suas fronteiras.

O Brasil divide com a Venezuela sua terceira maior fronteira terrestre, com extensão de 2.199 km. O único passo de fronteira que conta com acesso rodoviário é Santa Elena de Uairén/Pacaraima (Roraima). Por muito tempo, a Amazônia, que era pouco conectada a outras regiões dos dois países, representou uma barreira física para a maior aproximação bilateral. A partir dos anos 1970, os dois países estreitaram relações nos âmbitos bilateral e regional.

Desde 1973, encontros presidenciais regulares e frequentes visitas oficiais de lado a lado imprimiram dinamismo à agenda comum, que compreende temas de interesse estratégico, como cooperação energética, questões fronteiriças, intercâmbio comercial, temas econômico-financeiros, movimentos populacionais e integração regional.

Existem importantes contingentes de migrantes dos dois países em ambos os territórios. A comunidade brasileira na Venezuela é estimada em 13 mil pessoas. Segundo as estimativas mais recentes, haveria em torno de 500 mil venezuelanos no Brasil. A Operação Acolhida, força-tarefa multissetorial para garantir o atendimento ao venezuelanos, criada em 2018, é considerada exemplo de resposta humanitária a fluxos migratórios.

O comércio bilateral aumentou qualitativamente na primeira década do século XXI, tendo alcançado USD 6 bilhões em 2013. Naquele período, o Brasil mantinha com a Venezuela um dos maiores saldos comerciais, e o país despontava no grupo de países para o qual se destinavam as exportações brasileiras de maior valor agregado. A corrente comercial entre os dois países teve redução de quase 92% entre 2013 e 2019, quando caiu para USD 501 milhões. Mais recentemente, voltou a crescer, atingindo o patamar de USD 1,6 bilhão em 2022, e passou a ter maior peso nas exportações pelos estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima e Amazonas.

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas. No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera na última década. A queda na produção se dá no contexto de crise multidimensional venezuelana, que decorre da conjuntura interna e, em grande medida, das sanções unilaterais aplicadas por terceiros países. Além de cobrarem alto preço ao povo venezuelano, as sanções têm efeitos sobre as economias da América do Sul e do Caribe.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente da República, Nicolás Maduro. Nasceu em Caracas, em 23 de novembro de 1962. Foi membro da Diretoria do Metrô de Caracas, fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores. Atuou no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200). Participou da fundação do Movimento V República (MVR), do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar. Elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1998. No ano seguinte, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 2000 e 2005, foi eleito Deputado da Assembleia Nacional, casa legislativa que presidiu em 2005. Foi Chanceler de agosto de 2006 a janeiro de 2013. Foi nomeado Vice-Presidente Executivo pelo então Presidente Hugo Chávez, em outubro de 2012. Tomou posse como Presidente Encarregado em março de 2013 e foi eleito Presidente em abril daquele ano. Foi reeleito em maio de 2018, iniciando o segundo mandato em janeiro de 2019.



Ministro das Relações Exteriores, Yván Gil. Nasceu em Maracay, em 15 de agosto de 1975. Tem mestrado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Central de Venezuela - UCV (2003) e doutorado em Ciências e Procedimentos Biológicos e Industriais pela Universidade de Montpellier II, na França (2007). Presidiu o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas - INIA (2008-13). Assumiu o Ministério da Agricultura e Terras em duas ocasiões (2013-14 e 2015-16). Foi Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Segurança e Soberania Alimentar e presidiu a empresa estatal Agropatria. Na Chancelaria, atuou como Vice-Ministro das Relações Exteriores para Europa (2017-21) e como Encarregado de Negócios da Venezuela junto à União Europeia (2021-22). Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores em 6 de janeiro de 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

Após mais de seis anos de interrupção da agenda de cooperação bilateral, está em curso processo de normalização das relações entre o Brasil e a Venezuela. A Embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta em janeiro de 2023, o que permitiu o reestabelecimento dos contatos entre autoridades das mais diferentes áreas dos dois governos. A repartição diplomática voltou também a prestar serviços consulares e assistência à numerosa comunidade brasileira naquele país.

O adequado seguimento da agenda de interesse comum com a Venezuela exige a retomada plena das relações bilaterais – que abrangem pautas econômica, comercial, energética, consular, migratória e de infraestrutura, entre outras. O diálogo permanente faz-se necessário também para o equacionamento das questões transfronteiriças que afetam as populações brasileiras, inclusive comunidades indígenas, que vivem nas áreas do Arco Norte limítrofes com a Venezuela.

Ao longo de 2023, realizaram-se mais de oitenta encontros entre autoridades de diversas áreas dos governos dos dois países. Nesses encontros, foram tratados assuntos de interesse recíproco, como proteção ambiental na Amazônia, cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, integração energética, a crise sanitária no Território Indígena Yanomami, comércio bilateral, cooperação técnica e humanitária e o reestabelecimento dos pagamentos da dívida venezuelana com o governo brasileiro.

A visita do Presidente Nicolás Maduro a Brasília, em 29 de maio de 2023, representou marco relevante no processo de reatamento dos laços históricos entre os dois países. O encontro entre o senhor presidente da República e o presidente da Venezuela permitiu que os mandatários passassem em revista os temas bilaterais identificados como mais relevantes para o relançamento das relações. Foi também oportunidade para a discussão de tópicos regionais e multilaterais.

Nos meses que precederam a visita, foi realizado exercício conjunto de resgate e depuração dos temas da pauta bilateral, com vistas a definir aqueles que poderiam integrar, em um primeiro momento, o esforço de reconstrução da pauta comum.

Merece destaque também a visita, em agosto, da vice-presidente Delcy Rodríguez, que representou a Venezuela na Cúpula da Amazônia, em Belém.

Intercâmbio comercial

O comércio do Brasil com a Venezuela é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela).

O fluxo comercial bilateral atingiu seu ápice em 2012, quando as trocas comerciais chegaram a quase USD 6 bilhões, com superávit brasileiro de USD 4 bilhões. Em 2013, a corrente comercial manteve-se no patamar de USD 6 bilhões, com saldo brasileiro de USD 3,7 bilhões. De 2012 a 2019, houve queda de mais de

90% do fluxo comercial, por conta da crise política e econômica por que passa o país vizinho. Naquele último ano, as trocas comerciais reduziram-se a USD 501 milhões.

Desde 2020, o intercâmbio voltou a crescer, impulsionado pelo forte aumento das exportações de produtos agrícolas dos estados fronteiriços do Amazonas e de Roraima. Em 2022, chegou a USD 1,6 bilhão, com saldo favorável ao Brasil de USD 968 milhões. Em termos da composição, houve mudança de perfil das exportações brasileiras, com a substituição de manufaturados por bens com menor valor agregado, em especial gêneros alimentícios. Açúcares e melaços, gorduras e óleos vegetais e adubos ou fertilizantes químicos são os principais produtos da pauta comercial hoje.

Infraestrutura e cooperação energética

O intercâmbio de energia elétrica com a Venezuela é considerado de importância estratégica para o suprimento de Roraima, único estado brasileiro que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Roraima recebeu energia elétrica gerada na Venezuela por meio de contrato de 20 anos entre a Eletronorte e a estatal venezuelana Corpoelec (junho/2001 a junho/2021).

Desde a expiração do contrato, o abastecimento elétrico de Roraima tem sido feito por termoeletricas a diesel, o que demanda difícil logística e resulta no aumento no custo de energia, além de ser mais poluente.

A retomada do fornecimento de eletricidade pela Venezuela representaria uma contribuição para a segurança e a estabilidade energética de Roraima e constituiria uma alternativa limpa e mais barata de energia com relação às fontes termoeletricas que atualmente garantem o abastecimento daquela unidade da federação. O Ministério de Minas e Energia estima que, além do menor impacto ambiental, a medida poderia representar uma economia de 120 milhões de reais por ano para o consumidor brasileiro.

O Decreto nº 11.629, de 4 de agosto de 2023, estabeleceu marco legal para a importação de energia elétrica de países vizinhos para abastecer os sistemas isolados em território brasileiro, buscando melhorar o acesso à eletricidade das populações que vivem em regiões que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Ministério de Minas e Energia realizou visita oficial a Caracas em outubro, ocasião em que foi conformado grupo de trabalho bilateral para tratar da integração energética. A expectativa é de que, muito em breve, sejam iniciados testes de carga e transmissão de energia da Venezuela para o Brasil.

Combustíveis fósseis

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas, seguida pela Arábia Saudita (298 bilhões). No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera, com queda de 75% na última década. Atualmente, ocupa apenas a 25ª posição entre os maiores produtores de petróleo, com

732 mil barris/dia em janeiro de 2023. Em 2016, o país produzia cerca de 2,5 milhões de barris diários.

O declínio da produção nos últimos anos deve-se em parte à situação doméstica mas principalmente às sanções adotadas pelos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2019, e, em menor medida, pelo Canadá e por países europeus.

Na esteira dos Acordos de Barbados, assinados entre a oposição e o governo venezuelanos em 17 de outubro, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou nota, em 18 de outubro, em que anuncia o levantamento parcial das sanções aplicadas à Venezuela. Entre outras medidas, foi determinada a emissão de licença geral de seis meses que autoriza transações que envolvam o setor de petróleo e gás na Venezuela. Desde a publicação, diferentes países realizaram missões técnicas à Venezuela motivadas pelo interesse em voltar a atuar no setor de hidrocarbonetos no país.

A Petrobras não tem operações na Venezuela desde 2012.

Dívida

Desde meados de 2017, a Venezuela está inadimplente com o Brasil em contratos de financiamento a exportações. Essas operações contam com a garantia da União, por meio do Seguro de Crédito à Exportação / Fundo de Garantia à Exportação (SCE/FGE).

Com o inadimplemento, a União indenizou os financiadores e sub-rovou-se nos créditos inadimplidos, tornando-se credora do governo venezuelano. Até 31/10/2023, o total indenizado pelo governo brasileiro é de US\$ 1.177.784.027,82. Há, ainda, obrigações do governo venezuelano a vencer, até 08/01/2025, que perfazem total de US\$ 90 milhões, dos quais US\$ 34 milhões já foram acionados pelos financiadores, com indenização prevista para efetivar-se em fevereiro de 2024. Além desses montantes, que constituem o principal da dívida, Brasil e Venezuela encontram-se em negociações com vistas à conciliação dos valores referentes aos juros de mora.

A partir de 2017, diversas tentativas de recuperação de crédito foram realizadas sem sucesso pelo governo brasileiro, o que contou, inclusive, com o envio de mais de onze ofícios de cobrança à representação diplomática da Venezuela em Brasília. Com o reestabelecimento da unidade governamental venezuelana em 2022 e a reaproximação dos países em 2023, o processo para regularização da dívida foi reiniciado, por meio da criação de Mesa Técnica para Negociação, coordenada pela SAIN/MF e integrada por MRE, BCB, SE-Camex/MDIC, STN, PGFN e BNDES. No lado venezuelano, a coordenação é conduzida pelo Ministério de Indústrias e Produção Nacional.

Realizaram-se, até o momento, duas reuniões da Mesa Técnica. A primeira ocorreu em 20/07/2023 e consistiu na retomada das discussões em torno da dívida, a definição de pontos focais e o envio pelo Brasil do montante devido. A segunda transcorreu-se em 01/09/2023 e teve como pauta uma apresentação da situação econômica da Venezuela, a cobrança pelo Brasil da retomada dos pagamentos a

vencer e uma discussão em torno do cálculo de juros de mora. Uma terceira reunião está prevista para ocorrer em breve, quando se espera que a contraparte apresente proposta de pagamento de sua dívida ao governo brasileiro.

A suspensão, em outubro de 2023, de parcela das sanções impostas pelos EUA à Venezuela no setor de óleo e gás ampliou as possibilidades para liquidação da dívida venezuelana, embora essa situação possa ser revertida no curto prazo, em razão de possíveis mudanças nos cenários políticos da Venezuela e dos EUA.

Cargas retidas na fronteira

Em decorrência da interrupção dos contatos oficiais com o governo venezuelano, em 2019, suspenderam-se também as tratativas entre autoridades agrícolas, particularmente aquelas referentes a negociações para habilitação ou reabilitação de frigoríficos para exportação de carnes à Venezuela, bem como negociações sanitárias e fitossanitárias para abertura do mercado venezuelano a novos produtos. Como desdobramento dessas circunstâncias, desde fevereiro deste ano, cargas de alimentos exportadas para a Venezuela vêm sofrendo retenções pelas autoridades venezuelanas no passo de fronteira Pacaraima/RR-Santa Elena.

O tema tem sido objeto de gestões pelo governo brasileiro e pela Embaixada em Caracas. Segundo as autoridades venezuelanas, a retomada do comércio de alimentos pela fronteira depende da normalização dos trâmites alfandegários e sanitários desse comércio.

Segurança e defesa

A cooperação relacionada à segurança pública entre Brasil e Venezuela tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal e tráfico de drogas.

A mineração ilegal e o tráfico ilícito de ouro são apontados como ponto de especial preocupação, por serem utilizados por grupos criminosos não apenas para obtenção de ganhos diretos, mas também para lavagem de dinheiro e financiamento de outros crimes e de contrabando. A Polícia Federal já fez operações contra o fluxo ilícito de ouro, como a “Operação Hespérides”, deflagrada em dezembro de 2019.

Registra-se o ingresso de colombianos e venezuelanos para atuar no garimpo em território brasileiro. Há também relatos de deslocamento de garimpeiros brasileiros da terra indígena Yanomami do Brasil para a Venezuela.

É igualmente motivo de preocupação a presença de grupos criminosos dos dois países que atuam no tráfico de drogas e de armas na fronteira Brasil-Venezuela. Há, ainda, relatos de tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes na região, impulsionado pelo êxodo venezuelano, assim como pelo garimpo ilegal.

De outra parte, é de interesse dos dois países o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Há grande potencial de estabelecimento de iniciativas conjuntas na área de defesa. Em 2013, a Venezuela apresentou minuta de Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa entre Brasil e Venezuela. As últimas visitas dos

ministros da Defesa aconteceram em 2012, a Caracas, e em 2013, a Brasília, respectivamente.

Até o fechamento da Embaixada em Caracas, em 2020, o Brasil mantinha adidâncias militares e da Polícia Federal na Venezuela. Com a reabertura da Embaixada, em janeiro de 2023, estuda-se a possibilidade de reativação das adidâncias.

Cooperação técnica e humanitária

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela foi firmado em 1973 (celebra-se, portanto, no corrente ano, seu 50º aniversário de assinatura).

No contexto de relançamento das relações com a Venezuela, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em 18 e 19 de maio de 2023. Durante a visita, foi negociado o Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela para o período de 2023 a 2025. O novo programa enumera as seguintes áreas prioritárias iniciais: a) temas agroalimentares, incluindo a cooperação em matéria de soberania e segurança alimentar e nutricional, e de desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional.

A implementação das iniciativas previstas no Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela contribuirá para reestabelecer e fortalecer vínculos institucionais que permitam a reaproximação entre as duas sociedades, com benefícios concretos para as populações brasileira e venezuelana. Entre os dias 13 e 14 de novembro, realizou-se, em Caracas, a I Reunião do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela.

Temas migratórios e consulares

O fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela é o maior da história do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente. Segundo o ACNUR e a OIM, aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país. Desse total, 6,5 milhões de migrantes estariam na América Latina e Caribe, principalmente na Colômbia (2,9 milhões), Peru (1,5 milhão) e Brasil (499 mil).

O ingresso de nacionais venezuelanos em território brasileiro não requer prévia emissão de visto, em função de acordo bilateral (1990). A maior parte entra através

da fronteira em Pacaraima (RR), onde recebe informações básicas sobre o Brasil e sobre as possibilidades de regularização migratória.

Na condição de residentes, os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, conforme as garantias previstas na legislação sobre refúgio (lei nº 9474/1997) e migração (lei nº 13.445/2017).

A Operação Acolhida, coordenada pela Casa Civil, constitui a base da resposta brasileira ao fluxo de migrantes venezuelanos. Trata-se de força-tarefa multissetorial criada em 2018, que reúne agências governamentais, além da sociedade civil e organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigamento e interiorização voluntária. Mais de 110 mil venezuelanos beneficiaram-se da interiorização, em cerca de 920 municípios.

POLÍTICA INTERNA

As eleições presidenciais na Venezuela estão previstas para o segundo semestre de 2024, em data ainda a ser definida. Nos últimos dois anos, houve avanços nas negociações entre situação e oposição com vistas à realização de eleições justas, inclusivas e transparentes, em condições que sejam aceitáveis para as duas partes.

O reinício das negociações se dá após período de ruptura do diálogo político, na sequência da contestação, por siglas e lideranças opositoras, de processos eleitorais recentes (2018, 2020 e 2021). Nas eleições regionais e municipais realizadas em novembro de 2021, candidatos da aliança do partido PSUV (governo) venceram a disputa para o governo em 19 dos 23 estados, além do distrito de Caracas, e foram eleitos para cerca de dois terços das prefeituras. Embora tenha conquistado número total de votos menor do que em processos eleitorais anteriores, os resultados demonstram que o governo continua a contar com força eleitoral em todo o país.

Em agosto de 2021, o governo venezuelano e alguns setores da oposição venezuelana (Plataforma Unitária) lançaram, na Cidade do México, processo de diálogo, sob facilitação da Noruega. Em novembro de 2022, o processo foi retomado, após um ano de suspensão, com a assinatura de acordo que previa a liberação de parte dos recursos venezuelanos congelados no exterior para destinação, com o apoio da ONU, para a área social e humanitária. O governo venezuelano passou a condicionar a realização de nova reunião da mesa de diálogo à liberação de recursos.

Na esteira de conversas com os Estados Unidos, o governo de Nicolás Maduro e Plataforma Unitária voltaram à mesa de diálogo em 17 de outubro, em Bridgetown, Barbados. O Embaixador Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, tomou parte nas reuniões. Na ocasião, foi anunciada a assinatura, entre governo e oposição, de dois acordos. Os entendimentos definem parâmetros para a realização das eleições presidenciais previstas para o segundo semestre de 2024, incluindo o convite a missões internacionais de observação

eleitoral, atualização dos registros eleitorais, liberdade de imprensa, e compromisso com o reconhecimento público dos resultados. Abrem caminho, por outro lado, para o levantamento progressivo de sanções impostas à Venezuela.

No dia 18 de outubro, o Departamento de Estado publicou nota em que anunciou o “alívio das sanções dos Estados Unidos em resposta a medidas concretas tomadas rumo a eleições competitivas e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais”. Três medidas foram anunciadas: (i) a já mencionada emissão de licença geral de seis meses autorizando transações envolvendo o setor de petróleo e gás na Venezuela; (ii) emissão de uma segunda licença geral autorizando negociações com a Minerven – empresa estatal venezuelana de mineração de ouro (quanto a esta licença, não há especificação de prazo para sua validade); e (iii) retirada da proibição de negociação secundária de certos títulos soberanos venezuelanos e de dívida e ações da PdVSA (embora a proibição de negociação no mercado primário de títulos venezuelanos permaneça em vigor). Nos dias seguintes, o governo venezuelano libertou presos ligados à oposição.

A oposição venezuelana passa por processo de reconfiguração. No final de dezembro de 2022, a Assembleia Nacional eleita em 2015, de maioria opositora, decidiu renovar o próprio mandato por mais um ano. Na ocasião, decidiu pelo fim da Presidência Encarregada de Juan Guaidó e assumiu suas atribuições, inclusive a gestão de ativos no exterior.

Alguns partidos de oposição reunidos na Plataforma Unitária realizaram primárias em 22 de outubro, para definir candidato único. A candidata María Corina Machado, do partido *Vente Venezuela*, sagrou-se vencedora das primárias, com ampla vantagem (92,6%). Pouco antes, no início de julho, a Controladoria-Geral da República havia inabilitado Machado por 15 anos, de maneira que permanece incerta a perspectiva de inscrição da sua candidatura. A esse respeito, um dos acordos de Barbados adotados em 17 de outubro dispõe que os partidos terão direito de livre escolha de candidatos, “observadas a Constituição e as leis venezuelanas”.

Novos partidos opositores, que tiveram bom desempenho no último processo eleitoral e firmam-se como força política relevante, buscam maior espaço no cenário político venezuelano e tencionam lançar candidaturas independentes.

POLÍTICA EXTERNA

Nos últimos anos, o governo Maduro aprofundou vínculos políticos e econômicos com aliados extrarregionais, sobretudo Rússia, China, Irã, Índia e Turquia. Tal orientação buscou contornar a situação de isolamento que sucedeu o não reconhecimento de parte da comunidade internacional à legitimidade das eleições presidenciais de maio de 2018, quando vários países passaram a apoiar o presidente encarregado Juan Guaidó, escolhido indiretamente, em procedimento atípico, pela Assembleia Nacional de 2015, de maioria opositora. A necessidade de fortalecer essas novas parcerias foi acentuada pelas restrições derivadas do regime de sanções econômicas, particularmente o norte-americano. Durante a pandemia, a Venezuela

estreitou ainda mais os vínculos com esses países, os quais prestaram cooperação em saúde e permitiram que o país tivesse acesso a vacinas e insumos médicos no contexto difícil da crise sanitária, agravado pelas referidas sanções unilaterais. No âmbito regional, Cuba destacou-se como país solidário à Venezuela, tendo fornecido vacinas contra a COVID-19 em momento crítico para o país.

Durante o período mais recente, Guaidó gradualmente perdeu grande parte dos reconhecimentos internacionais com que contava, tendo boa parte da comunidade internacional normalizado relações com Caracas. Com o fim da Presidência Encarregada de Guaidó, por determinação da Assembleia Nacional de 2015, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido e poucos outros países mantiveram o reconhecimento à própria Assembleia Nacional de 2015, continuando a desconhecer o governo em Caracas. Apesar dessa decisão, a administração Biden voltou a manter contatos com o Governo Maduro e promoveu flexibilizações no regime de sanções. Na União Europeia (cuja maioria dos estados-membros optou, em fevereiro de 2019, pelo reconhecimento à Presidência Encarregada), Guaidó e a Assembleia Nacional de 2015 tiveram seu status revisado, passando a ser qualificados, em janeiro de 2021, apenas como “atores importantes e interlocutores privilegiados”.

Relações com a América do Sul

Desde 2019, houve significativas alterações nos posicionamentos sul-americanos a respeito do dossiê venezuelano. O Equador é o único país da região que não reconhece o Governo Maduro hoje, mantendo relações apenas em nível consular. Entre os demais países, aqueles que chegaram a romper relações com Caracas paulatinamente as restabeleceram.

O Governo brasileiro considera que o engajamento do Brasil e de outros países vizinhos com a Venezuela deve ser construtivo, buscando apoiar os processos de diálogo em curso entre as forças políticas venezuelanas. Tal orientação é uma maneira de reverter o isolamento do país, que agravou a crise em que se encontra.

Brasil e Colômbia são os países que têm vínculos econômicos e políticos mais densos com a Venezuela atualmente. Bogotá procedeu à normalização das relações após a troca de governo em 2022. O presidente Petro já realizou quatro visitas a Caracas e houve diversos encontros entre chanceleres. Em 25 de abril, a Colômbia sediou, em Bogotá, a Conferência Internacional sobre o Processo Político na Venezuela, por iniciativa do Presidente Petro. Da reunião participaram países latino-americanos (Brasil) e europeus, além dos Estados Unidos, Canadá e África do Sul. Assim como o Embaixador Celso Amorim, o Chanceler Álvaro Leyva acompanhou a recente assinatura dos chamados Acordos de Barbados, entre o governo venezuelano e a oposição, em 17 de outubro.

Em 17 de julho, à margem da Cúpula UE-CELAC, ao lado do Presidente Lula, os Presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, da Argentina, Alberto Fernandez, e da França, Emmanuel Macron, e o alto representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell, reuniram-se com Delcy Rodriguez, vice-presidente da Venezuela, e Gerardo Blyde, negociador-chefe da Plataforma

Unitária. Na ocasião, os chefes de Estado e o alto representante instaram as forças políticas venezuelanas a retomarem o diálogo no âmbito do processo do México, e fizeram apelo em prol de uma negociação que leve à organização de eleições justas e livres, acompanhada da suspensão das sanções unilaterais contra o país.

Ainda no entorno regional, reveste-se de particular sensibilidade o relacionamento da Venezuela com a Guiana, em razão da disputa fronteiriça no Essequibo, objeto de comentários mais pormenorizados a seguir. Num primeiro momento, a Guiana associou-se à declaração que considerou ilegítimas as eleições presidenciais de 20 de maio de 2018. A despeito disso, a Guiana não reconheceu Juan Guaidó como presidente interino e preservou as relações com o governo venezuelano, optando por associar-se à posição da CARICOM. A Guiana também tem sido afetada pelo êxodo venezuelano. Estima-se que entre 20 mil e 40 mil venezuelanos residam hoje no país.

Essequibo

A questão do Essequibo é o principal contencioso da política externa da Venezuela. A Venezuela reclama cerca de dois terços do território guianês para si, contestando laudo arbitral de juízes britânico, norte-americano e russo que, em 1899, quando a Guiana era ainda colônia britânica, reconheceu a região a oeste do Rio Essequibo como parte da Guiana Inglesa.

Em 1966, os dois países assinaram o Acordo de Genebra, que previa bons ofícios do Secretário-Geral da ONU para dirimir a questão. Os esforços de mediação não tiveram êxito. Com a descoberta de petróleo na Zona Econômica Exclusiva da Guiana, em 2015, o tema voltou à tona. Em 2018, o Secretário-Geral das Nações Unidas, com base no Acordo de 1966, escolheu a Corte Internacional de Justiça (CIJ) como meio de resolver a questão. A Guiana pediu à Corte, nesse contexto, que confirmasse a validade e o efeito vinculante da decisão arbitral de 1899. Em dezembro de 2020, a CIJ considerou-se competente para julgar a questão. O Governo venezuelano apresentou formalmente objeção preliminar à decisão da CIJ, a qual foi rejeitada pela corte em 6 de abril de 2023. O governo venezuelano tem até 8 de abril de 2024 para apresentar sua defesa à Corte.

O Governo brasileiro defende a solução pacífica da controvérsia bilateral entre a Venezuela e a Guiana. O Brasil recorda, a esse respeito, o compromisso dos países da região com a consolidação da América do Sul como uma zona de paz e cooperação.

Relações com o Caribe

Apesar da crise econômica da última década, a Venezuela ainda conserva parcela ponderável de sua tradicional influência sobre o Caribe, a qual, no passado, baseava-se no funcionamento do mecanismo Petrocaribe, de cooperação econômica energética. No entanto, a capacidade operativa da iniciativa, na atualidade, é limitada.

Durante a assinatura dos Acordos de Barbados, em 17 de outubro, o Ministro de Relações Exteriores barbadiano, Jerome Walcott, em seu discurso, lembrou

a solidariedade da Venezuela com seus vizinhos caribenhos em momentos de crise energética, sublinhando que os acordos tinham implicações significativas para os países da região, que haviam se beneficiado da iniciativa Petrocaribe desde 2005.

Um mês antes, em 20 de setembro, o Ministro de Energia e Indústrias Energéticas de Trinidad e Tobago, Stuart Young, assinou com seu homólogo venezuelano Pedro Tellechea acordo que permitirá ao país importar gás do campo de Dragon, situado em águas venezuelanas adjacentes ao mar territorial trinitário. As reservas estimadas do campo de Dragon equivalem a 4,2 trilhões de pés cúbicos de gás.

Relações com Estados Unidos

Em dezembro de 2022, após a decisão da Assembleia Nacional eleita em 2015, controlada pela oposição, de encerrar a Presidência Encarregada de Juan Guaidó, o governo norte-americano manteve o reconhecimento àquela Assembleia. No entanto, reverteu política de não manter contatos diretos com o governo venezuelano.

Nos últimos meses, autoridades norte-americanas reuniram-se com oposição e governo venezuelanos, apoiando avanços no diálogo político que permitiram a assinatura dos Acordos de Barbados, em 17 de outubro. Paralelamente houve alguma flexibilização do regime de sanções.

Em 18 de outubro, Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Reino Unido divulgaram declaração conjunta em que saudaram o anúncio da retomada das negociações entre governo e oposição da Venezuela. O secretário de Estado assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Brian Nichols, avaliou que o acordo intra-venezuelano poderá pavimentar o caminho para a realização de eleições "competitivas" e para o "retorno da estabilidade econômica e da segurança" na Venezuela.

No mesmo dia, o Departamento de Estado publicou nota em que anunciou o "alívio das sanções dos Estados Unidos, em resposta a medidas concretas tomadas rumo a eleições competitivas e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais".

Relações com a China

O presidente Nicolás Maduro, esteve em viagem oficial à China, entre os últimos dias 8 e 14 de setembro. Durante a visita, os dois países estabeleceram "parceria estratégica para qualquer tempo" ("all-weather strategic partnership") e assinaram acordos de cooperação em temas como comércio, educação, turismo, comunicação, espaço, aviação civil e ciência e tecnologia. Na ocasião, o presidente Xi Jinping afirmou que China e Venezuela "são bons amigos, que confiam um no outro e bons parceiros para o desenvolvimento comum". Apontou também que a China enxerga as relações com a Venezuela de maneira estratégica e de longo prazo e que "apoia firmemente os esforços da Venezuela para defender sua soberania, dignidade e estabilidade social, bem como a justa causa de oposição à interferência estrangeira".

A Venezuela é o primeiro país da América Latina a estabelecer "parceria estratégica para qualquer tempo" com a China.

Relações com a Rússia

A Rússia é um dos principais aliados do governo venezuelano. Esteve entre os dezessete países que reiteraram apoio a Maduro em janeiro de 2019, após o juramento de Juan Guaidó como presidente encarregado (posição extinta no final de 2022, conforme já mencionado). A relação bilateral é marcada por frequentes visitas de alto nível. O diálogo fluido reflete-se em densos laços econômicos, que servem de amparo à Venezuela em meio à crise macroeconômica do país.

A participação russa na economia venezuelana dá-se especialmente por meio de contratos de longo prazo em setores estratégicos, como energia e infraestrutura, acompanhados de linhas de financiamento soberanas e privadas. Destacam-se, ainda, os vínculos na área de segurança e defesa.

O Chanceler russo, Sergey Lavrov, realizou périplo pela região da América Latina e do Caribe em abril último. Na capital venezuelana, em 18 de abril, Lavrov foi recebido pelo presidente Nicolás Maduro. No plano retórico, Lavrov expressou o "apoio inabalável" de Moscou aos esforços do governo venezuelano para estabilizar a situação interna do país. Já em temas internacionais, Lavrov definiu Caracas como "um dos parceiros mais confiáveis da Rússia", conectados por estreita parceria estratégica e proximidade de abordagens em questões da agenda global.

Situação da Venezuela no MERCOSUL

Desde 2016, a Venezuela está suspensa de todos os seus direitos e obrigações como Estado-parte do MERCOSUL. A suspensão teve como fundamentos (i) o descumprimento de obrigações previstas em seu Protocolo de Adesão ao MERCOSUL e (ii) a aplicação do Protocolo de Ushuaia. A reincorporação da Venezuela ao bloco depende do consenso entre os demais Estados-partes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Venezuela já havia se manifestado favoravelmente à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança no passado. Durante o encontro presidencial de maio de 2023, o Presidente Nicolás Maduro reafirmou o apoio venezuelano à aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tratamento da situação dos direitos humanos na Venezuela

O dossiê venezuelano sobre direitos humanos multilateralizou-se nos últimos anos, com o acompanhamento da situação pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a Venezuela (EACDH) e por meio de Missão de Verificação dos

Fatos daquele órgão (desde 2019), e a abertura de investigação formal pelo Tribunal Penal Internacional (2021) por alegados crimes contra a humanidade cometidos por agentes do estado.

O EACDH tem salientado, recentemente, contar com maior abertura do governo venezuelano à cooperação em direitos humanos. Interlocutores do Escritório destacam o acesso a centros de detenção, o compartilhamento de processos judiciais e a permissão para acompanhamento de audiência. A Missão de Verificação de Fatos, por sua vez, atesta o decréscimo das denúncias de violações de direitos humanos registradas na Venezuela em comparação com períodos anteriores, mas chama a atenção para alegadas restrições aos meios de imprensa, cerceamento das liberdades sindicais e perseguição de opositores políticos.

O Brasil vê as instâncias multilaterais do sistema ONU de Direitos Humanos como foros adequados para tratar da promoção e proteção dos direitos humanos e para abordar situações específicas de países, por meio da cooperação técnica, e sem politização ou singularização. O fortalecimento da diplomacia e do diálogo oferecem bases mais sustentáveis para o engajamento com os países e contribuem para apoiar avanços concretos e duradouros na promoção e proteção dos direitos humanos.

Por ocasião da 52ª sessão do CDH, o Brasil fez intervenção na qual reconheceu maior cooperação da Venezuela com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, encorajou a Venezuela a implementar as recomendações da Revisão Periódica Universal e a aprofundar o relacionamento com os mecanismos do CDH, inclusive com Missão de Verificação de Fatos.

O Brasil também está disposto a explorar bilateralmente caminhos pelos quais a situação de direitos humanos no país possa ser abordada de forma construtiva, em diálogo com o governo da Venezuela e com todos os atores relevantes.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após quase uma década de crise econômica, em 2021, a economia venezuelana iniciou um ensaio de recuperação, em resposta a plano heterodoxo adotado no país. Naquele ano, o crescimento alcançou a cifra de 7%. O plano em questão tem como base a dolarização da economia, já corrente nas transações comerciais e financeiras locais. No ano de 2022, a expansão se incrementou. Segundo o FMI, alcançou o patamar de 11%. Nos números do governo aparece o índice de 15%.

Esse crescimento recente se constrói sobre uma base muito retraída. Entre o final da Presidência Chávez (2013) e a época atual, a base produtiva nacional perdeu 85 por cento, a que corresponde queda semelhante no PIB. Entre os fatores para essa derrocada figuram a instabilidade política interna, a queda internacional nos preços de petróleo e, principalmente, a aplicação de sanções unilaterais norte-americanas

contra o sistema econômico venezuelano, que se viu privado de acesso ao mecanismo Swift de pagamentos internacionais e de controle e uso de suas reservas internacionais depositadas em bancos ocidentais.

A consequência mais visível, e dramática, dessas circunstâncias foi a aceleração da espiral inflacionária, a níveis históricos, chegando a ultrapassar a casa dos 65 mil pontos percentuais no ano de 2018. No ano seguinte, iniciou-se a aplicação do plano heterodoxo de estabilização. Recorreu-se também, ao processo clássico de substituição de importações, e exploraram-se fórmulas de sobrevivência financeira nacional na vigência das sanções, com recurso crescente à associação econômica com matrizes econômico-financeiras alternativas. A inflação reduziu-se ao patamar de 186,8%, em 2022 (FMI), ainda elevado, porém consideravelmente menor que o registrado em anos anteriores.

A recuperação econômica planejada passa pela retomada dos investimentos internos e externos. Um pacto de base permitiu que o empresariado local voltasse a realizar investimentos, sobretudo em setores capazes de promover substituição de importações. O Governo legalizou a entrada de capitais, que se dá, porém, sob as sanções norte-americanas (parcialmente levantadas recentemente), e a manutenção de contas em divisas estrangeiras por particulares.

Em 2023, a economia venezuelana tem dado sinais de desaceleração em relação ao crescimento registrado no ano passado (cerca de 11%, FMI). Segundo dados do Observatório Venezuelano de Finanças - instituição do setor privado -, o PIB teria caído cerca de 7,6% no primeiro trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e 6,3% no segundo trimestre.

A inflação ainda é grande desafio, sendo o seu controle condição necessária para manutenção da recente tendência de crescimento econômico. O mês de julho registrou inflação de 7,2%, com um acumulado de 115% desde janeiro. Se mantido o ritmo inflacionário atual, o ano encerrará com mais de 200% de inflação.

Com vistas a minimizar os impactos negativos da inflação sobre o poder aquisitivo da população, o governo lançou mão de bonificações extrassalariais, tais com os atuais "bono de alimentación" no valor de USD 40,00/mês e o recém-lançado (15/8) "bono contra la guerra económica" no valor de USD 30,00/mês, que, juntamente com o salário-mínimo, totalizam cerca de USD 75,00/mês.

Com o alívio, temporário, das sanções contra o país, anunciado pelos Estados Unidos, em 18 de outubro, em resposta aos Acordos de Barbados, existe a expectativa de um aumento de investimentos no país, em especial no setor energético, com reflexos positivos para a economia local já para o ano de 2023.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1826	Grã-Colômbia reconhece independência do Brasil
1830	São estabelecidas relações diplomáticas com a Venezuela, que se tornara independente, deixando de ser um departamento da

	Grã-Colômbia.
1843	Miguel Maria Lisboa, o Barão de Japurá, assume como Encarregado de Negócios na Venezuela (agosto).
1859	Assinado, em Caracas, Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Venezuela (maio)
1891	Venezuela nomeia seu primeiro Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em caráter permanente, Domingos Santos Ramos, acreditado no Rio de Janeiro (março)
1905	Firmado, em Caracas, protocolos relativos à demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, tal como estipuladas pelo Tratado de 1859
1964	Com base na Doutrina Betancourt (defesa dos regimes democráticos no continente, de 1958), a Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil
1966	São restabelecidas relações diplomáticas da Venezuela com o Brasil
1973	Presidentes Emílio Médici e Rafael Caldera encontram-se no ponto fronteiro “Marco BV-8” e seguem à cidade fronteira de Santa Elena do Uairén. Foi a primeira visita de um Presidente do Brasil à Venezuela. Firmado Convênio Básico de Cooperação Técnica (fevereiro)
1979	Presidente João Figueiredo visita a Venezuela (novembro)
1981	Presidente da Venezuela, Luís Herrera Campíns, visita o Brasil (agosto)
1985	Presidente José Sarney visita a Venezuela (setembro)
1986	Presidente Jaime Lusinchi visita o Brasil (maio)
1987	Presidente José Sarney visita a Venezuela (outubro)
1989	Presidente José Sarney visita a Venezuela (fevereiro)
1992	Presidente Carlos Andrés Pérez visita o Brasil (novembro)
1994	Presidente Itamar Franco visita a Venezuela e firma, com o Presidente Rafael Caldera, o Protocolo da Guzmanía, que cria a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) (março)
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (julho)
1996	Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, visita o Brasil (maio)
1997	Eletronorte e Electrificación del Caroní (EDELCA) firmam contrato de compra e venda de energia elétrica da Venezuela

	para o Brasil (abril)
1998	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (novembro)
1999	O Presidente Hugo Chávez realiza sua primeira visita oficial ao Brasil (maio)
1999	Firmado o Acordo de Complementação Econômica n.º 39 (ACE 23) entre Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela (agosto)
1999	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Manaus (setembro)
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (abril)
2000	Presidente Hugo Chávez participa da I Cúpula de Presidentes da América do Sul. Mantém encontro bilateral com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília (agosto/setembro)
2001	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (abril)
2001	Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez inauguram a interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela (“Linhão de Guri”), com cerimônias em Santa Elena do Uairén e Boa Vista (agosto)
2003	Visita do Presidente Hugo Chávez ao Recife (abril)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas e Puerto Ordaz (agosto)
2004	Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (setembro)
2004	Firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela (outubro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas. É estabelecida a Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela (fevereiro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, para reunião quadripartite Brasil/Venezuela/Colômbia/Espanha (março)
2005	Encontro dos Presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina em Caracas (junho)
2005	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília (agosto)
2006	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília para encontro

	trilateral Brasil-Venezuela- Argentina (janeiro)
2006	Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL em Caracas (junho)
2006	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Ciudad Guayana e participa das cerimônias da inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e do fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo (novembro)
2006	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil (dezembro)
2007	Presidente Chávez visita Manaus para encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos decidem manter encontros periódicos (setembro)
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas (dezembro)
2008	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Hugo Chávez em Manaus para reunião bilateral e encontro quadripartite Brasil-Venezuela-Bolívia-Ecuador (setembro)
2009	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Chávez em Salvador (maio)
2009	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chávez encontram-se em Caracas e El Tigre, no estado de Anzoátegui (outubro)
2009	Congresso brasileiro aprova o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL (dezembro)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (abril)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (agosto)
2011	Presidente Hugo Chávez comparece à cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (janeiro)
2011	Inaugurada a interconexão de fibra ótica entre Manaus e a cidade de Santa Helena, na fronteira da Venezuela (fevereiro).
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (junho)
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (dezembro)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece às exéquias do Presidente Hugo Chávez, em Caracas (março)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece à posse do Presidente

	Nicolás Maduro, em Caracas (abril)
2013	Presidentes Dilma Rousseff e Maduro encontram-se em Brasília (maio)
2014	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (17 de julho)
2014	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Caracas, por ocasião da XLVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (29 de julho)
2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da posse da Presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro)
2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (17 de julho)
2017	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional venezuelana (fevereiro).
2019	Governo brasileiro reconhece Juan Guaidó como “presidente encarregado” da Venezuela (23 de janeiro)
2019	Visita de Juan Guaidó ao Brasil (28 de fevereiro)
2020	Governo brasileiro determina o fechamento da Embaixada do Brasil em Caracas (16 de abril)
2023	O presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro de 2023).
2023	Reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois governos e reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas e da Embaixada da Venezuela em Brasília (janeiro de 2023)
2023	Visita Oficial do Presidente Maduro a Brasília (29 de maio)
2023	Participação do Presidente Maduro na Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul em Brasília (30 de maio)
2023	Visita da Vice-Presidente Delcy Rodríguez a Belém, por ocasião da Cúpula da Amazônia (8 e 9 de agosto)

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Império do Brasil e o	Venezuela	05/05/1859	Em Vigor

	Estado da Venezuela			
2.	Segundo Protocolo Relativo à Demarcação das Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	09/12/1905	Em Vigor
3.	Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos de Venezuela.	Venezuela	03/06/1919	Em Vigor
4.	Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela	Venezuela	13/04/1926	Em Vigor
5.	Protocolo Relativo à Demarcação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	24/07/1928	Em Vigor
6.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelana.	Venezuela	07/11/1929	Em Vigor
7.	Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	07/12/1938	Em Vigor
8.	Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	30/03/1940	Em Vigor
9.	Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	30/01/1946	Em Vigor
10.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Venezuela para a Criação de Comissão Mista de Comércio Brasil-Venezuela	Venezuela	13/04/1960	Em Vigor
11.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
12.	Acordo para a Reativação da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
13.	Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/06/1971	Em Vigor
14.	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Venezuela	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor

15.	Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor
16.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	22/06/1973	Em Vigor
17.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/07/1975	Em Vigor
18.	Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	06/04/1976	Em Vigor
19.	Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela.	Venezuela	16/11/1977	Em Vigor
20.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
21.	Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
22.	Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
23.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/11/1977	Em Vigor
24.	Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	05/03/1979	Em Vigor
25.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	27/07/1979	Em Vigor

26.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
28.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
29.	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
30.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	05/05/1981	Em Vigor
31.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	11/08/1981	Em Vigor
32.	Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	19/02/1982	Em Vigor
33.	Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacífico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	30/11/1983	Em Vigor
34.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
35.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela na Área das Comunicações.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
36.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
37.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	16/10/1987	Em Vigor
38.	Acordo, por Troca de Notas, para Execução do Programa de	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor

	Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela			
39.	Acordo, por Troca de Notas, para a criação de mecanismo permanente de cooperação que favoreça a análise, sob enfoque técnico, de temas e fatos no âmbito consular e a promoção de soluções práticas tendentes à superação de dificuldades conjunturais que possam vir a afetar o relacionamento bilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
40.	Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
41.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de uma Zona ``Non Aedificandi `` na Fronteira entre os Dois Países.	Venezuela	17/05/1988	Em Vigor
42.	Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	11/11/1988	Em Vigor
43.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Circulação de Turistas	Venezuela	20/06/1990	Situação especial
44.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, no Quadro do Convênio Básico de Cooperação Técnica, de 20 de fevereiro de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	20/06/1990	Em Vigor
45.	Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta	Venezuela	20/06/1990	Em Vigor
46.	Declaração Conjunta Brasil - Venezuela	Venezuela	20/07/1990	Em Vigor
47.	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa	Venezuela	14/02/1992	Em Vigor

	do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Entrada em Vigor do Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços			
48.	Protocolo da Guzmania - Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela de 17 de novembro de 1977	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
49.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
50.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela que Autoriza os Dependentes dos Funcionários Acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de Ambos os Países a Desempenharem Trabalho Remunerado	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
51.	Memorandum de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Venezuela sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático, Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos "Pedro Gual"	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
52.	Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
53.	Ata de Miraflores.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
54.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. para Cooperação em Matéria de Planejamento.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
55.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
56.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor

	da Venezuela para o Desenvolvimento das Telecomunicações.			
57.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
58.	Declaração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
59.	Declaração de Caracas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
60.	Comunicado Conjunto - Ata do Planalto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
61.	Declaração de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
62.	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	11/04/1997	Em Vigor
63.	Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.	Venezuela	08/12/1997	Em Vigor
64.	Declaração de Santa Elena de Uairén entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	23/11/1998	Em Vigor
65.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
66.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa Bolivariana da Venezuela sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial/de Serviço	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
67.	Declaração Presidencial de Caracas.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor

68.	Ajuste Complementar ao Acordo Cultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor
69.	Emenda, p.t.n., ao Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	11/07/2000	Em Vigor
70.	Memorando de Entendimentos entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
71.	Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
72.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
73.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
74.	Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	14/02/2005	Tramitação Congresso Nacional
75.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
76.	Comunicado Conjunto - Aliança	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor

	Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.			
77.	Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	Venezuela	30/12/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
78.	Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela - Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul.	Venezuela	18/01/2007	Em Vigor
79.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área da Infra-Estrutura	Venezuela	23/04/2007	Em Vigor
80.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
81.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
82.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
83.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Produção de Mudas e Beneficiamento Ecológico do Café ``. entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
84.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor

	Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela ``			
85.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas ``	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
86.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon `` entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
87.	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
88.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Segurança e Soberania Alimentares entre o Brasil e a Venezuela.	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor
89.	Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor
90.	Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	27/06/2008	Tramitação Congresso Nacional
91.	Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
92.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor

	Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela			
93.	Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
94.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela sobre Cooperação Ambiental	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
95.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Venezuela	27/06/2008	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
96.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação de um Programa de Produção de Soja	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor
97.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Agricultura Familiar	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor
98.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	30/09/2008	Situação especial
99.	Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
100.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
101.	Mercosul e Programa de Liberalização Comercial – Programa de Liberación Comercial entre la República Federativa del Brasil y la República Bolivariana de Venezuela.	Venezuela	25/05/2009	Situação especial

102.	Programa de Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar.	Venezuela	26/05/2009	Em Vigor
103.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Moradia e Habitação	Venezuela	26/05/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
104.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela, para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
105.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
106.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos.	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
107.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
108.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
109.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre a Criação de Grupo de Trabalho para a Negociação de Acordo Relativo ao	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor

	Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço			
110.	Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
111.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
112.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	Venezuela	28/04/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
113.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
114.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
115.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Distrito Polo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
116.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
117.	Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela.	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
118.	Acordo para o Desenvolvimento do Transporte Turístico Internacional Ocasional por Rodovia entre o Governo da República Federativa	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil

	do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela			
119.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço.	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
120.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
121.	"Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e os Ministérios do Poder Popular para a Agricultura Produtiva e Terras; para as Comunidades e os Movimentos Sociais; para a Alimentação; e de Agricultura Urbana da República Bolivariana da Venezuela em Matéria Agroalimentar"	Venezuela	30/05/2023	Tramitação MRE
122.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela para o estabelecimento do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela	Venezuela	30/05/2023	Em Vigor
123.	Declaração Conjunta de Brasília entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduros Moros	Venezuela	30/05/2023	Tramitação MRE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM
CARACAS**

Candidata: Glivânia Maria de Oliveira

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 19 de janeiro de 1962, em Monte Carmelo (MG), Glivânia Maria de Oliveira é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1984) e possui mestrado em Teoria Política pela London School of Economics (1992), em Londres. Ingressou no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores em 1985, tendo concluído o curso de formação de diplomatas no final de 1986. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1996 e foi aprovada com louvor no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, com a defesa da tese intitulada “A Busca de Maior Democratização das Instâncias Decisórias Internacionais: o G-4 e a Elusiva Convergência com a África no Processo de Reforma do CSNU”.

No Brasil, ocupou as funções de assistente da Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos (1987-1990); assessora e chefe, substituta, da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (1996-2000); assistente da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (2000); chefe da Divisão das Nações Unidas (2004-2008); chefe de Gabinete da Secretaria Geral das Relações Exteriores (2010); diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2011-2013); e novamente chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2013-2014). Atualmente, é Diretora-Geral do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Também atua, desde fevereiro de 2023, como representante do Brasil, país-garante, na Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

No exterior, serviu na Embaixada em Varsóvia (1993-1996), onde assessorou a chefia em temas de política interna e externa, difusão cultural, promoção comercial, consular e assistência a brasileiros. Na Embaixada em Londres, entre 2001-2004, desempenhou-se como chefe do setor de política interna e externa, tendo acompanhado temas sensíveis da agenda internacional, como a ação armada contra o Iraque, em 2003. Foi ministra-conselheira na Embaixada em Assunção (2008-2010), tendo apoiado o titular do posto especialmente no seguimento das agendas de política interna e externa e relações bilaterais com o Brasil, inclusive Itaipu. Entre 2015 e 2018, foi Cônsul-Geral do Brasil em Boston, jurisdição consular que presta serviços a uma das maiores comunidades brasileiras no exterior, estimada atualmente em cerca de 390 mil nacionais. Foi Embaixadora no Panamá entre 2018 e 2022, tendo coordenado esforços de repatriação de brasileiros na região durante a pandemia. Com o Panamá, contribuiu para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em nível de vice-Chanceleres, bem como abriu novas frentes de cooperação, em matéria educacional e cultural, e atuou para estimular o comércio bilateral e a retomada da cooperação técnica bilateral.

Ao longo de sua carreira, integrou delegações brasileiras em diversas reuniões bilaterais, regionais e multilaterais. Tem ampla experiência em temas da região, em função de seu desempenho, no Paraguai, como ministra-conselheira na Embaixada do Brasil, e como titular da representação do Brasil no Panamá. Atuou durante anos em temas afetos às Nações Unidas, entre os quais a reforma do Conselho de Segurança e a participação do Brasil em operações de paz, desarmamento e tecnologias sensíveis. Também acompanhou e integrou delegações brasileiras em áreas relacionados ao meio-ambiente, tendo atuado na conclusão das negociações da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. Atuou no Comitê Nacional para os Refugiados, entre 2005 e 2008, na condição de representante da vice-presidência, exercida pelo Ministério das Relações Exteriores.

No exercício de funções na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis e na Divisão das Nações Unidas e, posteriormente, no cargo de Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais,

foi responsável pelo acompanhamento de agendas e preparação de reuniões, encontros técnicos e processos negociadores em instâncias multilaterais e regionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), a Conferência do Desarmamento (CD), a Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), o Grupo de Supridores Nucleares (NSG) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). No marco dos esforços brasileiros pela reforma do CSNU, coordenou a organização de dezenas de missões do Brasil e parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) a diversos países entre 2005 e 2008, bem como integrou delegações em gestões pela África e em Conferências da União Africana (UA).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA**I – Relações diplomáticas**

1. Brasil e Venezuela estabeleceram relações diplomáticas em 1830 e, em 1905, demarcaram suas fronteiras. O Brasil divide com a Venezuela sua terceira maior fronteira terrestre (2.199 km). Por muito tempo, a Amazônia, que era pouco conectada a outras regiões dos dois países, representou uma barreira física para a maior aproximação bilateral. A partir dos anos 1970, os dois países estreitaram relações nos âmbitos bilateral e regional.
2. Com a alta do petróleo em meados dos anos 1970, a Venezuela passou a buscar maior protagonismo regional. Deu-se, no período, sua adesão à Associação Latino-Americana de Integração (1970); ao Acordo de Cartagena, que dava origem ao Pacto Andino (1973); e ao Tratado de Cooperação Amazônica (1978). No âmbito bilateral, desde 1973, encontros presidenciais regulares e frequentes visitas oficiais de lado a lado imprimiram dinamismo à agenda comum, que compreende temas de interesse estratégico, como cooperação energética, integração fronteiriça, intercâmbio comercial, temas econômico-financeiros e questões consulares e migratórias.
3. A partir dos anos 1990 são adotadas agendas estruturadas no relacionamento bilateral. Em 1994, foi assinado, pelos Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldeira, o Protocolo de La Guzmán.
4. Além do adensamento das relações econômico-comerciais, os novos eixos da cooperação Brasil-Venezuela incluíam o aproveitamento da infraestrutura energética. Em 1997, interligação energética foi estabelecida pela assinatura de um acordo bilateral entre a Eletronorte e a Edelca21 para fornecimento de energia hidroelétrica venezuelana para o estado de Roraima. O acordo resultou na linha de transmissão Guri-Boa Vista com 676 km de extensão, dos quais 191 km no Brasil. Os esforços de cooperação energética com a Venezuela ocorreram concomitantemente com um processo de aproximação do Brasil com a América do Sul nos campos político e de consolidação de infraestrutura.
5. Em 2003, ao amparo do Programa de Substituição Competitiva de Importações, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os dois países passaram a explorar complementaridades econômicas. Em 2007, os dois países decidiram ampliar as áreas de cooperação para setores como desenvolvimento industrial e agrícola.
6. A partir de 2015, teve início período de distanciamento entre os dois países. Em 16 de abril de 2020, a Embaixada em Caracas foi fechada, assim como as quatro repartições consulares brasileiras em território venezuelano, que já haviam encerrado suas atividades em março do mesmo ano.
7. Após mais de seis anos de interrupção da agenda de cooperação bilateral, está em curso processo de normalização das relações entre o Brasil e a Venezuela. A Embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta em janeiro de 2023, o que permitiu o reestabelecimento dos contatos entre autoridades das mais diferentes áreas dos dois governos. A repartição diplomática voltou também a prestar serviços consulares e assistência à numerosa comunidade brasileira naquele país.
8. O adequado seguimento da agenda de interesse comum com a Venezuela exige a retomada plena das relações bilaterais – que abrangem pautas econômica, comercial, energética, consular, migratória e de infraestrutura, entre outras. O diálogo permanente faz-se necessário também para o equacionamento das questões que afetam as comunidades brasileiras fronteiriças, inclusive comunidades indígenas, que vivem nas áreas do Arco Norte limítrofes com a Venezuela.
9. A visita do Presidente Nicolás Maduro a Brasília, em 29 de maio de 2023, representou marco relevante no processo de reatamento dos laços históricos entre os dois países. O encontro entre o senhor presidente da República e o presidente da Venezuela permitiu que os mandatários passassem em revista os temas bilaterais identificados como mais relevantes para o relançamento das relações. Foi também oportunidade para a discussão de tópicos regionais e multilaterais.
10. Ao longo de 2023, realizaram-se diversos encontros entre autoridades dos governos dos dois países. Nesses encontros, foram tratados assuntos de interesse recíproco, como proteção ambiental na Amazônia, cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, integração energética, a crise sanitária no Território

Indígena Yanomami, comércio bilateral, cooperação técnica e humanitária e o reestabelecimento dos pagamentos da dívida venezuelana com o governo brasileiro.

11. Do diálogo político bilateral, também fazem parte tratativas sobre o encaminhamento da crise multidimensional na Venezuela. Eleições presidenciais na Venezuela estão previstas para o segundo semestre de 2024, em data ainda a ser definida. Nos últimos dois anos, houve avanços nas negociações entre situação e oposição com vistas à realização de eleições justas, inclusivas e transparentes, em condições que sejam aceitáveis para as duas partes.

II – Relação econômico-comercial

1. O comércio do Brasil com a Venezuela é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela).

2. O intercâmbio bilateral vinha aumentando desde a primeira década do século XXI, tendo alcançado USD 6 bilhões em 2012, com superávit brasileiro de USD 4 bilhões. O Brasil tinha com a Venezuela, então, um dos maiores saldos comerciais, e o país despontava no grupo de países para o qual se destinavam as exportações brasileiras de maior valor agregado, que compreendiam bens e serviços de engenharia e do setor energético, além de investimentos em infraestrutura. A corrente comercial entre os dois países teve redução de quase 92% entre 2013 e 2019, quando caiu para USD 501 milhões. Mais recentemente, voltou a crescer, atingindo USD 1,6 bilhão em 2022, e passou a ter maior peso nas exportações pelos estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima e Amazonas.

3. Em 2023, o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela registrou uma corrente de USD 1,33 bilhão, entre janeiro e outubro. Houve expressivo aumento nas importações brasileiras (+ 18,3%), que totalizaram USD 336,5 milhões, e queda nas exportações (-10,5%), que totalizaram USD 989,6 milhões. O saldo comercial no período atual foi um superávit de USD 653,1 milhões para o Brasil.

4. Em termos da composição, houve mudança de perfil das exportações brasileiras, com a substituição de manufaturados por bens com menor valor agregado, em especial gêneros alimentícios. Açúcares e melaços, gorduras e óleos vegetais e adubos ou fertilizantes químicos são os principais produtos da pauta comercial hoje.

5. Estão em curso trabalhos de Mesa Técnica de negociação da retomada dos pagamentos da dívida venezuelana, pendência cuja superação é necessária para a abertura de linhas de crédito para financiar as exportações de bens e serviços brasileiros à Venezuela.

III – Cooperação Técnica

1. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela foi firmado em 1973.

2. No contexto de relançamento das relações com a Venezuela, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em maio de 2023. Durante a visita, foi negociado o Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela para o período de 2023 a 2025, com as seguintes áreas prioritárias: a) temas agroalimentares, incluindo soberania e segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional.

3. A I Reunião do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela foi realizada em Caracas, em novembro de 2023. Na ocasião, foi firmado o Memorando de Entendimento em Matéria de Pesca e Aquicultura e concluídas as negociações dos Memorando de Entendimento (i) em Matéria Social e (ii) sobre Cooperação Humanitária em Proteção e Defesa Civil em Matéria de Gestão Integral de Riscos e Desastres.

4. A implementação das iniciativas previstas no Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela contribuirá para reestabelecer e fortalecer vínculos institucionais que permitam a reaproximação entre as duas sociedades, com benefícios concretos para as populações brasileira e venezuelana.

IV- Infraestrutura e integração física e energética

1. A principal interligação física entre Brasil e Venezuela dá-se pelo eixo rodoviário BR-174/Troncal 10. O eixo rodoviário liga as cidades de Boa Vista e Manaus a Caracas, atravessando a fronteira nas cidades de Pacaraima (RR-Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela).
2. O intercâmbio de energia elétrica com a Venezuela é considerado de importância estratégica para o suprimento de Roraima, único estado brasileiro que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Roraima recebeu energia elétrica gerada na Venezuela por meio de contrato de 20 anos entre a Eletronorte e a estatal venezuelana Corpoelec (junho/2001 a junho/2021).
3. Desde a expiração do contrato, o abastecimento elétrico de Roraima tem sido feito por termoelétricas a diesel, o que demanda difícil logística e resulta no aumento no custo de energia, além de ser mais poluente.
4. A retomada do fornecimento de eletricidade pela Venezuela representaria uma contribuição para a segurança e a estabilidade energética de Roraima e constituiria uma alternativa limpa e mais barata de energia com relação às fontes termoelétricas que atualmente garantem o abastecimento daquela unidade da federação. O Ministério de Minas e Energia estima que, além do menor impacto ambiental, a medida poderia representar uma economia de 120 milhões de reais por ano para o consumidor brasileiro. O Decreto nº 11.629, de 4 de agosto de 2023, estabeleceu marco legal para a importação de energia elétrica de países vizinhos para abastecer os sistemas isolados em território brasileiro, buscando melhorar o acesso à eletricidade das populações que vivem em regiões que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).
5. O Ministério de Minas e Energia realizou visita oficial a Caracas em outubro, ocasião em que foi conformado grupo de trabalho bilateral para tratar da integração energética. A expectativa é de que, muito em breve, sejam iniciados testes de carga e transmissão de energia da Venezuela para o Brasil.
6. A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas, seguida pela Arábia Saudita (298 bilhões). No entanto, o país vem enfrentando declínio de sua produção petrolífera, com queda de 75% na última década. Atualmente, ocupa apenas a 25ª posição entre os maiores produtores de petróleo, com 732 mil barris/dia em janeiro de 2023. Em 2016, o país produzia cerca de 2,5 milhões de barris diários. O declínio da produção nos últimos anos deve-se em parte à situação doméstica mas principalmente às sanções adotadas pelos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2019, e, em menor medida, pelo Canadá e por países europeus.
7. Na esteira dos Acordos de Barbados, assinados entre a oposição e o governo venezuelanos em 17 de outubro, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou nota, em 18 de outubro, em que anuncia o levantamento parcial das sanções aplicadas à Venezuela. Entre outras medidas, foi determinada a emissão de licença geral de seis meses que autoriza transações que envolvam o setor de petróleo e gás na Venezuela. Desde a publicação, diferentes países realizaram missões técnicas à Venezuela motivadas pelo interesse em voltar a atuar no setor de hidrocarbonetos no país.

IV – Temas consulares

1. Existem importantes contingentes de migrantes dos dois países em ambos os territórios. A comunidade brasileira na Venezuela compreende em torno de 13 mil pessoas. Segundo as estimativas mais recentes, haveria em torno de 500 mil venezuelanos no Brasil.
2. O fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela é o maior da história do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente. Segundo o ACNUR e a OIM, aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país. Desse total, 6,5 milhões de migrantes estariam na América Latina e Caribe, principalmente na Colômbia (2,9 milhões), Peru (1,5 milhão) e Brasil (500 mil).
3. O ingresso de nacionais venezuelanos em território brasileiro não requer prévia emissão de visto, em função de acordo bilateral (1990). A maior parte entra através da fronteira em Pacaraima (RR), onde recebe informações básicas sobre o Brasil e sobre as possibilidades de regularização migratória.

4. Na condição de residentes, os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, conforme as garantias previstas na legislação sobre refúgio (lei nº 9474/1997) e migração (lei nº 13.445/2017).
5. A Operação Acolhida, força-tarefa multissetorial para garantir o atendimento ao venezuelanos criada em 2018, é considerada exemplo de resposta humanitária a fluxos migratórios. Coordenada pela Casa Civil, reúne agências governamentais, sociedade civil e organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigo e interiorização voluntária. Mais de 110 mil venezuelanos beneficiaram-se da interiorização, em cerca de 920 municípios.
6. A reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas em janeiro de 2023 permitiu o restabelecimento do atendimento consular no país vizinho, antes prestado por quatro repartições consulares no país: o Consulado Geral em Caracas, o Consulado em Puerto Ordaz, e os Vice-Consulados em Puerto Ayacucho e Santa Elena de Uairén, este situado na fronteira com Pacaraima, estado de Roraima.
7. Além da expedição de documentos de viagem e outros atos notariais, o setor consular da Embaixada em Caracas presta assistência a brasileiros, inclusive aqueles detidos, que somam atualmente cinquenta cidadãos, distribuídos em diversos estados da Venezuela.

V – Cooperação Cultural e Educacional

1. No que diz respeito a cooperação em educação, estão em fase de análise os seguintes projetos de acordo: Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Educação dos dois países; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica entre as duas chancelarias.
2. Segue, igualmente, em análise, proposta venezuelana de Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação e sua contraparte venezuelana.
3. O aprendizado do idioma português falado no Brasil desperta muito interesse na Venezuela. O Instituto Cultural Brasil Venezuela (ICBV) foi a principal referência no país no ensino do nosso idioma. O ICBV por anos foi a única instituição autorizada a aplicar na Venezuela o exame de proficiência da língua portuguesa, o CELPE-BRAS. Contudo, a situação econômica do ICBV inviabilizou-se em 2015 com o fim do convênio Embaixada-Instituto, resultando em seu fechamento.

VI – Cooperação em Segurança e Defesa

1. A cooperação relacionada à segurança pública entre Brasil e Venezuela tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na faixa de fronteira, como contrabando, mineração ilegal e tráfico de drogas. A mineração ilegal e o tráfico ilícito de ouro são apontados como ponto de especial preocupação, por serem utilizados por grupos criminosos não apenas para obtenção de ganhos diretos, mas também para lavagem de dinheiro e financiamento de outros crimes e de contrabando. A Polícia Federal já fez operações contra o fluxo ilícito de ouro, como a “Operação Hespérides”, deflagrada em dezembro de 2019.
2. Registra-se o ingresso de colombianos e venezuelanos para atuar no garimpo em território brasileiro. Há também relatos de deslocamento de garimpeiros brasileiros da terra indígena Yanomami do Brasil para a Venezuela. É igualmente motivo de preocupação a presença de grupos criminosos dos dois países que atuam no tráfico de drogas e armas na faixa de fronteira. Há, ainda, relatos de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes na região, impulsionado pelo êxodo venezuelano, assim como pelo garimpo ilegal.
3. De outra parte, é de interesse dos dois países o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Há grande potencial de estabelecimento de iniciativas conjuntas na área de defesa. Em 2013, a Venezuela apresentou minuta de Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa entre Brasil e Venezuela. As últimas visitas dos ministros da Defesa aconteceram em 2012, a Caracas, e em 2013, a Brasília, respectivamente.
4. Até o fechamento da Embaixada em Caracas, em 2020, o Brasil mantinha adidâncias militares e da Polícia Federal na Venezuela. Com a reabertura da Embaixada, em janeiro de 2023, estuda-se a possibilidade de reativação das adidâncias.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Fortalecer as relações entre o Brasil e a Venezuela, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países vizinhos e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Venezuela; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo venezuelano e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira. Apoiar o desenvolvimento das

- relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado venezuelano;
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da Venezuela, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país;
 3. Desenvolver uma cooperação ampla, coordenada e produtiva com a Venezuela em todas as áreas de interesse comum e regional, a exemplo do combate ao crime organizado internacional, a segurança das fronteiras comuns, a cooperação fronteiriça, a integração de infraestrutura e a cooperação energética. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação;
 4. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Venezuela nos âmbitos regional (UNASUL, CELAC, OTCA, entre outras) e internacional, contribuindo para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio do fortalecimento da articulação com o governo venezuelano;
 5. Contribuir para a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil no mercado venezuelano, com foco na prosperidade mútua e no desenvolvimento sustentável de ambos os países; Acompanhar os fluxos comerciais bilaterais e apoiar o setor privado exportador do Brasil na superação de barreiras de comércio, promovendo as exportações de produtos e serviços brasileiros para a Venezuela, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;
 6. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos venezuelanos ou estrangeiros na Venezuela, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória;
 7. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e da Venezuela;
 8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Venezuela. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio, investimentos, turismo e marca país;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATA

Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil nos fluxos de comércio da Venezuela, bem como apoiar oportunidades de investimentos recíprocos

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*

- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado venezuelano;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Venezuela;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Apoio à organização de palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado venezuelano;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul;*
- *Articulação com federações de indústria dos estados, especialmente os da região Norte do Brasil, e do Distrito Federal;*
- *Diálogo com entidades setoriais e secretarias estaduais e distrital de comércio, indústria e desenvolvimento;*
- *Difusão de concorrências públicas e licitações internacionais promovidas pelo governo venezuelano de interesse de setores brasileiros;*
- *Divulgação de feiras e exposições junto a entidades empresariais de diferentes setores.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de demandas atendidas pela área responsável pelos temas comerciais da Embaixada**
- 2) **Número de eventos de promoção comercial organizados com a participação da Embaixada**
- 3) **Número de oportunidades comerciais identificadas para produtos brasileiros e de investimentos**
- 4) **Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 5) **Número de reuniões mantidas e/ou de projetos apoiados junto a operadores de turismo, empresas aéreas e representantes governamentais de estados e municípios brasileiros**
- 6) **Número de reuniões e gestões junto às autoridades venezuelanas competentes sobre temas de comércio e investimentos**

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. **Apoiar e avançar na normalização com vistas a contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais, por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível.**
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Venezuela e autoridades venezuelanas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e venezuelanos em formato presencial ou virtual.*
 - *Apoio à coordenação e cooperação na gestão das fronteiras entre entidades de ambos os países.*
2. **Promover e fortalecer a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo venezuelano, por meio do Ministério das Relações Exteriores;*

- *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Venezuela;*
- *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais.*
- *Apoio à realização de encontros entre autoridades consulares das chancelarias brasileira e venezuelana.*

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa venezuelanas

- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa venezuelana, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Venezuela, incluindo a superação da crise multidimensional no país vizinho, por meio da realização de eleições presidenciais em 2024;*
- *Manutenção de contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade do país nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, energético, ambiental, de ciência e tecnologia, militar e de segurança;*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa venezuelana;*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos, incluindo informações periódicas sobre o panorama político-eleitoral venezuelana.*

4. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e venezuelanas

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais venezuelanas.*
- *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países;*

ii)

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e venezuelanas, incluindo aquelas de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros**
- 2) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa venezuelana e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano**
- 3) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e venezuelanos**
- 4) **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.**
- 5) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais venezuelanas**
- 6) **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com a Venezuela entre seus membros**
 - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Venezuela em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais venezuelanos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*
- 2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Venezuela**
 - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Venezuela em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), entre outras.*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais;*
 - *Acompanhamento e análise quanto a propostas do Governo venezuelano para iniciativas de integração regional.*
- 3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Venezuela entre seus membros.**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo venezuelano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;
Número de reuniões promovidas com autoridades sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais;
Número de reuniões promovidas com autoridades sobre temas regionais;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.**
- 3) Número de apoios venezuelanos a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
- 4) Número de apoios a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais**

IV - Promoção da imagem, da cultura, da língua portuguesa do Brasil;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Aproximar as sociedades brasileira e venezuelana por meio da difusão e da diversificação de referências da cultura nacional**
 - *Reestabelecimento da rede de contatos do posto, para além de interlocutores habituais;*
 - *Apoio e estímulo à participação brasileira em eventos culturais venezuelanos;*
 - *Elaboração de estratégias para maior inserção da cultura brasileira na Venezuela.*
- 2. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Interlocução com apoiadores das atividades culturais promovidas pelo posto;*
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros quanto por projetos de cooperação entre atores venezuelanos e brasileiros.*
- 3. Retomar as atividades de promoção cultural e educacional**
 - *Apoio a atividades de promoção da língua portuguesa;*
 - *Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições locais com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português do Brasil;*
 - *Estímulo à participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

- 1. Promover a cooperação com a Venezuela na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, como manejo florestal sustentável**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promoção da participação brasileira em eventos na Venezuela ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades venezuelanas em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*

- *Apoio à concertação com a Venezuela e outros países amazônicos para consolidação de posições comuns sobre temas ambientais nas conferências e debates regionais, inclusive com vistas à implementação dos entendimentos e iniciativas adotados no âmbito da OTCA;*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Venezuela.*

2. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

- *Incentivo à cooperação para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.*
- *Prospecção de oportunidades para diálogo técnico, projetos ou parcerias institucionais ou entre especialistas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em agropecuária, ciência, tecnologia e inovação (CT&I);

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Venezuela**
 - *Incentivo à cooperação com os diferentes níveis de governo venezuelano e instituições públicas o desenvolvimento conjunto em matéria de CT&I;*
 - *Elaboração de mapeamentos e análises do ambiente de CT&I na Venezuela;*
 - *Apoio à aproximação dos ambientes de inovação em agroindústria voltados ao desenvolvimento sustentável.*
- 2. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Estímulo a iniciativas de intercâmbio acadêmico, governamental e empresarial na área de desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e em matéria de CT&I.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.**

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**
 - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas venezuelanas;*
 - *Divulgação das oportunidades de estudo universitário e de pesquisa científica no Brasil, em especial os Programas PEC-G e PEC-PG.*
- 2. Ampliar o diálogo com a Venezuela para cooperação na área de saúde**
 - *Monitoramento das políticas públicas e iniciativas realizados pela Venezuela na área de saúde;*
 - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e ao diálogo;*
 - *Apoio a operações de doação de vacinas e medicamentos entre os dois países;*
 - *Apoio a operações promovidas na área de saúde nos municípios fronteiriços.*
- 3. Incentivar a cooperação na área de segurança e defesa na zona de fronteira**
 - *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais, inclusive na zona de fronteira;*
 - *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas;*
- 4. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**
 - *Divulgação, junto aos setores interessados do governo venezuelano, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
 - *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo venezuelano;*
 - *Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;*
 - *Apoio à participação governamental e empresarial venezuelana em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
 - *Apoio ao intercâmbio estudantil militar entre ambos os países e à realização de exercícios de treinamento conjuntos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e venezuelanas durante a gestão**
- 2) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**
- 3) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral em saúde, defesa e segurança na zona de fronteira**
- 4) Número de contatos com autoridades de Defesa da Venezuela e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão**

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo venezuelano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
 - *Promoção da cooperação em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.*
2. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, à Venezuela**
 - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação e assistência humanitária com a Venezuela;*
 - *Promoção do diálogo com o governo venezuelano sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*
3. **Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Venezuela na temática de direitos humanos**
 - *Defesa das posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
 - *Acompanhamento da evolução do tratamento do tema de direitos humanos pela Venezuela;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico**
- 2) **Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 3) **Número de contatos com autoridades venezuelanas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 4) **Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos**

IX - Cooperação fronteira

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira**
 - *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, facilitando o acesso mútuo aos serviços de saúde prestados nas localidades fronteiriças;*
 - *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
 - *Promoção da cooperação e coordenação em matéria de combate a incêndios e gestão de desastres na zona de fronteira, com aproveitamento da infraestrutura existente nas localidades fronteiriças;*

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral;*
- *Promoção da cooperação entre órgãos de controle nacionais e entidades subnacionais para facilitação do trânsito, sobretudo o vicinal, entre as localidades fronteiriças, inclusive por meio da modernização e/ou integração dos procedimentos de controle;*
- *Promoção de iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira**
- 2) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de integração da infraestrutura física na área de fronteira**

X – Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente na Venezuela.**
- 2. Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito na Venezuela.**
- 3. Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular devida a brasileiros em situação emergencial.**
- 4. Prestar atendimento de qualidade para solicitantes venezuelanos e estrangeiros de visto de entrada no Brasil.**
- 5. Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.**
- 6. Dar conhecimento à comunidade brasileira de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior.**
- 7. Prestar assistência consular cabível a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.**
- 8. Realizar visitas regulares aos nacionais presos na jurisdição do Posto e prestar-lhes o apoio cabível.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outros.**

- 2) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- 3) Tempo de processamento dos serviços consulares solicitados.
- 4) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- 5) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.
- 6) Registros de comentários encaminhados sobre usuários dos serviços consulares.

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 86, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

É trazida ao exame desta Comissão a Mensagem nº 86, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Venezuela.

Por exigência constitucional, cabe ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em complemento, o Regimento Interno atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tenho a felicidade de relatar a indicação de uma mulher diplomata para chefiar posto de grande sensibilidade política para o Brasil e, em especial, para meu querido estado de Roraima. É bem sabido que dificuldades internas na Venezuela têm acentuado pressões sobre a fronteira, sendo essencial contarmos com representação ativa e competente naquele País.

A Embaixadora Glivânia bacharelou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e concluiu Mestrado em Teoria

Política pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE). Sua Tese do Curso de Altos Estudos trata da convergência com a África no contexto da reforma do Conselho de Segurança. Tornou-se Ministra de Primeira Classe em 2013, após sucessivas promoções por merecimento.

A indicada conta com admirável trajetória na carreira diplomática. Ocupa atualmente a função de Diretora do Instituto Rio Branco, prestigioso centro de investigações, ensino e formação do Ministério das Relações Exteriores. No exterior, serviu nas Embaixadas em Varsóvia, Londres e Assunção, tendo chefiado o Consulado-Geral em Boston e a Embaixada no Panamá. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Diretora do Departamento de Organismos Internacionais e Chefe da Divisão das Nações Unidas.

Feito um breve resumo do currículo da indicada, passo a tratar da República Bolivariana da Venezuela, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil, atualmente em fase de normalização.

As relações entre Brasil e Venezuela datam de 1830, ano em que aquele País se separou da Grã-Colômbia. Trata-se de relação madura, com grande número de visitas de alto nível e de compromissos internacionais firmados. Nos últimos seis anos, as relações bilaterais enfrentaram desafios, com controvérsias sobre o reconhecimento de governo e o descumprimento de obrigações internacionais.

O comércio bilateral é significativamente superavitário para o Brasil. A corrente de comércio esteve em queda a partir de 2013, ano em que alcançou seu ápice, até 2019. Desde 2020, o intercâmbio voltou a crescer, impulsionado principalmente pela exportação de produtos agrícolas provenientes do Amazonas e de Roraima. As sanções econômicas ainda existentes dificultam maior intensificação desses fluxos, quatro vezes inferiores aos patamares históricos de 2013.

Convém também destacar o elevado número de migrantes e refugiados venezuelanos, representando a maior crise de deslocamentos humanos da história de nosso continente. Com as significativas entradas de venezuelanos no Brasil, especialmente desde o ano de 2016, já contamos com cerca de 500 mil nacionais daquele país em nosso território. A Operação Acolhida volta-se à prestação de apoio a esses estrangeiros, mediante recepção, abrigamento e interiorização voluntária.

A normalização das relações bilaterais tem o potencial de trazer vários ganhos para o Brasil, afetando questões como a segurança energética e fronteiriça, a negociação de dívidas e a realização de eleições justas, inclusivas e transparentes no país vizinho.

Em primeiro lugar, destaco que a aproximação entre os países é especialmente útil para garantir a estabilidade energética de Roraima. Encerrado o contrato de fornecimento de energia elétrica que garantia o abastecimento do estado até 2021, intensificou-se o uso de termelétricas a diesel, mais poluentes, menos eficientes e com custos elevados de produção.

Em segundo lugar, a retomada dos vínculos facilita a possibilidade de providenciar o pagamento da dívida venezuelana, derivada de operações de financiamento das exportações de empresas de engenharia brasileiras, que realizaram obras naquele país. Segundo informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, há ainda cerca de 1,2 bilhões de dólares em aberto, que não foram pagos apesar de repetidas gestões desde 2017. Contudo, espera-se que essa situação se modifique diante da retomada das mesas de negociação com o Brasil em junho deste ano e da suspensão parcial das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos da América.

Em terceiro lugar, causam preocupação os casos, muitas vezes crescentes, de garimpo ilegal, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e contrabando na fronteira Brasil-Venezuela. O apoio da Embaixada em Caracas para a reabertura das adidâncias policiais e militares brasileiras, fechadas desde 2020, pode auxiliar no combate desses ilícitos.

Quanto à questão eleitoral, o Brasil tem agido de maneira decisiva nos diálogos entre a situação e a oposição venezuelanas, com engajamento do Embaixador Celso Amorim. Quer-se assegurar que as próximas eleições presidenciais na Venezuela, previstas para 2024, sejam realizadas de maneira justa, inclusiva e transparente, no marco das garantias eleitorais internacionais. Aprofundada a confiança mútua, o Brasil poderá prestar apoio ainda mais efetivo nessa questão. Inclusive nós, Senadores e Senadoras, poderemos contribuir para a defesa da democracia, lançando mão dos instrumentos da diplomacia parlamentar.

Passando para o contexto regional, a Venezuela, admitida no Mercosul em 2012, está suspensa do bloco desde 2016. Duas decisões sucessivas embasaram a suspensão: a primeira delas baseada na ausência de internalização de normas fundamentais para o processo de integração e a

segunda proferida após consultas em conformidade com o Protocolo de Ushuaia. Eventual decisão que leve ao término da suspensão não depende apenas do Brasil, mas do consenso de todos os Estados Membros do Mercosul.

Ainda na esfera regional, Venezuela e Guiana possuem disputa territorial no Essequibo, que pode afetar até dois terços do território guianense, agravada pela convocação de plebiscito em dezembro para possível anexação. Para além das dúvidas que persistem quanto à delimitação, o interesse na exploração de hidrocarbonetos reforça o pano de fundo dessa disputa. Já existe caso em curso na Corte Internacional de Justiça para tratar da controvérsia.

Por fim, quanto à questão da proteção dos direitos humanos, destaco que o Brasil tem defendido que instâncias multilaterais dos sistemas interamericano e onusiano são foros adequados para tratar do tema, por meio da cooperação técnica e da análise imparcial. Com isso, a multilateralização deve seguir seu rumo, para esclarecer os fatos pertinentes e dar as recomendações correspondentes.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, aproveito para novamente cumprimentar a Embaixadora Glivânia, além de ressaltar a importância dos desafios associados à posição para a qual foi indicada.

É o que tinha a expor a esta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator